

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 28, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física, Câmpus de Miracema, aprovado pela Resolução Consepe nº 14/2014.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física, Câmpus de Miracema, aprovado pela Resolução Consepe nº 14/2014, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, CÂMPUS DE MIRACEMA (ATUALIZAÇÃO 2018).

Anexo da Resolução nº 28/2018 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

MIRACEMA/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 28/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA, CÂMPUS DE MIRACEMA (ATUALIZAÇÃO 2018).**

MIRACEMA/TO
2018

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
- LICENCIATURA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS
2018**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

**Luis Eduardo Bovolato
REITOR**

**Ana Lúcia de Medeiros
VICE-REITORA**

**Jaasiel Nascimento Lima
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**Vânia Maria de Araújo Passos
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO**

**Raphael Sanzio Pimenta
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**Maria Santana Ferreira Milhomem
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

**Kherlley Caxias Batista Barbosa
PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS**

**Eduardo Andrea Lemus Erasmo
PRÓ-REITORA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**André Luiz Augusto da Silva
DIRETOR DO CÂMPUS DE MIRACEMA**

ELABORAÇÃO

Daniele Bueno Godinho Ribeiro

Diego Ebling do Nascimento

Erika da Silva Maciel

Lucas Xavier Brito

Rodrigo Lema Del Rio Martins

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Taiza Daniela Seron Kiouranis

Vitor Antonio Cerignoni Coelho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz curricular, cargas horárias e créditos.	37
Quadro 2 – Quadro de cargas horárias do Núcleo I.	39
Quadro 3 - Quadro de carga horárias do Núcleo II.	39
Quadro 4 – Panorama geral da carga horária total do currículo do curso de Educação Física da UFT de Miracema.	Erro! Indicador não definido.
Quadro 5 – Relação de disciplinas e equivalências.	40
Quadro 6 – Pré-requisitos de disciplinas.	Erro! Indicador não definido.
Quadro 7 – Disciplinas optativas.	44
Quadro 8 - Corpo docente e formação.	94
Quadro 9 – Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Educação Física da UFT Miracema.	95
Quadro 10 - Espaços físicos disponíveis através de parcerias com o governo municipal e estadual.	101

LISTA DE SIGLAS

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI - Conselho Universitário

DINTER - Doutorados Interinstitucionais

FEPEC - Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura

IES - Instituição de Ensino Superior

LDBEN - Lei de Diretrizes em Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PCC - Projeto Pedagógico do Curso

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PE - Planejamento Estratégico

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL	8
HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	8
1.4 MISSÃO	13
1.5 OS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS E OS RESPECTIVOS CURSOS	14
1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFT	16
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	18
2.1 DADOS DO CURSO	18
2.2 JUSTIFICATIVA DO CURSO	19
2.3 HISTÓRICO DO CURSO	20
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
3.1 FUNDAMENTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DA UFT	25
3.2 OBJETIVOS DO CURSO	26
3.3 PERFIL PROFISSIONAL	27
3.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	28
3.5 CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	29
3.6 DIMENSÕES FORMATIVAS DO CURRÍCULO	31
3.7 MATRIZ CURRICULAR	34
3.7.1 Dos pré-requisitos	43
3.7.2 Das disciplinas optativas	44
3.7.3 Ementário	45
3.7.4 Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	45
3.7.5 Estágio Curricular	78
3.7.6 Prática Profissional e Estágio Curricular	79
3.7.7 Trabalho De Conclusão De Curso	83
3.10 RELAÇÕES ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	83
3.11 INTERFACE COM PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO	85
3.12 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	87
3.13 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	89
3.13.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem com a concepção do curso	89

3.13.2 Avaliação do projeto pedagógico	91
3.13.3 Exame nacional de desempenho do estudante (Enade)	91
4 CORPO DOCENTE E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO	92
4.1 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA NO CÂMPUS DE MIRACEMA.....	92
4.2 COORDENAÇÃO ACADÊMICA E DE CURSO.....	93
4.3 FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE.....	94
4.4 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	95
4.5 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	95
5 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO...	96
5.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CÂMPUS	96
5.2 SALA DE DIREÇÃO DO CÂMPUS E COORDENAÇÃO DE CURSO	98
5.3 BIBLIOTECA.....	98
5.4 ÁREA DE LAZER E CIRCULAÇÃO.....	99
5.5 RECURSOS AUDIOVISUAIS	99
5.6 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	99
5.7 LABORATÓRIOS E ESPAÇOS FÍSICOS PARA O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	100
6 REFERÊNCIAS	101
ANEXOS.....	107
Anexo I – Regimento acadêmico do curso de Educação Física.....	108
Anexo II - Regulamento de TCC	16
Anexo III - Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório e não Obrigatório em Educação Física	28
Anexo IV – Manual de Biossegurança	36
Anexo V – Regulamento de Atividade Complementar	41
Anexo VII – Currículo lattes e contato dos docentes	49

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), criada pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da UFT pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, ressaltando o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

A partir da posse concedida aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores dos câmpus da Universidade. Já

finalizado o prazo dos trabalhos da comissão presidida pelo Reitor da UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação (MEC). Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, do Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da UNITINS, que foram submetidos ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram instituídas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa mesma comissão preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). A instalação desses órgãos possibilitou consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

A partir de então, foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela UNITINS. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos ofertados pela UNITINS, com mais de oito mil alunos, incluindo o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, bem como, fez a absorção de materiais, equipamentos e estrutura física multicâmpus já existente e de prédios em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e

profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da nação.

1.2 A UFT NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

Com uma estrutura multicâmpus, a UFT possui sete câmpus universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nessas unidades, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas Animal, Agrárias e Tecnologias, Biológicas, Humanas, Linguística, Letras e Artes, Saúde, Sociais e Sociais Aplicadas, Engenharias, Ensino de Ciências e Gestão e Negócios.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir.

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de Ecótonos¹.

Associado a esse cenário do estado e diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

O Tocantins que apresenta uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural reforça, para a UFT, o compromisso com o desenvolvimento de ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva, ressaltando a formação de profissionais para atuarem nos sistemas e redes de ensino do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3 PERFIL INSTITUCIONAL

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (artigos. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

¹ **Ecótono** é uma região resultante do contato entre dois ou mais biomas fronteiros, por isso, são ricos em espécies, sejam elas provenientes dos biomas que o formam ou espécies únicas (endêmicas) surgidas nele mesmo (Fonte: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28830-o-que-sao-ecotonos/>>).

A Universidade norteia-se pelos fins estabelecidos no Estatuto da UFT, tais como:

- I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III - Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - Promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - Promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicâmpus, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país que, em geral, são câmpus únicos, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em cinco câmpus, implantados em cinco cidades (Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infraestruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicâmpus, como o da UFT, diferem do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um único câmpus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema multicâmpus, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete câmpus, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente a UFT possui: 1.070 professores efetivos, 101 professores substitutos e 845 técnicos-administrativos. São 62 cursos de graduação presenciais, 05 cursos de graduação a distância, 17 programas de mestrado acadêmico, 12 mestrados profissionais e 06 programas de doutorado, somando mais de 18 mil alunos.

1.4 MISSÃO

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2016-2020), a missão da UFT é “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal” e como visão estratégica, o PDI estabelece “ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão” (UFT, 2016, p. 15-16).

Em conformidade com o PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, da comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

- A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

1.5 OS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS E OS RESPECTIVOS CURSOS

O Câmpus Universitário de Araguaína oferece os cursos de licenciatura em Biologia, Física, Geografia, História, Matemática, Química, Letras-Português e Letras-Inglês, Bacharelado em História, Medicina Veterinária e Zootecnia, além de Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Gestão do Turismo. Além de cursos de graduação o câmpus oferece ainda especialização em Segurança Pública, em Segurança Viária Urbana, MBA em Gestão de Pessoas e Coaching, MBA em Gestão Empresarial, MBA em Logística e Produção Sustentável, Mestrado Profissional em Letras e Pós-graduação em Ciência Animal Tropical, em Ensino de História, em Estudos de Cultura e Território, em Ensino de Língua e Literatura (Letras), em Sanidade Animal e Saúde Pública dos Trópicos e em Ensino de Física.

O Câmpus Universitário de Arraias oferece cursos de licenciatura em Matemática, Pedagogia e Educação do Campo (com habilitação em Artes e Música), Curso Superior de Tecnologia em Turismo Patrimonial e Socioambiental, Parfor Semipresencial em Pedagogia, Cursos de Graduação EAD Administração (Bacharelado) e licenciatura em Biologia e Matemática. Na Pós-graduação oferece Mestrado Profissional em Matemática e Especializações em Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar; Gestão Pública (EaD); Educação Infantil; Matemática;

Educação do Campo – Práticas Pedagógicas (EaD); Gestão Pública Municipal (EaD) e Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Câmpus Universitário de Gurupi oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia Florestal e Engenharia Ambiental. Na Pós-graduação, conta com os programas de Pós-Graduação em Biotecnologia, em Ciências Florestais e Ambientais e em Produção Vegetal.

Câmpus Universitário de Miracema oferece os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Educação Física, Bacharelado em Serviço Social e Psicologia e Especialização em Política Social e Serviço Social.

Câmpus Universitário de Palmas oferece os cursos de Licenciatura em Filosofia, Pedagogia e Artes-Teatro, bacharelado em Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Jornalismo, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Medicina e Nutrição. Oferece ainda especializações em Direito Administrativo, em Direito e Processo Constitucional, em Direito e Processo do Trabalho, em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos, em Ética e Ensino de Filosofia, em Gerontologia, em Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciência e Tecnologia, em Gestão Pública e Sociedade, Responsabilidade Social, em Saneamento Ambiental, MBA em Gerenciamento de Projetos, MBA em Gestão de Cooperativas, MBA em Gestão de Operações e Logística, MBA em Gestão de Pessoas, MBA em Gestão de Projetos e Cidades, MBA em Gestão Empresarial, MBA em Gestão Financeira e Orçamentária, MBA em Liderança e Formação de Gestores, MBA em Marketing Estratégico e MBA em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental. Além de Programas de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Matemática, em Agroenergia, em Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal, em Ciência e Tecnologia de Alimentos, em Ciências da Saúde, em Ciências do Ambiente, em Comunicação e Sociedade, em Desenvolvimento Regional, em Educação, em Engenharia Ambiental, em Ensino em Ciência e Saúde, em Gestão de Políticas Públicas, em Modelagem Computacional de Sistemas, em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos e Profissional em Educação.

Câmpus Universitário de Porto Nacional oferece as licenciaturas em Geografia, História, Letras (Língua Inglesa e Literaturas), Letras-Libras e Ciências Biológicas. Bacharelados em Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Geografia e

Relações Internacionais. Além de especialização em Ensino de Língua Inglesa e Programas de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação, em Geografia e em Letras. E o Câmpus Universitário de Tocantinópolis oferece as licenciaturas em Pedagogia, Ciências Sociais, Educação Física e Educação do Campo.

1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFT

A estrutura organizacional da UFT, segundo seu Estatuto é composta por:

- Conselho Universitário (CONSUNI): órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho, conforme art. 12 do Estatuto da UFT: o Reitor, Pró-reitores, Diretores de câmpus e representante da comunidade discente, da comunidade docente e da comunidade de servidores técnico-administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE): órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são, conforme art. 15 do Estatuto da UFT: Reitor, Vice-Reitor e Pró-reitores, todos os Coordenadores de Curso de graduação e de pós-graduação strictu senso do corpo discente, corpo docente e do corpo técnico-administrativo; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSEPE 001/2004.

- Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada, conforme art. 17 do Estatuto da UFT: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria de Assuntos Internacionais, Assessoria de Comunicação Social, Gabinete do Vice-Reitor, Procuradoria Jurídica, Assessoria Especial Estratégica e Assessoria de Informática.

- Pró-Reitorias: No Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias se estruturarão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições para o cumprimento de suas atribuições, em consonância com a natureza de suas atividades e com o disposto no Regimento da Reitoria (art. 24).

- Conselho Diretor: é o órgão dos câmpus com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa de acordo com o art. 26 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins. De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

- Diretor de câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no art. 30 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de quatro anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus, art. 26 do Estatuto da UFT.

- Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

- Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução art. 36 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Suas atribuições estão previstas no art. 38 do instrumento normativo supramencionado.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1 DADOS DO CURSO

Nome do curso: Licenciatura em Educação Física.

Titulação Conferida: Licenciado em Educação Física.

Modalidade do curso: Presencial.

Duração do Curso: Integralização mínima em 4 anos (8 semestres) e máxima em 6 anos (12 períodos).

Carga horária total do curso: 3.210 horas

Regime Acadêmico: semestral (matrículas por disciplinas, respeitados os pré-requisitos existentes) com uma entrada anual.

Número de vagas liberadas por semestre: 40 (uma entrada anual).

Turno: a entrada é anual e turno, noturno (incluindo sábados no período matutino). Mesmo nas turmas noturnas, os estágios ocorrem no contraturno, em acordo com os horários das escolas, onde as intervenções são realizadas.

Dimensão das turmas teóricas e práticas: 40 alunos por turma;

Ato legal de autorização do curso: Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. O referido ato está fundamentado no do art. 28 do supramencionado decreto, *in verbis*: “Art. 28. As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias”. Acrescentam-se nesse processo a Resolução nº 15 do Consuni, de 19/11/2013

(criação do curso) e Portaria Normativa MEC nº 23, de 21/12/2017 – DOU de 22/12/2017, Seção 1, p. 35.

Endereço do curso: Av. Lurdes Solino s/nº, Setor Universitário, 77650-000, Fone: (63) 3366-8616, e-mail: educacaofisica.mira@gmail.com.

Processo de ingresso: Sisu e Vestibular UFT.

2.2 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Em 1999 a publicação da “Situação da Educação Básica no Brasil”, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), aponta para o fato de que, no ano de 1996, os quantitativos de professores, com nível superior, atuando no ensino fundamental, por região, são os seguintes: região Sudeste: 313.991 (58,8%), Sul: 134.681 (57,7%), Centro-Oeste: 45.084 (45,2%), Nordeste: 97.644 (23,5%) e Norte: 17.201 (16,4%). Constata-se, com estes dados, que a região Norte é a mais carente de professores com ensino superior. A necessidade de recursos humanos qualificados tem reflexo na posição do Brasil no *ranking* mundial entre os países com piores desempenhos dos alunos da educação básica. Assim, os dados ilustram a necessidade de criação de cursos de licenciatura para formação de professores, principalmente na região norte do país.

A título de amostra da realidade escolar e especificamente na área da Educação Física, foram levantados dados junto aos sistemas de ensino locais, constando-se que, em nível de Sistema Estadual, a Regional de Miracema possui 27 professores atuando na área de Educação Física, sendo que apenas dez possuem a formação específica da área em que atuam. Já na Secretaria de Educação do Município de Miracema existem cinco professores atuando, sendo que nenhum deles tem formação na área. Existe carência na formação de professores de Educação Física na região.

De acordo com os dados publicados no e-MEC, o estado do Tocantins tem, além da UFT, 12 instituições que oferecem cursos presenciais de graduação em Educação Física: Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP); Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC); Centro Universitário UNIRG; Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde (FAHESA/ITPAC Palmas), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paraíso (FECIPAR); Faculdade de Educação Física de Araguaína (ITPAC) e Faculdade de

Palmas (FAPAL) e Instituto Federal do Tocantins (IFTO). Dentre eles, apenas o último é representante do setor público.

Percebe-se que a Educação Física tem crescido consideravelmente na região. No entanto, ainda há poucas instituições públicas que oferecem o curso no estado. Desse modo, o curso de Educação Física da UFT de Miracema espera se consolidar como um curso de excelência na área e na região garantindo a formação pública de qualidade de professores para atendimento da educação básica.

2.3 HISTÓRICO DO CURSO

O processo de expansão do Câmpus Universitário de Miracema vem sendo discutido desde a criação da UFT, a partir da reflexão sobre a possibilidade da criação de projetos para a oferta de novos cursos, atentando para a demanda social, as condições de oferta em termos de infraestrutura física e de recursos humanos necessários.

O câmpus de Miracema iniciou suas atividades voltadas à área da educação em 1999, com a oferta do curso de licenciatura em Pedagogia, pela UNITINS. A expansão do câmpus, realizada no ano de 2006, inseriu a área das Ciências Sociais Aplicadas, com a oferta do curso de Graduação em Serviço Social. Posteriormente, em 2016, o câmpus iniciou a oferta do curso de Psicologia.

O curso de Educação Física (licenciatura) foi proposto para realocação de 40 vagas do curso de Pedagogia conforme proposto no PPC aprovado em 2007 com o objetivo de diversificar a oferta de novos cursos no câmpus de Miracema. As discussões e reflexões acerca da criação do Curso de Educação Física iniciaram-se em 2008, com a preocupação em construir um desenho curricular sintonizado com as exigências da educação atual, para a formação de professores, e com as realidades socioculturais e econômicas do Tocantins.

Assim, verificando a demanda local por formação docente na área de Educação Física, uma comissão foi designada para a estruturação de um pré-projeto de licenciatura nessa área. Este pré-projeto foi elaborado por uma comissão composta pelos docentes: José Oto Konzen, Kleber Lopes Lima Fialho e Antônio Miranda de Oliveira no ano de 2008. Neste pré-projeto havia projeção de outros cursos a serem implantados no câmpus, como áreas capazes de compor uma organização curricular enriquecedora e complementar na formação de professores.

Os cursos propostos foram: Bacharelado em Educação Física, em Psicologia e Licenciatura em Artes.

O pré-projeto inicial apresentado pelos referidos docentes foi alterado e finalizado, em 2010, pela comissão composta pelas professoras Ana Corina M. Spada, Adriana Garcia Gonçalves, Vânia Maria de Araújo Passos, Célia Maria Grandini Albiero e Kalina Lígia Almeida de Brito Andrade, a fim de aprovar o início do curso na modalidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

A oferta do Curso na modalidade PARFOR teve início em julho de 2010, e a partir de março de 2011 foi constituída uma nova comissão para reelaboração do PPC do curso, sob a presidência de uma profissional com graduação na área de Educação Física, Professora Dra. Karina do Valle Marques, que assumiu a coordenação do Curso. Essa nova comissão foi composta pelos seguintes membros: Prof^a. Dra. Karina do Valle Marques (Formação em Educação Física – Presidente da Comissão de Elaboração do PPC); Prof^a. Dra. Adriana Garcia Gonçalves (Formação em Pedagogia e Fisioterapia - membro); Prof^a. MsC. Kalina Lígia A. Brito Andrade (Formação em Engenharia de Materiais - membro).

O 1º. Curso de Licenciatura em Educação Física no PARFOR, ofertado em regime modular presencial, atende à demanda de professores que atuam na rede pública de ensino, sem a formação específica. Este curso foi desenvolvido no período de férias escolares, durante os meses de janeiro (30 dias), fevereiro (15 dias) e julho (30 dias). No período presencial foram ministradas 80% da carga horária das disciplinas; os 20% restantes foram realizados por meio de atividades à distância.

Vale ressaltar que o projeto para implantação do curso de Educação Física regular no câmpus de Miracema leva em consideração a Modalidade PARFOR, compondo uma unidade de pressupostos e concepções, bem como da organização didático-pedagógica para o curso.

Em 2013 uma nova comissão presidida pelo professor Vitor Antônio Cerignoni Coelho, com formação específica em Educação Física e as professoras Márcia Machado; Layanna Giordana Bernardo Lima; Vânia Maria de Araújo Passos; Juciley Silva Evangelista Freire docentes do curso de Pedagogia realizaram uma nova reformulação no PPC do curso de licenciatura em Educação Física, concentrando-se em mudanças na organização curricular e ementas das disciplinas do curso.

O PPC de Licenciatura em Educação Física do câmpus de Miracema é resultado dos esforços da comunidade universitária deste câmpus em diversificar a oferta de cursos de graduação públicos e de qualidade social à população Tocantinense. Ele se insere no bojo de um projeto mais amplo de expansão do câmpus, pensado para um período de curto e longo prazo, em que diversos cursos das áreas de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde se articulam compondo o núcleo comum Educação e Saúde. No contexto atual, objetiva acatar o desafio proposto pelo MEC no que diz respeito à interiorização das Universidades Federais com a proposta da expansão acadêmica.

A proposta de expansão acadêmica do câmpus de Miracema, fundamentada no princípio da interdisciplinaridade, objetiva promover a integração dos cursos de licenciatura e bacharelado, das áreas das ciências humanas, sociais e biológicas. A Interdisciplinaridade entendida como Prática Acadêmica de Ensino, Pesquisa e Extensão, essenciais à construção do saber, torna-se indispensável à interlocução entre saúde, educação e as ciências sociais aplicadas, principalmente no que se refere ao conhecimento que os profissionais devem adquirir ao longo dos cursos sobre a inclusão social de grupos especiais como: idosos, crianças com necessidades especiais, pessoas com deficiência ou com doenças crônico-degenerativas, gestantes, diversidade étnico racial e cultural e os menos favorecidos economicamente, que se constituem como sujeitos de direitos das políticas públicas.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de

tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso se efetiva de fato por meio da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivar em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia entre quantidade e qualidade, acaba ocorrendo no interior da universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável a interação da universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Desse modo, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- A democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- O deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) ressignificando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- O futuro como referencial da proposta curricular, tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;
- A superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- A formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- A aprendizagem como produtora do ensino, de modo que o processo deva ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- A transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;

- O desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;

- O ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1 FUNDAMENTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DA UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foram apontadas, como uma das questões relevantes, as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem efetivados em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico está em consonância com a Resolução CONSEPE no 005/2005 dessa Universidade, na qual objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a atuação profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

Este PPC busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, a partir da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração entre ensino, pesquisa e extensão; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação, recursos audiovisuais e de plataformas digitais.

3.2 OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Licenciatura em Educação Física do câmpus de Miracema objetiva formar o professor da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), qualificando-o para compreender, intervir, analisar e refletir criticamente sobre as diferentes expressões da cultura corporal de movimento, entre elas o esporte, o jogo e a brincadeira, a ginástica, a luta, a dança e as práticas de saúde e de lazer social, em consonância com a realidade social, cultural e escolar no qual estará inserido, além de promover atividades educativas emancipadoras relacionadas a estes âmbitos em instituições escolares, tomando por base os conhecimentos científicos da área de Educação Física.

Espera-se do profissional egresso do curso de licenciatura em Educação Física da UFT/Miracema:

- Atuar profissionalmente pautado em princípios éticos, igualitários e democráticos;
- Mobilizar conhecimentos teóricos e práticos visando concretizar ações que melhorem a vida das pessoas;
- Atuar criticamente e de forma colaborativa em equipes multidisciplinares, no intuito de contribuir para a efetivação de projetos transformadores na Educação Básica;
- Dominar os conhecimentos relativos à cultura corporal de movimento no âmbito da Educação Física na Educação Básica;
- Desenvolver alternativas didáticas e estratégias metodológicas que viabilizem a aprendizagem da Educação Física em todos os níveis da Educação Básica de forma crítica, segura e prazerosa, levando-se em conta o respeito às limitações e o desenvolvimento integral das potencialidades do sujeito;

- Compreender e efetivar a atitude científica no desenvolvimento da pesquisa para a produção de conhecimento sobre a corporeidade humana e a cultura corporal de movimento em todas as suas dimensões;
- Estabelecer relações entre a Educação Física e outros campos de conhecimentos ou áreas correlatas, visando uma melhor compreensão da sociedade, sobre a qual irá refletir intervir.

3.3 PERFIL PROFISSIONAL

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, Resolução CNE/CES nº 7/2004, no que diz respeito ao perfil acadêmico-profissional do graduado, o curso de licenciatura em Educação Física almeja formar profissionais competentes para:

analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável (BRASIL, 2004, art. 4º).

Sua atribuição principal é a docência na Educação Básica, que requer conhecimentos sistemáticos acerca dos fundamentos da Educação Física, do desenvolvimento histórico e das relações com diversas áreas que compõe o saber escolar. Além de trabalhar diretamente com os conteúdos da aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, realiza pesquisas em Educação Física, coordena e supervisiona equipes de trabalho.

Em sua atuação, busca o desenvolvimento do educando no que diz respeito à construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Todas as ações do profissional de Educação Física convergem na direção para garantir a formação do sujeito. Assim, poderá atender as demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento, atuando na Educação Básica.

Considerando a diversidade cultural da região onde o curso é ofertado, a proposta é oportunizar situações educacionais à comunidade como foco na prática das diferentes expressões e manifestações culturais do movimento humano, independentemente de características socioeconômicas, de condições físicas e intelectuais, de gênero, de etnia, de crença, conhecimento e acessibilidade.

Nesse sentido, a formação ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento: Relação Ser Humano-Sociedade; Biológicas do Corpo Humano; e Produção do Conhecimento Científico e Tecnológico. No que diz respeito à formação específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, esta deverá contemplar as seguintes dimensões: Culturais do Movimento Humano; Técnico-Instrumental e Didático-Pedagógica.

3.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A formação do graduado em Educação Física Licenciatura deverá ser concebida, planejada e avaliada visando o desenvolvimento das seguintes competências, atitudes e habilidades específicas, conforme as Diretrizes Curriculares para a Graduação em Educação Física (BRASIL, 2004):

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;

- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável, com a exploração do potencial natural do ambiente onde o curso será ofertado;

- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;

- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional;

- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmica-profissional.

3.5 CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O Licenciado em Educação Física, egresso na UFT, terá como áreas de atuação os espaços e ambientes escolares nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Portanto, poderá atuar em instituições de ensino na educação infantil, séries iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio, em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância.

O campo de atuação, que não deve ser confundida com local de trabalho, nada mais é do que o campo de trabalho e de ocupação do profissional. Evidencia-se que os campos de atuação do curso de Educação Física Licenciatura permitem

selecionar as competências e habilidades necessárias para um profissional com formação generalista e específica.

Educação Física Infantil

- Atuar nas creches e escolas públicas e privadas especializadas em educação infantil.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas e recreativas nas diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo, motor e socioafetivo, bem como atendendo às diversidades.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular e desenvolver habilidades de manipulação, locomoção, estabilização e cinestesia para construir e aprimorar o repertório motor.

Educação Física no Ensino Fundamental

- Atuar no ensino fundamental em escolas públicas e/ou privadas.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular, desenvolver habilidades motoras múltiplas e atividades complexas específicas vivenciadas por meio das práticas esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.

Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- Atuar no ensino médio e EJA em escolas públicas e/ou privadas.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar programas de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.
- Planejar e executar programas de atividades de Educação Física para consolidar as habilidades motoras complexas e específicas.

- Conhecer e desenvolver jogos com caráter competitivo, cooperativo, recreativo, atividades rítmico-expressivas e atividades para aprimorar as capacidades físicas.
- Conhecer e aplicar metodologias do treinamento desportivo.
- Conhecer, orientar e desenvolver noções conceituais de esforço, intensidade e frequência nas práticas de atividades físicas.

3.6 DIMENSÕES FORMATIVAS DO CURRÍCULO

Em 31 de março de 2004, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação promulgou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física. Foi publicada por meio da Resolução nº 7/2004, e entre várias definições, criou uma nova modalidade para a formação do acadêmico em Educação Física. De acordo com o parecer CNE/CES 0058/2004, embora a formação em Educação Física esteja inserida na área da Saúde, é imperiosa a compreensão do seu caráter multidisciplinar, que além de possuir um corpo de conhecimento próprio, utiliza-se de conhecimentos produzidos no contexto das ciências biológicas, humanas, sociais, bem como em conhecimentos da arte e da filosofia.

O saber que se exige do professor de Educação Física para a promoção da saúde não se limita ao conhecimento físico e à manipulação instrumental, isto é, ao domínio dos aspectos físico-corporais do movimento humano, porque o movimento humano é constituído por uma multiplicidade de manifestações e se inscreve num contexto sociocultural.

Por isso, as atividades propostas não podem traduzir-se numa mera compensação de atividades físicas e/ou da promoção da estetização corporal, tão presente no contexto atual. O que se espera da atuação do professor de Educação Física é a capacidade de promover novas formas de relação corporal, da pessoa com seu próprio corpo, com os outros corpos e com a natureza externa. Daí a sua íntima relação com a educação.

Para a formação de professores de Educação Física, importa destacar que a Resolução CNE/CES 07/2004 de 31 de março de 2004, resolve em seu Art. 3º, definir a Educação Física como:

Área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas

diferentes modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. (BRASIL, 2004, p. 35).

A Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica, requer um professor legalmente habilitado para a sua implementação em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996). Necessita-se, pois, de um currículo voltado para a formação de qualidade desse profissional para que este seja competente, comprometido, crítico e participativo. Espera-se que, no exercício da docência, os professores contribuam para mudanças econômicas e socioculturais que nosso país tanto precisa e, que, leciona na Educação Básica com práticas competentes, pedagogicamente referenciadas para elevar qualitativamente a Educação Física escolar, e ainda, em aulas e atividades centradas em práticas corporais, busque a inter-relação da prática com o conhecimento.

O processo de modernização e urbanização da vida social tem ampliado as possibilidades de atuação do profissional de Educação Física. As frentes de atuação da área têm aumentado significativamente. Enquanto licenciado, este crescimento está associado à universalização do acesso da população à Educação Básica – sobretudo, a de nível fundamental – que inclui a disciplina de Educação Física em suas disposições curriculares legais.

Conforme, ainda, o parecer CNE/CES 58/2004, a Instituição de Ensino Superior (IES) deverá pautar o projeto pedagógico do curso de Graduação em Educação Física nos seguintes princípios regidos pela Lei de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física de modo a assegurar:

- Autonomia institucional;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Graduação como formação inicial;
- Formação continuada;
- Ética pessoal e profissional;
- Ação crítica investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- Construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- Abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- Indissociabilidade teoria e prática;
- Articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Além desses princípios, o Parecer caracteriza a Educação Física a partir de três dimensões interdependentes. A dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas, a dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional e a dimensão da intervenção acadêmico-profissional.

A dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas compreende o direito de as pessoas conhecerem e terem acesso às manifestações e expressões culturais que compõe a tradição da Educação Física, com ênfase nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial e da dança.

A dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional em Educação Física compreende as diversas formas, possibilidades e modalidades de formação, desde a graduação, pós-graduação, extensão, entre outros, nos termos da LDBEN e dos documentos legais complementares, que apresentam objetivos de qualificar e habilitar os indivíduos interessados em intervir acadêmica e profissionalmente na realidade social, por meio das manifestações e expressões culturais do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural dos sujeitos.

A dimensão da intervenção acadêmica-profissional compreende o exercício político social, ético-moral, técnico-profissional e científico do graduado em Educação Física no sentido de diagnosticar os interesses e as necessidades das pessoas, de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar atividades físicas, educativas, recreativas e esportivas, assim como participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da educação, saúde, do lazer, do esporte e da cultura.

Considerando as dimensões que caracterizam a Educação Física, esta é concebida como área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, como conteúdo a cultura corporal de movimento, com a finalidade de possibilitar às pessoas o acesso a este acervo cultural, compreendido como direito inalienável de todo(a) cidadão(ã) e como importante patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana.

Tendo em vista esse cenário, o Projeto do Curso de Licenciatura em Educação Física do câmpus universitário de Miracema busca contemplar uma Educação Física reflexiva, que respeita o contexto social do qual ela se origina e

entende que o compromisso deste futuro profissional está pautado no conhecimento do movimento humano e dos conhecimentos da cultura corporal de movimento considerando o que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Graduação em Educação Física. O curso estabelece articulações com os conhecimentos de outras licenciaturas do câmpus, no que envolve o conhecimento do sujeito em geral e no espaço escolar em particular, inscritos num contexto econômico, social, político e cultural historicamente constituído. Envolve também conhecimentos relacionados ao processo de apropriação pessoal do conhecimento por parte dos licenciados (a iniciação à pesquisa) e à sua transmissão (os processos didático-pedagógicos).

Neste sentido, a proposta curricular do curso é composta por um conjunto de disciplinas voltadas à formação geral, humanística e crítica, seja na área de compreensão do espaço escolar e das práticas pedagógicas. Além disto, oferece disciplinas optativas, que tenham afinidade com sua área de formação e interesse específico. Assim sendo, esta organização curricular favorece a formação de linhas e de grupos de pesquisa que tenham interface com a formação de professores, intervenção prática em Educação Física, Esporte e Aspectos Socioculturais.

Em consonância com os documentos pertinentes emanados do Conselho Nacional de Educação, a proposta curricular do curso de Educação Física da UFT, câmpus de Miracema, foi elaborada de modo a garantir a qualidade e a flexibilidade do processo formativo, respeitando a autonomia do aluno, as carências e exigências educacionais do contexto e o processo permanente de construção e reelaboração do conhecimento.

3.7 MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular do projeto é feita por créditos e a integralização da carga horária total deverá ser feita em no mínimo oito semestres (ou quatro anos) e no máximo de 12 semestres (ou seis anos). O projeto apresenta pré-requisitos em sua estrutura curricular que norteiam as ações didático-pedagógicas das disciplinas integradas e oferecem uma base de conhecimentos para os componentes subsequentes.

O currículo do curso está organizado e estruturado em módulos (semestres), por disciplinas, tendo em cada módulo um eixo articulador, identificado segundo os objetivos educacionais do módulo. Em conformidade com a Resolução CNE/CP nº

02 de 1º de julho de 2015, este curso terá a duração mínima de 3.210 horas de efetivo trabalho acadêmico.

Levando-se em consideração as dimensões do conhecimento propostas pelo Parecer CNE/CES 058/2004 entende-se por: a) Formação Ampliada: o estudo da relação do ser humano, em todos os ciclos vitais, com a sociedade, a natureza, a cultura e o trabalho, permitindo uma formação cultural abrangente para a competência acadêmico-profissional de um trabalho com seres humanos em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico afins e a especificidade da Educação Física.

Desse modo, essa formação abrange as seguintes dimensões do conhecimento: Relação ser humano-sociedade; Biológica do corpo humano; Produção do conhecimento científico e tecnológico;

b) Formação Específica: a formação específica abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física e deve compreender e integrar as dimensões culturais, didático-pedagógicas e técnico-instrumentais das manifestações e expressões do movimento humano, com o propósito de qualificar e habilitar a intervenção acadêmico-profissional em face das competências e das habilidades específicas do graduado em Educação Física. Essa formação abrange as dimensões: Culturais do movimento humano; Técnico-instrumental; e Didático-pedagógico.

Em relação à PCC, o parecer CNE/CP nº 28/2001 esclarece que se trata do

próprio modo como as coisas vão sendo feitas, cujo conteúdo é atravessado por uma teoria [...] uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente [...]. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo (BRASIL, 2001c, p. 9).

Para Souza Neto e Silva (2014, p. 897) a PCC trata-se de uma estratégia que problematiza e teoriza as questões relativas ao campo da educação e das áreas de ensino específicas, que partem do contato direto do contexto escolar e educativo e também com o espaço de experiências acadêmicas ou profissionalizantes. Ainda segundo os autores, a PCC é “um mecanismo para viabilizar a integração entre os diferentes aportes teóricos que compõem a investigação científica e os campos de conhecimento em educação e ensino de ...” (SOUZA NETO; SILVA, 2014, p. 897-898, destaques no original).

Visando atender essa dimensão formativa, a PCC do currículo do curso de Educação Física da UFT de Miracema foi organizada em duas partes: a primeira,

denominada “Projeto Integrador I, II, III e IV”, acontecerá nos quatro primeiros períodos, sendo ofertados aos sábados e, a segunda parte, estará organizada em algumas disciplinas a partir do quinto período.

Com relação ao Projeto Integrador, os alunos terão a oportunidade de, individualmente ou em grupos, desenvolver projetos, materiais didático-pedagógicos, intervenções, estudos de caso ou outras ações que envolvem a relação teoria e prática no contexto da educação escolar. A cada semestre, os docentes que ministram disciplinas em cada período se organizarão, juntamente com os alunos, e desenvolverão uma proposta de intervenção e/ou reflexão sobre a prática pedagógica, trabalhando em uma perspectiva interdisciplinar e um caráter ampliado do processo educacional. As atividades referentes ao Projeto Integrador serão orientadas aos sábados supervisionadas pelo grupo de professores responsável pelo projeto em cada período. Cada projeto integrador terá carga horária de 60 horas totalmente destinadas à PCC.

A PPC também será organizada dentro de algumas disciplinas, a partir do quinto período, que farão a interlocução das discussões de seus conteúdos com intervenções pedagógicas no âmbito da Educação Física Escolar. Os docentes destas disciplinas devem propor nas suas ementas as atividades que terão relação direta com a PPC, e já no início do semestre discutir tais atividades com seus respectivos alunos. As disciplinas são: Educação Física no Ensino Fundamental e Educação Especial e Práticas Corporais Inclusivas, ambas no quinto período; Lutas na Escola e Esportes II (Esportes de rede/parede) no sexto período; Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos no sétimo período e Educação Física e Saúde na Escola no oitavo período.

As discussões sobre Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); políticas públicas e gestão da educação, questões socioambientais, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (previstas no Decreto nº 5.626/2005, na Lei nº 11.645/2008, na Lei Federal 9.795/1999, art. 11 e no § 2º do art. 13 da Resolução CNE/CP nº 2 de 2015), estão previstas nas no PPC nas seguintes disciplinas obrigatórias: “Língua Brasileira de Sinais” (LIBRAS), “História e cultura corporal afro-brasileira e indígena”, “Prática de Ensino e Formação Docente”, “Educação Física na Educação Infantil”; “Educação Física no Ensino Fundamental”, “Educação Física no Ensino Médio e EJA”, “História da Educação Física”, “Fundamentos Filosóficos em Educação

Física”, Fundamentos didáticos da Educação Física’, “Políticas Públicas e Gestão Educacional”; “Práticas corporais de aventura”; “Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil”, “Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)”, “Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)”, “Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos” e “Teorias da Educação Física Escolar”.

Quadro 1 – Matriz curricular, cargas horárias e créditos.

GRADE CURRICULAR							
CÓD.	DISCIPLINA	CH P	CH T	CH PCC	CH TOTAL	CR.	PRÉ-REQUISITO
PRIMEIRO SEMESTRE							
1	História da Educação Física	0	60	0	60	4	Não há
2	Crescimento e Desenvolvimento Motor	15	45	0	60	4	Não há
3	Expressão Corporal e Dança	30	30	0	60	4	Não há
4	Anatomia Geral	30	30	0	60	4	Não há
5	Jogos e Brincadeiras	30	30	0	60	4	Não há
6	Projeto Integrador I	0	60	0	60	4	Não há
		105	255	0	360	24	
SEGUNDO SEMESTRE							
7	Instrumentalização científica	0	60	0	60	4	Não há
8	Fundamentos Filosóficos em Educação Física	0	60	0	60	4	Não há
9	Aprendizagem e Controle Motor	15	45	0	60	4	Não há
10	Anatomia aplicada ao movimento	30	30	0	60	4	Não há
11	Atletismo na Escola	30	30	0	60	4	Não há
12	Projeto Integrador II	0	60	0	60	4	Não há
		75	285	0	360	24	
TERCEIRO SEMESTRE							
13	Prática de Ensino e Formação Docente	30	30	0	60	4	Não há
14	Dança na Educação Física Escolar	45	15	0	60	4	Não há
15	Teorias da Educação Física Escolar	45	15	0	60	4	Não há
16	Introdução à Ginástica	45	15	0	60	4	Não há
17	Optativa I	60	0	0	60	4	Não há
18	Projeto Integrador III	0	0	60	60	4	Não há
		225	75	60	360	24	
QUARTO SEMESTRE							
19	Ginástica Escolar	30	30	0	60	4	Não há
20	Fisiologia Humana	30	30	0	60	4	4
21	Fundamentos Didáticos em Educação Física	15	45	0	60	4	Não há
22	Educação Física na Educação Infantil	30	30	0	60	4	Não há
23	Esportes I (Esportes de invasão)	45	15	0	60	4	Não há

24	Projeto Integrador IV	0	0	60	60	4	Não há
		150	150	60	360	24	
QUINTO SEMESTRE							
25	Educação Física no Ensino Fundamental	0	30	30	60	4	Não há
26	Fisiologia do Exercício	15	45	0	60	4	10, 20
27	Psicologia da Educação e do Desenvolvimento	30	30	00	60	4	Não há
28	Educação Especial e Práticas Corporais Inclusivas	15	30	15	60	4	Não há
29	Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil	15	75	0	90	6	15, 21, 22
30	Optativa II	60	-	0	60	4	Não há
		135	210	45	390	26	
SEXTO SEMESTRE							
32	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	15	75	0	90	6	15, 21, 25
33	Lutas na Escola	15	15	30	60	4	Não há
34	Esportes II (Esportes de rede/parede)	15	15	30	60	4	Não há
36	Políticas Públicas e Gestão Educacional	30	30	0	60	4	Não há
37	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	30	30	0	60	4	Não há
		105	165	60	330	22	
SÉTIMO SEMESTRE							
39	Bases cinesiológicas e biomecânicas do movimento humano	15	45	0	60	4	10
40	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	90	30	0	120	8	15, 21, 25
41	Práticas corporais de aventura	45	15	0	60	4	Não há
42	Esportes III (Esportes de rebatida/campo e Esportes de alvo)	45	15	0	60	4	Não há
43	Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	0	30	30	60	4	Não há
44	Optativa III	60	-	0	60	4	Não há
		255	135	30	420	28	
OITAVO SEMESTRE							
46	Educação Física e Saúde na Escola	15	30	15	60	4	Não há
47	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	90	30	0	120	8	15, 21, 43
48	História e cultura corporal afro-brasileira e indígena	30	30	0	60	4	Não há
49	Trabalho de Conclusão de Curso	60	0	0	60	4	7
50	Atividades Aquáticas	45	15	0	60	4	Não há
51	Optativa IV	60	-	0	60	4	Não há
		300	105	15	420	28	
		1.320	1.350	270	3.000		
ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO		-	-	-	210	14	Não há

CH TOTAL DO CURSO	3.210h*
--------------------------	----------------

* Incluindo: Formação geral e específica; Estágios; PCC; e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.

Considerando os núcleos de formação I e II, seguem abaixo dois quadros que resumem as cargas horárias destinadas a cada núcleo e suas respectivas disciplinas.

Quadro 2 – Quadro de cargas horárias do Núcleo I.

Núcleo I			
Disciplinas específicas	C.H.	Disciplinas de dimensão pedagógica	C.H.
História da Educação Física	60	Fundamentos Filosóficos em Educação Física	60
Crescimento e Desenvolvimento Motor	60	Psicologia da Educação e do Desenvolvimento	60
Anatomia Geral	60	Políticas Públicas e Gestão Educacional	60
Instrumentalização científica	60		
Anatomia aplicada ao movimento	60		
Fisiologia Humana	60		
Fisiologia do Exercício	60		
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60		
Educação Física e saúde na escola	60		
Trabalho de Conclusão de Curso	60		
Subtotal	600	Subtotal	180
CH TOTAL NÚCLEO I	750*		

*sem contar a carga horária de disciplinas optativas.

Quadro 3 - Quadro de carga horárias do Núcleo II.

Núcleo II			
Disciplinas específicas	CH	Disciplinas de dimensão pedagógica	CH
Expressão Corporal e Dança	60	Atletismo na Escola	60
Jogos e Brincadeiras	60	Prática de Ensino e Formação Docente	60
Aprendizagem e Controle Motor	60	Dança na Educação Física Escolar	60
Introdução à Ginástica	60	Teorias da Educação Física Escolar	60
Esportes I (Esportes de invasão)	60	Ginástica Escolar	60
Lutas na Escola	30	Fundamentos Didáticos em Educação Física	60
Esportes II (Esportes de rede/parede)	30	Educação Física na Educação Infantil	60
Práticas corporais de aventura	60	Educação Física no Ensino Fundamental	30
Bases cinesiológicas e biomecânicas do movimento humano	60	Educação Especial e Práticas Corporais Inclusivas	30
Esportes III (Esportes de rebatida/campo e Esportes de alvo)	60	Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	30
Atividades Aquáticas	60	História e cultura corporal afro-brasileira e indígena	60
Subtotal	600	Subtotal	570
CH TOTAL NÚCLEO II	1170*		

*sem contar a carga horária de disciplinas optativas.

Os módulos são sequenciais, apresentam periodicidade semestral e estão estruturados tendo por princípio pedagógico, a formação de uma base de

conhecimentos teórico/prático, na qual será garantida ao acadêmico a constituição de competências que contribuam para uma formação histórica, humana, pedagógica e social, cujas competências estão contempladas em outros cursos de formação de professores para a Educação Básica. As disciplinas serão distribuídas ao longo do semestre, com frequência semanal, cumprindo-se uma carga horária diária de 04 horas/aula.

As disciplinas práticas, tais como: anatomia geral, anatomia aplicada ao movimento, fisiologia humana, fisiologia do exercício, bases cinesiológicas e biomecânicas do movimento humano, práticas corporais de aventura, atividades aquáticas, entre outras, admitem a divisão de turmas, haja vista a demanda do curso, número de alunos, estrutura física disponível e rendimento didático. Outros formatos de oferta das disciplinas poderão ser considerados, de acordo com a necessidade e previamente aprovados pelo Colegiado do Curso e Conselho Diretor (CONDIC).

As cargas horárias destinadas aos Estágios Supervisionados, às Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento serão cumpridas fora do horário de aula previsto para o funcionamento do curso mediante regulamento próprio aprovado e divulgado pelo CONDIC. A carga horária total do curso, estabelecida em horas, é convertida em h/a de 50 minutos (Resolução CNE/CES nº 3/2007).

Tendo em vista as turmas que já estão em andamento, os períodos 5º e 7º não farão a migração. A migração total será realizada para as turmas ingressantes em 2017.1, 2018.1 e 2019.1, sendo assim, a partir de 2019.2 será realizado o processo de migração. Segue quadro de equivalência abaixo.

Quadro 4 – Relação de disciplinas e equivalências.

Obrigatórias			
2015	Ch	2019	Ch
Crescimento e Desenvolvimento Motor	60	Crescimento e Desenvolvimento Motor	60
Expressão Corporal e Dança	60	Expressão Corporal e Dança	60
Anatomia Geral	60	Anatomia Geral	60
Teoria e Prática dos Jogos Ou Jogos e Brincadeiras	60	Jogos e Brincadeiras	60
Projeto Integrador V	60	Projeto Integrador I	60
Metodologia do Trabalho Científico	60	Instrumentalização Científica	60
Fundamentos Filosóficos em Educação Física	45	Fundamentos Filosóficos em Educação Física	60

Filosofia da Educação Física	60	Fundamentos Filosóficos em Educação Física	60
História da Educação Física	45	História da Educação Física	60
Aprendizagem e Controle Motor	60	Aprendizagem e Controle Motor	60
Neuroanatomia Aplicada ao Movimento Ou Anatomia Aplicada ao Movimento	60	Anatomia aplicada ao movimento	60
Teoria e Prática do Atletismo I Ou Atletismo na Escola	60	Atletismo na Escola	60
Prática de Ensino e Formação Docente	60	Prática de Ensino e Formação Docente	60
Dança na Educação Física Escolar	60	Dança na Educação Física Escolar	60
Fundamentos Socioantropológicos em Educação Física Ou Teorias da Educação Física Escolar	60	Teorias da Educação Física Escolar	60
Introdução à Ginástica Ou Fundamentos da Ginástica I	60	Introdução à Ginástica	60
Projeto Integrador III	60	Projeto Integrador III	60
Ginástica Escolar Ou Fundamentos de Ginástica II	60	Ginástica Escolar	60
Fisiologia Humana Ou Fisiologia Humana	60	Fisiologia Humana	60
Fundamentos Didáticos em Educação Física*	60	Fundamentos Didáticos em Educação Física	60
Educação Física na Educação Infantil	60	Educação Física na Educação Infantil	60
Esportes I (Esportes de invasão) Ou Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I (Handebol e Voleibol)	60	Esportes I (Esportes de invasão)	60
Educação Física no Ensino Fundamental Ou Educação Física para Crianças e Adolescentes	60	Educação Física no Ensino Fundamental	60
Fisiologia do Exercício*	60	Fisiologia do Exercício	60
Psicologia da Educação e do Desenvolvimento	60	Psicologia da Educação e do Desenvolvimento	60
Educação Especial e Práticas Corporais Inclusivas Ou Educação Especial e Educação Física	60	Educação Especial e Práticas Corporais Inclusivas	60
Estágio Supervisionado em	60	Estágio Supervisionado em	90

Educação Física Infantil		Educação Física Infantil	
Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5ºano)	120	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5ºano)	90
Lutas na Escola Ou Teoria e Prática das Lutas	60	Lutas na Escola	60
Esportes II (Esportes de rede/parede) Ou Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II (Basquetebol e Futebol/Futsal) Ou Esportes II (Esportes de rebatida/campo e esportes de alvo)	60	Esportes II (Esportes de rede/parede)	60
Políticas Públicas em Educação e Educação Física	60	Políticas Públicas e Gestão Educacional	60
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60
Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano*	60	Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano	60
Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9ºano)	90	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9ºano)	120
Lazer, Recreação e Meio Ambiente Ou Práticas Corporais de Aventura	60	Práticas Corporais de aventura	60
Esportes III (Esporte de rebatida/campo e Esportes de alvo) Ou Teoria e Prática dos Esportes de Raquetes	60	Esportes III (Esporte de rebatida/campo e Esportes de alvo)	60
Estágio na Educação Física no Ensino Médio	90	Estágio na Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	120
Educação Física e saúde na escola Ou Educação Física Escolar para Grupos Especiais	60	Educação Física e saúde na escola	60
História e cultura corporal afro-brasileira e indígena	60	História e cultura corporal afro-brasileira e indígena	60
Trabalho de Conclusão de Curso II Ou Pesquisa em Educação Física Escolar II	60	Trabalho de Conclusão de Curso	60
Atividades Aquáticas Ou Teoria e Prática das Atividades Aquáticas e Natação	60	Atividades Aquáticas	60
Leitura e Produção de Texto	60	Optativa I	60

Teoria e Prática do Atletismo II	60	Optativa II	60
Higiene e Socorros de Urgências	60	Optativa III	60
Medidas e Avaliação em Educação Física	60	Optativa IV	60
Pesquisa em Educação Física Escolar I	60	Optativa I, II, III, IV	60
Optativas			
Esporte e Educação	60	Esporte e Educação	60
Sociologia do Esporte	60	Sociologia do Esporte	60

Para que haja equivalência de disciplinas o Regimento Acadêmico da UFT ressalta que: “[...] quando houver equivalência de 100% (cem por cento) de conteúdo programático e, no mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária ou 70% (setenta por cento) do conteúdo programático e 100% (cem por cento) da carga horária”. Para a equivalência das disciplinas que tiveram aumento da carga horária, o processo de aproveitamento ocorrerá mediante a análise do docente responsável, e, para a complementação da carga horária, será previsto a realização de atividades complementares. No caso dos estágios, que tiveram diminuição de carga horária (devido às peculiaridades locais, como a falta de professores de Educação Física no Município), entende-se que não há implicações para a equivalência, uma vez que, o estágio, embora apresentadas as equivalências, é considerado como uma ação única de 420 horas.

Considerando ao quadro acima, os alunos ainda terão de cursar os seguintes componentes curriculares:

1. Projeto Integrador I
2. Projeto Integrador II
3. Projeto Integrador III
4. Projeto Integrador IV
5. Prática de Ensino e Formação Docente
6. Dança na Educação Física Escolar
7. Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos

3.7.1 Dos pré-requisitos

Algumas disciplinas demandam o cumprimento de pré-requisitos ou exigências para a matrícula em outro componente curricular. Entende-se que os pré-

requisitos fortalecem a estrutura organizacional do currículo e norteiam as ações didático-pedagógicas das disciplinas integradas.

3.7.2 Das disciplinas optativas

A carga horária total do curso poderá ser acrescida por disciplinas optativas para enriquecimento curricular a desejo do aluno, podendo ser cursadas também em outros cursos de graduação da UFT.

Quadro 5 – Disciplinas optativas.

Nome da disciplina	Carga horária
Alimentação e nutrição escolar	60h
Atividade motora e crianças pequenas	60h
Atividades Circenses e Educação Física escolar	60h
Avaliação em Educação Física	60h
Currículo e Educação Física	60h
Dança Contemporânea	60h
Dança e Improvisação	60h
Dança Jazz	60h
Educação Física, Cultura e Sociedade	60h
Educação Física e Tecnologias Digitais	60h
Educação Física e Envelhecimento	60h
Esporte e Educação	60h
Estudos do Lazer	60h
Leitura e Produção Textual	60h
Métodos de Pesquisa Qualitativa	60h
Métodos de Pesquisa Quantitativa	60h
Organização de Eventos em Educação Física	60h
Políticas públicas de saúde	60h
Recreação hospitalar	60h
Sociologia do Esporte	60h
Socorros de Urgência	60h

Outras disciplinas optativas poderão ser ofertadas, a qualquer momento, de acordo com as necessidades do curso, desde que previamente aprovadas pelo colegiado.

3.7.3 Ementário

PRIMEIRO SEMESTRE

Disciplina: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 1º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 0h	Créditos: 4
Ementa Análise histórica dos elementos teóricos que envolvem os conceitos e pertinência sociocultural das práticas corporais presentes nos estudos da Educação Física. Compreensão sobre características, valores e tendências inerentes à Educação Física no contexto escolar, considerando seu processo de construção histórica.			
Bibliografia Básica BARROS, G.N.M. de. <i>As olimpíadas na Grécia Antiga</i> . São Paulo. Pioneira, 1996. CASTELLANI FILHO, L. <i>Educação Física no Brasil: a história que não se conta</i> . Campinas, Papirus. 1988. SOARES, C. <i>Educação Física: raízes europeias e Brasil</i> . Campinas, SP. Autores Associados, 1994.			
Bibliografia Complementar DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. <i>Educação Física na Escola: implicações para prática pedagógica</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. GRIFI, G. <i>História da Educação Física e do Esporte</i> . Porto Alegre, D.C. Luzzatto, 1989. MARINHO, I.P. <i>História da Educação Física e dos Desportos no Brasil</i> . Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República, documentário e bibliografia. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde. Divisão de Educação Física. v 4. 1965. MELO, Victor Andrade de. <i>História da Educação Física e do esporte no Brasil: panoramas e perspectivas</i> . São Paulo: Ibrasa, 1999. SOUZA, B.C. <i>História da Educação Física</i> . Escola de Educação Física Militar de São Paulo. Vols. I e II. 1975.			

Disciplina: CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO MOTOR			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 1º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	Créditos: 4
Ementa Conceitos e definições sobre o crescimento e o desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano em seus diferentes aspectos (biológico, social, cognitivo, emocional, motor e sexual) com ênfase na infância e juventude. As etapas do desenvolvimento motor ao longo da vida aplicadas à Educação Física Escolar e às diferentes práticas motoras, e os métodos de avaliação motora.			
Bibliografia básica GALLAHUE, D.L; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. <i>Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos</i> . 7. ed. São Paulo: Phorte, 2013. GALLAHUE, D.L; DONNELLY, F. <i>Educação Física Desenvolvimentista para crianças</i> . São Paulo: Phorte, 2007. HAYWOOD, K. M. e GETCHELL, N. <i>Desenvolvimento motor ao longo da vida</i> . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.			
Bibliografia Complementar BEE, H. <i>A criança em desenvolvimento</i> . 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. BRONFENBRENNER, U. <i>Ecologia do Desenvolvimento humano: Experimentos Naturais e Planejados</i> . São Paulo: Artmed, 1996. MARCONDES, E, VAZ, F. A. C.; RAMOS, J. L. A. (org.) <i>Pediatria Básica</i> . São Paulo: Savier, 2002. DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. <i>A Ciência do Desenvolvimento Humano: Tendências atuais e perspectivas futuras</i> . Porto Alegre: Artmed, 2008. PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. <i>Desenvolvimento Humano</i> . 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.			

Disciplina: EXPRESSÃO CORPORAL E DANÇA			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 1º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Noções sobre a história da dança. Aspectos constituintes da expressão corporal. Vivências em dança. A consciência corporal na exploração da movimentação dos corpos. Estudo dos fatores de movimento segundo Laban. Criação e estética do movimento na dança.			
Bibliografia Básica BERTHERAT, Therese; BERNSTEIN, Carol. <i>O corpo tem suas razões</i> : antiginástica e consciência de si. Martins Fontes, 1998. BOURCIER, Paul. <i>História da dança no ocidente</i> . Martins Fontes, 2006. MARQUES, I. <i>Dançando na escola</i> . São Paulo: Cortez, 2005.			
Bibliografia Complementar AMARAL, Jaime. Das danças rituais ao ballet clássico. <i>Revista Ensaio Geral</i> , v. 1, n. 1, 2011. BARDINI, Bruna; BARDINI, Carmela; DIEZ, C. Corpo, Educação Física e Danças Circulares: entre corpos sarados e sagrados. In: <i>III Congresso Internacional de Ciências do Esporte</i> . 2009. LABAN, Rudolf. <i>Domínio do Movimento</i> . São Paulo: Editorial, 1971. MARQUES, Isabel. Revisitando a dança educativa moderna de Rudolf Laban. <i>Sala preta</i> , PPGAC, v. 2, 2002. SAMPAIO, Flávio. <i>Ballet essencial</i> . Rio de Janeiro: Sprint, v. 157, 1996. SILVA, Edna Christine. O movimento como dispositivo de poder. <i>Dança: Revista do Programa de Pós-Graduação em Dança</i> , v. 1, n. 1, 2013.			

Disciplina: ANATOMIA GERAL			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 1º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Introdução ao estudo da anatomia humana. Estudo analítico e descritivo da organização macroscópica e topográfica dos sistemas respiratório, circulatório, digestório, neural e geniturinário. Noções físico-funcionais do corpo humano e sua aplicação no contexto da Educação Física.			
Bibliografia Básica DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. <i>Anatomia básica dos sistemas orgânicos</i> . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. <i>Anatomia Humana Básica</i> . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. SOBOTTA, J. <i>Atlas de anatomia humana</i> . 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.			
Bibliografia Complementar GARDNER, E.D.; GRAY, D.J.; O'RAHILLY, R. Anatomia: estudo regional do corpo humano. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. MOORE, K.L. <i>Fundamentos de Anatomia Clínica</i> . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. NETTER, F.H. <i>Atlas de anatomia humana</i> . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. SPENCE, A. P. <i>Anatomia humana básica</i> . 2. ed. São Paulo: Manole, 1991. TORTORA, G.J., NIELSEN, M.T. <i>Princípios de anatomia humana</i> . 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2013 VAN DE GRAAFF, K.M. <i>Anatomia Humana</i> . 6. ed. Barueri: Manole. 2003.			

Disciplina: JOGOS E BRINCADEIRAS			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 1º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: Presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa O jogo entendido como fenômeno cultural e educacional. As diferentes concepções teóricas, classificações e abordagens do jogo, da brincadeira e do brinquedo. As mudanças sociais que interferem nas atividades lúdicas. A relação dos jogos esportivos coletivos e suas implicações na			

ação pedagógica e profissional da Educação Física.

Bibliografia Básica

CAILLOIS, R. *Os jogos e os homens*. Lisboa, Cotovia, 1990.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. *Educação como prática corporal*. São Paulo: Scipione, 2003.

KRÖGER, C.; ROUTH, K. *Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos*. São Paulo/SP: Phorte, 2002.

Bibliografia Complementar

FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física*. 4. ed. São Paulo, SP: Scipione, 1997.

FRIEDMANN, A. *Brincar: crescer e aprender o resgate do jogo infantil*. São Paulo/SP: Moderna, 1996.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

KISHIMOTO, T. M. (org.). *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

VENANCIO S.; FREIRE, J. B. *O jogo dentro e fora da escola*. Campinas: Autores Associados, 2005.

PROJETO INTEGRADOR I

Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema
Semestre: 1º		Natureza: obrigatória
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	Créditos: 4

Ementa

Ações interdisciplinares relativas ao campo da Educação Física em contexto escolar. Reflexões temáticas sobre experiências acadêmicas ou profissionais, por meio do desenvolvimento de propostas que relacionem teoria e prática, tais como projetos, intervenções pedagógicas, estudos

Bibliografia Básica

NOGUEIRA, N. R. *Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores*. São Paulo, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. *Educação Física na Escola: implicações para prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, Papius. 1988.

GALLAHUE, D.L; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. *Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. 7. Ed. São Paulo: Phorte, 2013.

KRÖGER, C.; ROUTH, K. *Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos*. São Paulo/SP: Phorte, 2002.

MARQUES, I. *Dançando na escola*. São Paulo: Cortez, 2005.

SEGUNDO SEMESTRE

Disciplina: INSTRUMENTALIZAÇÃO CIENTÍFICA			
Curso: Educação Física	Unidade: UFT Câmpus Miracema		
Semestre: 2º	Natureza: obrigatória		
Pré-requisito: não há	Modalidade: presencial		
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 0h	Créditos: 4
Ementa Caracterização dos tipos de conhecimento: popular, filosófico, teológico e científico. Compreensão do processo de surgimento e desenvolvimento do pensamento científico. Técnicas textuais (resumos, resenhas e fichamentos). Padronização de trabalhos acadêmicos e projetos de pesquisa e normas da ABNT. As fases da construção do conhecimento científico: escolha do tema e questão problema de pesquisa; pesquisa bibliográfica e de bases de dados; elaboração das hipóteses; seleção e coleta de dados; métodos de análise; apresentação de resultados e conclusões; apresentação final e escrita de um trabalho acadêmico/científico.			
Bibliografia básica			

GIL, C. A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010;
 ROSSETTO JUNIOR, A. J. *Metodologia da pesquisa em Educação Física*. São Paulo, Phorte Editora, 2008.
 SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo, Cortez, 2009.
Bibliografia complementar
 THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. *Métodos de pesquisa em atividade física*. 3. ed. São Paulo, Artmed, 2007.
 CARVALHO, M. C. M. de (org.). *Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas*. 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 1999.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
 LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
 MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 OLIVEIRA, S. L. *Tratado de metodologia científica*: São Paulo, Pioneira, 1997.

Disciplina: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 2º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 60 h	CH Prática: 0h	Créditos: 4
Ementa O sentido e a finalidade da Filosofia aplicada à Educação Física. Introdução à Filosofia da Educação Física por meio de uma abordagem crítica sob as várias dimensões da Educação Física à luz do pensamento filosófico. Pensamento Filosófico-Pedagógico na perspectiva do movimento humano. Abordagens filosóficas do corpo e suas relações com os aspectos éticos e a estéticos na Educação Física. A diversidade religiosa e o diálogo com as questões corporais. Tendências filosófico-pedagógicas da educação e suas influências na construção das abordagens da Educação Física.			
Bibliografia Básica BARBOSA, C. L. A. <i>Educação Física e Filosofia</i> . Petrópolis, RJ: VOZES, 2005. MELANI, R. <i>O corpo na filosofia</i> . São Paulo: Moderna, 2012. GHIRALDELLI JÚNIOR, P. <i>O corpo: filosofia e educação</i> . São Paulo: Ática, 2007.			
Bibliografia Complementar ARANHA, M. L. A. <i>Filosofia da educação</i> . São Paulo: Moderna, 2000. CHAUÍ, M. <i>Convite à Filosofia</i> . São Paulo: Ática, 1994. GHIRARDELLI, JÚNIOR. <i>Filosofia e História da Educação Brasileira</i> . Editora Manole, 2002. LARA, T. A. <i>Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias</i> . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. MAGEE, B. <i>História da Filosofia</i> . São Paulo: Loyola, 1998. MUÑOZ P., G. As Tendências Pedagógicas em Educação Física e sua relação com as concepções idealistas e Materialistas da História. <i>Motrivivência</i> , Florianópolis, n. 4, 1993. SANTIN, S. <i>Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade</i> . Ijuí/RS: UNIJUÍ, 1987. FREIRE, P. <i>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2003. LISBOA, M. G. C. <i>Filosofia da Educação Física</i> . Porto Alegre: Edições Est., 1994. MEDINA, J. P. S. <i>A Educação Física cuida do corpo e mente</i> . 10. ed. Campinas: Papirus, 1992. NEIRA, M. G. <i>Educação Física</i> . São Paulo: Blucher, 2011. Coleção Reflexão e a prática de ensino. PAVIANI, J. <i>Problemas de Filosofia de Educação: o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico no ensino</i> . Petrópolis: Vozes, 1988. BUZZI, A. R. <i>Introdução ao Pensar</i> . Petrópolis: Vozes, 23. ed. Petrópolis, 1995. RIOS, T. A. <i>Ética e Competência</i> . São Paulo: Cortez, 1999.			

Disciplina: APRENDIZAGEM E CONTROLE MOTOR			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 2º.		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	Créditos: 4
Ementa O Comportamento Motor e suas subáreas do Desenvolvimento, Aprendizagem e Controle motor. A compreensão do processo de ensino de habilidades motoras e a relação com indivíduo, tarefa e ambiente. A teoria do processamento da informação, o programa motor, feedback, instrução,			

transferência de aprendizagem e os tipos de prática, buscando a interação com a ação profissional em Educação Física Escolar e as práticas motoras. Formas de avaliação em aprendizagem motora.

Bibliografia Básica

MAGILL, R. A. *Aprendizagem e Controle Motor*. São Paulo, Edgard Blucher, 2011.

SCHMIDT, R. A; WRISBERG, C. A. *Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SCHMIDT, R. A; LEE, T. D. *Aprendizagem e performance motora: dos princípios a aplicação*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Bibliografia Complementar

GALLAHUE, D.L; OZMUN, J. C. *Compreendendo o Desenvolvimento Motor: em bebês, crianças, adolescentes e adultos*. São Paulo: Phorte, 2005.

LENT, R. *Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência*. São Paulo: Atheneu, 2001.

MAGILL, R. A. *Aprendizagem motora: conceitos e aplicações*. São Paulo, Edgard Blucher, 5. ed., 2000.

TANI, G. *Comportamento Motor: Aprendizagem e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

TANI, G. et al. *Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: EPU, 1988.

Disciplina: **ANATOMIA APLICADA AO MOVIMENTO**

Curso: Educação Física	Unidade: UFT Câmpus Miracema		
Semestre: 2º	Natureza: obrigatória		
Pré-requisito: não há	Modalidade: presencial		
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4

Ementa

Estudo analítico e descritivo da organização macroscópica e topográfica dos sistemas esquelético, articular, muscular. Noções físico-funcionais do corpo humano e sua aplicação no contexto da Educação Física.

Bibliografia Básica

DANGELO, J. G. *Anatomia básica dos sistemas orgânicos: com a descrição dos ossos, juntas, músculos, vasos e nervos*. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

DANGELO, J. G. *Anatomia humana sistêmica e segmentar*. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

SOBOTTA, J. *Atlas de anatomia humana*. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

Bibliografia Complementar

LEWIT, K. *A manipulação na reabilitação do sistema locomotor*. 3. ed. São Paulo: Santos, 2000.

MOORE, K. L., DALLEY, A. F., AGUR, A. M. R. *Anatomia orientada para a clínica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Gen-Guanabara Koogan, 2011.

NETTER, F. H. *Atlas de anatomia humana*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SPENCE, A. P. *Anatomia humana básica*. 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.

TORTORA, G. J., NIELSEN, M. T. *Princípios de anatomia humana*. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Disciplina: **ATLETISMO NA ESCOLA**

Curso: Educação Física	Unidade: UFT Câmpus Miracema		
Semestre: 2º	Natureza: obrigatória		
Pré-requisito: não há	Modalidade: presencial		
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4

Ementa

Histórico do Atletismo. Fundamentos técnicos e táticos das corridas e dos saltos, arremessos e lançamentos, suas definições e regras. Processos pedagógicos para o aprendizado das diferentes modalidades do atletismo. Regras do atletismo. O atletismo no ambiente escolar.

Bibliografia Básica

FERNANDES, J. *Atletismo: corridas*. 3. ed. São Paulo/SP: EPU, 2003.

MATTHIESEN, S. *Atletismo: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2007.

MATTHIESEN, S. *Atletismo se aprende na escola*. 2. ed. São Paulo: Editora Fontoura, 2009.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, J. *Atletismo: os saltos*. 2. ed. São Paulo/SP: EPU, 2003.

FERNANDES, J. L. *Atletismo: arremessos e lançamentos*. 2. ed. São Paulo/SP: EPU, 2003.

FERNANDES, J. L. *Atletismo: arremessos*. São Paulo, SP: E.P.U., 2003.

MOURA, D. L. et al. *Dialogando sobre o ensino da educação física: atletismo na escola*. Curitiba:

CRV, 2016.
COICEIRO, G. A. *1.000 exercícios para o atletismo*. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

Disciplina: PROJETO INTEGRADOR II		
Curso: Educação Física	Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 2º	Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há	Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	Créditos: 4
Ementa Ações interdisciplinares relativas ao campo da Educação Física em contexto escolar. Reflexões temáticas sobre experiências acadêmicas ou profissionais, por meio do desenvolvimento de propostas que relacionem teoria e prática, tais como projetos, intervenções pedagógicas, estudos de caso, elaboração de materiais didáticos, entre outros, dialogando com as disciplinas do período		
Bibliografia Básica NOGUEIRA, N. R. <i>Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores</i> . São Paulo, 2006. FREIRE, P. <i>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2003. HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. <i>A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio</i> . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.		
Bibliografia Complementar BARBOSA, C. L. A. <i>Educação Física e Filosofia</i> . Petrópolis, RJ: VOZES, 2005. MAGILL, R. A. <i>Aprendizagem e Controle Motor</i> . São Paulo, Edgard Blucher, 2011. MATTHIESEN, S. <i>Atletismo se aprende na escola</i> . 2. ed. São Paulo: Editora Fontoura, 2009. MOURA, D. L. et al. <i>Dialogando sobre o ensino da educação física: atletismo na escola</i> . Curitiba: CRV, 2016. NEIRA, M. G. <i>Educação Física</i> . Coleção Reflexão e a prática de ensino. São Paulo: Blucher, 2011 SCHMIDT, R. A; WRISBERG, C. A. <i>Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema</i> . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. SOBOTTA, J. <i>Atlas de anatomia humana</i> . 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.		

TERCEIRO SEMESTRE

Disciplina: PRÁTICA DE ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE			
Curso: Educação Física	Unidade: UFT Câmpus Miracema		
Semestre: 3º	Natureza: obrigatória		
Pré-requisito: não há	Modalidade: presencial		
CH Total: 60h	CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30 h	Créditos: 4
Ementa A prática docente como lugar de reflexão e de formação. Discussão sobre o papel da escola, como locus de intervenção do professor e a formação de sua identidade profissional. Saberes docentes e formação profissional. Reflexão sobre a prática em uma perspectiva interdisciplinar. Compreensão da prática pedagógica como práxis educacional. Estudos de caso e situações problema no âmbito educacional como ferramenta de formação docente. Os direitos humanos e suas implicações para o campo educacional.			
Bibliografia básica BOSSLE, F. <i>Didática (s) da Educação Física: formação docente e cotidiano escolar</i> . Curitiba: CRV, 2016. PIMENTA, S. G. (coord.). <i>Saberes pedagógicos e atividade docente</i> . São Paulo: Cortez, 2007. SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Org.). <i>Formação Profissional em Educação Física</i> . Rio Claro: Bibliotética, 2006.			
Bibliografia complementar ALVES, N. <i>Formação de professores: o pensar e o agir</i> . 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993. ARROYO, M. <i>Ofício de Mestre</i> . São Paulo: Vozes, 2005. IMBERNÓN, F. <i>Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza</i> . São Paulo: Cortez, 2002. LIBÂNEO, J. C. <i>Adeus professor, adeus professora: Novas exigências educacionais e profissão docente</i> . São Paulo: Cortez, 1998. MELLO, A. S. et al. (Org.). <i>Pibid: formação docente e práticas pedagógicas em Educação Física</i> . Curitiba: Appris, 2016.			

MONTEIRO, A. J. J.; CUPOLILLO, A. V. (Org.). *Formação de professores de educação física: diálogos e saberes*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2011.

NÓVOA, A. (Org). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992.

NÓVOA, A. *Vidas de professores*. Lisboa: Porto Editora, 1992.

POZZATTI, M.; SILVA, A.; MELLO, A. S. (Org.). *Pibid: formação docente e práticas pedagógicas em educação física*. Vol. II. Curitiba: Appris, 2018.

TARDIF, M. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

Disciplina: DANÇA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 3º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h/a	CH Teórica: 15h/a	CH Prática: 45h/a	Créditos: 4
Ementa As danças e suas relações com a escola. A dança na Educação Física escolar. O papel do professor de educação física e a dança. A dança no currículo da Educação Física. Planejamento em Dança e Educação Física na escola.			
Bibliografia Básica BARRETO, D. <i>Dança... ensino, sentidos e possibilidades na escola</i> . Campinas. SP: Editores Associados, 2008. MARQUES, I. A. <i>Ensino de dança hoje: textos e contextos</i> . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. SIQUEIRA, D. C. A. <i>Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena</i> . Campinas. SP: Editores Associados, 2006. Bibliografia Complementar BOLSANELLO, D. P. <i>Em Pleno Corpo-Educação Somática, Movimento e Saúde</i> . Jurua Editora, 2010. LABAN, R. <i>Domínio do Movimento</i> . São Paulo: Summus, 1978. LOUPPE, L. <i>Poética da Dança contemporânea</i> . Lisboa: Orfeu Negro, 2012. MARQUES, I. A. <i>Interações: crianças, dança e escola</i> . São Paulo: Blucher, 2012. STRAZZACAPPA, M.; MORANDI, C. <i>Entre a arte e a docência: a formação do artista de dança</i> . Papirus Editora, 2006.			

Disciplina: TEORIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 3º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 45h	Créditos: 4
Ementa Estudo das principais concepções teóricas da educação física e suas implicações com a prática pedagógica. O professor e o processo de ensino-aprendizagem na perspectiva das diferentes abordagens pedagógicas da Educação Física. O currículo da Educação Física e a influência das diversas concepções políticas e socioculturais na sua implementação.			
Bibliografia Básica BRACHT, V. <i>A constituição das teorias pedagógicas da educação física</i> . Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 48, ago. 1999. DARIDO, S. <i>Educação física na escola: questões e reflexões</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. NEIRA, M. G. <i>Práticas corporais: brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas</i> . São Paulo: Melhoramentos, 2014. Bibliografia Complementar FREIRE, J. B. <i>Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física</i> . São Paulo: Scipione, 1997. HILDEBRANDT, H.; LAGING, R. <i>Concepções abertas no ensino de educação física</i> . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986. KUNZ, E. <i>Transformação didático-pedagógica do esporte</i> . Ijuí, RS: Unijuí, 1994. KUNZ, E. <i>Didática da Educação Física 1</i> . Ijuí: Unijuí, 2013. KUNZ, E. <i>Didática da Educação Física 2</i> . Ijuí: Unijuí, 2014. KUNZ, E. <i>Didática da Educação Física 3</i> . Ijuí: Unijuí, 2017. KUNZ, E. <i>Didática da Educação Física 4</i> . Ijuí: Unijuí, 2016. KUNZ, E. <i>Educação Física: ensino e mudanças</i> . Ijuí: Unijuí, 2015. MOREIRA, W. W. <i>Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI</i> . Campinas: Papirus,			

1992.

NEIRA, M. G. *Educação Física*. Coleção Reflexão e a prática de ensino. São Paulo: Blucher, 2011.SOARES, C. et al. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

Disciplina: INTRODUÇÃO À GINÁSTICA			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 3º		Tipo de disciplina: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 45h	Créditos: 4
Ementa Fundamentos históricos, culturais, pedagógicos e técnicos da Ginástica. A Ginástica no contexto da educação física escolar.			
Bibliografia básica ARAÚJO, C. <i>Manual de ajudas em ginástica</i> . 2. ed. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2012. RUSSELL, K. <i>Fundamentos da Ginástica e da Literacia motora</i> . 1. ed. portuguesa. Lisboa: Federação de Ginástica de Portugal, 2010. SOARES, C. L. <i>Educação física: raízes européias e Brasil</i> . 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.			
Bibliografia complementar GERLING, I. <i>Teaching children's gymnastics</i> . Londres: Meyer & Meyer, 2009. LEGUET, J. <i>As ações motoras em ginástica esportiva</i> . São Paulo: Manole, 1987. PUBLIO, N. S. <i>Evolução Histórica da Ginástica Olímpica</i> . Guarulhos: Phorte, 1998. SOARES, C. L. <i>Imagens da educação no corpo: imagens da educação no corpo</i> . 2.ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2007. SOUZA, E. P. M. <i>Ginástica geral: uma área do conhecimento da educação física</i> . 1997. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 1997. WERNER, P. H. <i>Teaching Children Gymnastics</i> . 2. Ed. Champaign, Illinois: Human Kinetics, 2004.			

Disciplina: PROJETO INTEGRADOR III			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 3º		Tipo de disciplina: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 0h	CH Prática: 60h	Créditos: 4
Ementa Ações interdisciplinares relativas ao campo da Educação Física em contexto escolar. Reflexões temáticas sobre experiências acadêmicas ou profissionais, por meio do desenvolvimento de propostas que relacionem teoria e prática, tais como projetos, intervenções pedagógicas, estudos de caso, elaboração de materiais didáticos, entre outros, dialogando com as disciplinas do período.			
Bibliografia básica NOGUEIRA, N. R. <i>Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores</i> . São Paulo, 2006. FREIRE, P. <i>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2003. HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. <i>A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio</i> . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.			
Bibliografia complementar NUNOMURA, M. (org.) <i>Fundamentos das Ginásticas</i> . 2. ed. atualizada. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2016. BARRETO, D. <i>Dança... ensino, sentidos e possibilidades na escola</i> . Campinas. SP: Editores Associados, 2008. BRACHT, V. <i>A constituição das teorias pedagógicas da educação física</i> . Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 48, ago. 1999. BOSSLE, F. <i>Didática (s) da Educação Física: formação docente e cotidiano escolar</i> . Curitiba: CRV, 2016. SOARES, C. et al. <i>Metodologia do ensino de educação física</i> . São Paulo: Cortez, 1992.			

QUARTO SEMESTRE

Disciplina: GINÁSTICA ESCOLAR

Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 4º		Tipo de disciplina: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Fundamentos históricos, culturais, pedagógicos e técnicos das ginásticas sistematizadas na contemporaneidade (competitivas, condicionamento físico, conscientização corporal, demonstrativas). Propostas pedagógicas para o ensino da ginástica na escola.			
Bibliografia básica AYOUB, E. <i>Ginástica Geral e Educação Física Escolar</i> . 2. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2007. NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. L. (orgs.). <i>Compreendendo a Ginástica Artística</i> . São Paulo: Phorte, 2005. NUNOMURA, M. (Org.). <i>Fundamentos das Ginásticas</i> . 2. ed. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2016.			
Bibliografia complementar ALONSO, H. de A. G. <i>Pedagogia da Ginástica Rítmica: teoria e prática</i> . São Paulo: Phorte, 2011. BESSI, Flávio. <i>El mundo de la gimnasia artística en teoría y práctica</i> . Tomo I. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2016. BORTOLETO, M. A. C.; PAOLIELLO, E. (Org.). <i>Ginástica para todos: um encontro com a coletividade</i> . Campinas: Editora da Unicamp, 2017. GAIO, R. <i>Ginástica Rítmica "popular"</i> . 2.ed. Jundiaí/SP: Fontoura, 2007. GAIO, R. <i>Ginástica Rítmica: da iniciação ao alto nível</i> . 2. ed. Jundiaí/SP: Fontoura, 2013. BORTOLETO, M. A. C. (Org.). <i>Introdução à pedagogia das atividades circenses</i> . Jundiaí/SP: Editora Fontoura, 2008. (Volume I). GALLARDO; J. S. P.; AZEVEDO, L. H. R. <i>Fundamentos Básicos da ginástica acrobática competitiva</i> . Campinas, SP: Autores Associados, 2007. LEBRE, E.; ARAÚJO, C. <i>Manual de ginástica rítmica</i> . Porto, Portugal: Porto Editora, 2006. SANTOS, J. C. E. dos. <i>Ginástica Para Todos: elaboração de coreografias e organização de festivais</i> . 2. ed. Jundiaí: Fontoura, 2009. NUNOMURA, M. <i>Ginástica Artística</i> . São Paulo: Odysseus Editora, 2008. OLIVEIRA, M. F.; TOLEDO, E. (org.). <i>Ginástica para Todos: possibilidades de formação e intervenção</i> . 1. ed. Goiânia: Editora da UEG, 2016. PAOLIELLO, E. (org.). <i>Ginástica geral experiências e reflexões</i> . 1. ed. São Paulo: Phorte, 2008. PAOLIELLO, E.; TOLEDO, E. (Org.). <i>Possibilidades da Ginástica Rítmica</i> . São Paulo: Phorte Editora, 2010.			

Disciplina: FISIOLOGIA HUMANA			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 4º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: Anatomia Geral		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Conhecimento dos mecanismos de funcionamento dos sistemas orgânicos, tendo em vista uma visão da importância de cada um deles para o funcionamento integrado do organismo. Sistemas que compõem o organismo humano, sistema celular, sistema neuromuscular, sistema imunológico, cardiovascular, respiratório, renal, digestório e endócrino, bem como as inter-relações funcionais existentes entre eles aplicados à Educação Física.			
Bibliografia Básica GUYTON, A.C. <i>Tratado de Fisiologia Médica</i> . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. GUYTON, A.C. <i>Fisiologia humana</i> . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. KAWAMOTO, E. E. <i>Anatomia e fisiologia humana</i> . São Paulo: EPU, 2009.			
Bibliografia Complementar AIRES M.M. <i>Fisiologia</i> . 3. ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2008. BERNE, R. M., LEVY, M. N. <i>Fisiologia</i> . 4. ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2000. FOSS, M. L., KETAYIAN, S.J. <i>Bases Fisiológicas do Exercício do Esporte</i> . 6ª Ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2000. JUNQUEIRA, L.C.V. & CARNEIRO, J. <i>Histologia Básica</i> . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011. MCARDLE, W.; KATCH.; KATCH, V. <i>Fisiologia do Exercício: Energia, Nutrição e Desempenho Humano</i> . 4ª ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1998. WEST, J.B. <i>Fisiologia Respiratória Moderna</i> . 6. ed. Manole: São Paulo, 1986.			

Disciplina: FUNDAMENTOS DIDÁTICOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 4º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	Créditos: 4
Ementa Introdução aos fundamentos básicos da Educação, Didática e Didática da Educação Física, contextualizados historicamente. Fundamentação teórica e construção epistemológica da Didática, articulando-a com a Educação, a Educação Física e as ciências afins. Princípios didáticos para o processo ensino-aprendizagem da Educação Física. Elaboração de planos de aula.			
Bibliografia Básica LIBÂNEO, J. C. <i>Didática</i> . São Paulo/SP: Cortez, 1994. SANTOS NETO, E.; SILVA, M. R. P. Infância e inacabamento: um encontro entre Paulo Freire e Giorgio Agamben. <i>In: 8o. Congresso de Produção Científica</i> . São Bernardo do Campo (SP): Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2005. ZABALA, A. <i>A Prática Educativa: como ensinar</i> . Porto Alegre, Artmed, 1998.			
Bibliografia Complementar BARBOSA, C. L. A. <i>Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. BONDIA, L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. <i>Revista Brasileira de Educação</i> . Jan/Fev/Mar/Abr, (p.19-28), 2002. COLETIVO DE AUTORES. <i>Metodologia do ensino da Educação Física</i> . São Paulo: Cortez, 1992. DARIDO, S.C. <i>Educação Física na escola: questões e reflexões</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. KUNZ, E. (Org.). <i>Didática da Educação Física</i> . vol 1. Ijuí-RS: EDUNIJUÍ, 2001. MIZUKAMI M. G. N. <i>Ensino: as abordagens do processo</i> . SP: EPU, 1986. OLIVEIRA, M. R. N. S. <i>A reconstrução da didática: elementos teóricos-metodológicos</i> . 4. ed. São Paulo: Papirus, 2002. PIMENTA, S. G. <i>De professores, pesquisa e didática</i> . Campinas: Papirus, 2006			

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 4º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: Não há.		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Análise das relações entre Educação, Educação Física e as infâncias, como eixo de reflexão para a intervenção profissional com crianças da primeira infância, no âmbito da Educação Infantil promovendo o desenvolvimento integral de lactentes e crianças. Abordagens e metodologias em Educação Física no ensino infantil. Ênfase nas diversas possibilidades de movimento nas infâncias. Educação Física infantil e as discussões de gênero.			
Bibliografia Básica GALLARDO, J. S. P. <i>Prática de ensino em Educação Física: a criança em movimento</i> . São Paulo: FTD, 2011. MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. <i>Educação Física Infantil: construindo o movimento na escola</i> . 7.ed. São Paulo: Phorte Editora, 2008. MOREIRA, W. W. <i>Corpo em Movimento na Educação Infantil</i> . São Paulo: Cortez, 2012.			
Bibliografia complementar ÀRIES, P. <i>A história social da criança e da família</i> . Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. BRASIL. <i>Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil</i> . Brasília: MEC/ SEF, 1994. FIGUEIREDO, M. <i>A corporeidade na escola: análise de brincadeiras, jogos e desenhos de crianças</i> . Porto Alegre: Educação e Realidade Edições, 1991. FREIRE, J. B. <i>Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física</i> . São Paulo: Editora Scipione, 1996. FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. <i>Educação como prática corporal</i> . São Paulo: Editora Scipione, 2003. GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. <i>Educação Física Desenvolvimentista para crianças</i> . São Paulo: Phorte, 2007. GALLARDO, J. S. P. <i>Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio</i> . Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003. SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. <i>Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação</i> . Porto: Asa, 2004.			

Disciplina: ESPORTES I (ESPORTES DE INVASÃO)			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 4º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 45h	Créditos: 4
Ementa Aspectos histórico-culturais dos esportes de invasão (como handebol, basquetebol, futebol, futsal, hugby). Fundamentos técnicos e táticos necessários para o processo ensino-aprendizagem dos esportes de invasão no contexto escolar.			
Bibliografia Básica GONZÁLEZ, F. J.; DARIDO, S. C. D.; OLIVEIRA, A. A. B. de (Org.). <i>Esportes de invasão: basquetebol, futebol, futsal, handebol, ultimate frisbee</i> . v.1. Maringá: Eduem, 2014. GRECO, P.J.; BENDA, R. N. (Org.). <i>Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico</i> . Belo Horizonte: UFMG, 2007. REVERDITO, R.; SCAGLIA, A. J. <i>Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão</i> . 1. ed. São Paulo: Phorte, 2009.			
Bibliografia complementar COUTINHO, N.F. <i>Basquetebol na escola: da iniciação ao treinamento</i> . Rio de Janeiro: Sprint, 2001. DAIUTO, M. <i>Basquete: metodologia do ensino</i> . São Paulo: Hemus, 1991. DE ROSE Jr, D.; TRICOLI, V. (Org.). <i>Basquetebol: uma visão Integrada entre ciência e prática</i> . Barueri: Manole, 2005. FERREIRA, A. E. X.; DE ROSE JUNIOR, D. <i>Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica</i> . 3. ed. ampl. e atual. São Paulo: EPU, 2010. FREIRE, J. B. <i>Pedagogia do futebol</i> . 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. FRISSELLI, A.; MANTOVANI, M. <i>Futebol: teoria e prática</i> . São Paulo: Phorte, 1999. GARGANTA, J. O ensino dos jogos desportivos. Perspectivas e tendências. <i>Movimento</i> , Porto Alegre, v. 4, p. 19-27, 1998. GONZÁLEZ, F. J. Sistema de classificação dos esportes. In: REZER, Ricardo (Org.). <i>O fenômeno esportivo: ensaios crítico-reflexivos</i> . Chapecó: Argos, 2006. MENEZES, M. F. <i>Futsal: aprimoramento técnico e tático</i> . Rio de Janeiro: Sprint, 1998. PADRÃO, A.L. <i>Manual de mini-handebol</i> . São Paulo: Phorte, 2002. PAES, R. R.; BALBINO, H. F. <i>Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas</i> . São Paulo: Guanabara Koogan, 2005. PAES, R. R. <i>Aprendizagem e competição precoce: o caso do basquetebol</i> . 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996. SANTANA, W. C. de. <i>Futsal: Apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização</i> . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. SANTOS, L. R. G. dos. <i>Handebol: 1000 exercícios</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2007. SIMÕES, A. C. <i>Handebol defensivo: conceitos técnicos e táticos</i> . São Paulo: Phorte, 2002.			

PROJETO INTEGRADOR IV		
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema
Semestre: 4º		Natureza: obrigatória
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial
CH Total: 60h	CH PCC: 60h	Créditos: 4
Ementa Ações interdisciplinares relativas ao campo da Educação Física em contexto escolar. Reflexões temáticas sobre experiências acadêmicas ou profissionais, por meio do desenvolvimento de propostas que relacionem teoria e prática, tais como projetos, intervenções pedagógicas, estudos de caso, elaboração de materiais didáticos, entre outros, dialogando com as disciplinas do período.		
Bibliografia Básica NOGUEIRA, N. R. <i>Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores</i> . São Paulo, 2006. FREIRE, P. <i>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2003. HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. <i>A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio</i> . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.		
Bibliografia Complementar AYOUB, E. <i>Ginástica Geral e Educação física escolar</i> . 2. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007. AYOUB, E. Reflexões sobre a Educação Física na Educação Infantil. <i>Revista Paulista de Educação Física</i> , São Paulo, suplemento 4, p. 53-60, 2001.		

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. *Qualidade de vida e atividade física: explorando teorias e práticas*. Barueri, SP: Manole, 2004.

SAYÃO, D. T.; MOTA, M. R.; MIRANDA, O. A disciplinarização do corpo na infância: Educação Física, psicomotricidade e o trabalho pedagógico. In: SAYÃO, D. T. *Educação Infantil em debate: idéias, invenções e achados*. Rio Grande: Edfurg, 1999b. p. 43-59.

GONZÁLEZ, F. J.; DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B. de. (Org.). *Esportes de invasão: Basquetebol, futebol, futsal, handebol, ultimate frisbee*. Maringá: EDUEM, 2014.

QUINTO SEMESTRE

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 5º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30 h	CH PCC: 30 h	Créditos: 4
Ementa Reflexão sobre educação escolar e Educação Física escolar. Discussão da legislação, das diretrizes curriculares e dos currículos para o ensino fundamental. Estudo das metodologias de ensino na Educação física escolar e suas relações com a criticidade. Educação Física, diversidade de gênero, sexual e prática pedagógica. Prática como componente curricular.			
Bibliografia básica SOARES, C. et al. <i>Metodologia do ensino de educação física</i> . São Paulo: Cortez, 1992. NEIRA, M. G. <i>Práticas corporais: brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas</i> . São Paulo: Melhoramentos, 2014. KUNZ, E. <i>Transformação didático-pedagógica do esporte</i> . Ijuí: Unijuí, 1994.			
Bibliografia complementar ALVES, M. J. <i>A Educação Física no contexto escolar: interdisciplinarizando o conhecimento e construindo saberes</i> . São Paulo: Paco editorial, 2011. AMARAL, J. D. <i>Jogos cooperativos</i> . 4. ed. São Paulo: Phorte, 2009. BOSSLE, F. <i>Didática (s) da Educação Física: formação docente e cotidiano escolar</i> . Curitiba: CRV, 2016. DARIDO, S.; SOUZA JR., O. <i>Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola</i> . Campinas, Papirus, 2011. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Orgs.). <i>Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. FREIRE, J. B. <i>Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física</i> . São Paulo: Scipione, 1997. FREIRE, J.B. <i>O jogo: entre o riso e o choro</i> . Campinas: Editores Associados, 2002. NISTA-PICCOLO, V. MOREIRA, W.W. <i>Esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do Ensino Fundamental</i> . Coleção Educação Física Escolar. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. NISTA-PICCOLO, V. MOREIRA, W.W. <i>Esporte para saúde nos anos finais do Ensino Fundamental</i> . Coleção Educação Física Escolar. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TOCANTINS. Secretaria estadual de educação. <i>Proposta Curricular do Estado do Tocantins</i> . Educação Física. Palmas, SEDUC, 2009.			

Disciplina: FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 5º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: Anatomia aplicada ao movimento e Fisiologia Humana		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	Créditos: 4
Ementa Estudo dos mecanismos e adaptações agudas e crônicas em resposta ao exercício físico, utilização das fontes energéticas em diferentes situações de atividades físicas. Diferentes tipos de fibras musculares, a contração muscular e suas relações com a atividade física. Mecanismo das trocas gasosas e controle de ventilação durante o exercício. Respostas hemodinâmicas ao exercício. Fatores ambientais influenciadores no desempenho físico. Respostas endócrinas ao exercício.			
Bibliografia Básica MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; VICTOR L. <i>Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho</i>			

humano. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara Koogan, 2008.
 POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. *Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho*. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Manole, 2000.
 WEINECK, J. *Biologia do Esporte*. São Paulo: Ed. Manole, 2000.

Bibliografia Complementar
 ASTRAND, P.O., RODAHL, K. *Tratado de Fisiologia do Exercício*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
 WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. *Fisiologia do Esporte e do Exercício*. São Paulo: Manole, 2001.
 AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. *Guidelines for exercise testing and prescription*, 2000.
 GUYTON, A.C. *Tratado de Fisiologia Médica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.
 POLLOCK, M.; WILMORE; FOX III, S.L. *Exercício na Saúde e na Doença*. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. MEDSI, 1993.

Disciplina: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 5º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Os processos de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da criança e do adolescente. As contribuições de Piaget, Vygotsky e Freud para a compreensão do desenvolvimento humano e dos processos de ensino-aprendizagem. Possíveis encontros entre Psicologia e Educação.			
Bibliografia básica CAMPOS, D. M. de S. <i>Psicologia da aprendizagem</i> . Vozes, 2003. MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. <i>Psicologia escolar: práticas críticas</i> . São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003. PATTO, M. H. S. <i>Introdução à psicologia escolar</i> . Casa do Psicólogo, 1997.			
Bibliografia complementar KUPFER, M. C. M. <i>Freud e a educação: o mestre do impossível</i> . Scipione, 1989. MACHADO, A. M.; DE SOUZA, M. P. R. <i>Psicologia escolar: em busca de novos rumos</i> . Casa do Psicólogo, 1997. MACHADO, A. M.; FERNANDES, A.; ROCHA, M. <i>Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação</i> . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. <i>Desenvolvimento humano</i> . Artmed Editora, 2013. PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. In: PATTO, M. H. de S. <i>A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia</i> . 1987.			

Disciplina: EDUCAÇÃO ESPECIAL E PRÁTICAS CORPORAIS INCLUSIVAS				
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema		
Semestre: 5º		Natureza: obrigatória		
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial		
CH Total: 60h	CH PCC: 15h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 15h	Créditos: 4
Ementa História da evolução da educação especial e inclusiva. Política nacional e processos inclusivos no contexto da Educação Física Escolar. Implementação de equipamentos e espaço físico necessários para a promoção da inclusão escolar para as aulas de Educação Física. Prática como componente curricular.				
Bibliografia Básica CARVALHO, R. E. <i>Educação inclusiva com os pingos nos is</i> . Porto Alegre: Mediação, 2007. GIMENEZ, R.; FREITAS, A. <i>Educação física inclusiva na educação básica: Reflexões, propostas e ações</i> . Curitiba: Ed. CRV, 2015. RODRIGUEZ, A. B.; HERNÁNDEZ, M. R.; GRES, N. C.; JANÉ, T. B. <i>Atividade física adaptada. O Jogo e os alunos com deficiência</i> . Editora Vozes, 2018.				
Bibliografia Complementar ABRÃO, K. & SOUZA, A. A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em classes regulares de Educação Infantil. <i>Ciências & Letras</i> , n.52, p.93-106, 2012. GONZALES, E. <i>Necessidades educacionais específicas</i> . Porto Alegre: Artmed, 2007. MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Org.) <i>Inclusão escolar</i> . São Paulo: Summus, 2007.				

GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

OTTO, H. B. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (orgs.) **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008.

STOBÄUS, C. D. MOSQUERA, J.J.M. **Educação especial**: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 5º		Tipo de disciplina: obrigatória	
Pré-requisito: Fundamentos Didáticos em Educação Física; Teorias da Educação Física Escolar; Educação Física na Educação Infantil.		Modalidade: presencial	
CH Total: 90h	CH Teórica: 75h	CH Prática: 15h	Créditos: 6
Ementa A organização do trabalho pedagógico da educação física na educação infantil. Objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação no processo de ensino-aprendizagem da educação física na educação infantil. A reflexão sobre as estratégias didático-pedagógicas como um dos pilares da prática pedagógica do professor de educação física na educação infantil. Educação Física e questões de gênero.			
Bibliografia Básica BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. <i>Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil</i> . Brasília, DF: MEC/SEB, 2006a. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. <i>Política Nacional de Educação Infantil</i> : pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006b. NISTA-PICCOLO, V. L.; MOREIRA, W. W. <i>Corpo em Movimento na Educação Infantil</i> . São Paulo: Cortez, 2012.			
Bibliografia Complementar ABRÃO, K. A política de organização das infâncias e o currículo da Educação Infantil e do primeiro ano. <i>Zero-a-seis</i> , v.1. Florianópolis: UFSC, 2012. DARIDO, S. C. (Org.). <i>Educação Física Escolar</i> : compartilhando experiências. São Paulo: Phorte, 2011. DARIDO, S. C.; SOUZA JUNIOR, O. M. de. <i>Para ensinar Educação Física</i> . 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. DARIDO, S. C. <i>Educação Física na Escola</i> : questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. <i>Educação como prática corporal</i> . São Paulo: Scipione, 2009. GALLAHUE, D; DONNELLY, F. <i>Educação física desenvolvimentista para todas as crianças</i> . 4. ed. São Paulo: Phorte, 2008. KRAMER, S. <i>A Política do Pré-Escolar no Brasil: A Arte do Disfarce</i> . 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. KUNZ, E. <i>Transformação didático-pedagógica do Esporte</i> . Ijuí: Unijuí, 1994. PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. <i>Estágio e docência</i> . São Paulo, Cortez, 2004. PALMA, Â. P. T. V.; OLIVEIRA, A. A. B. de; PALMA, J. A. V. <i>Educação Física e a organização curricular</i> : Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio. Londrina: EDUEL, 2010.			

SEXTO SEMESTRE

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 6º		Tipo de disciplina: obrigatória	
Pré-requisito: Fundamentos Didáticos em Educação Física; Teorias da Educação Física Escolar; Educação Física no Ensino Fundamental.		Modalidade: presencial	
CH Total: 90h	CH Teórica: 75h	CH Prática: 15h	Créditos: 6
Ementa			

A organização do trabalho pedagógico da educação física no ensino fundamental de 1º ao 5º ano. Objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação no processo de ensino-aprendizagem da educação física no ensino fundamental de 1º ao 5º ano. A reflexão sobre as estratégias didático-pedagógicas como um dos pilares da prática pedagógica do professor de educação física no ensino fundamental de 1º ao 5º ano. Educação Física e questões de gênero.

Bibliografia Básica

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. *Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano*. 2.ed. Palmas, TO, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1997.

NISTA-PICCOLO, V. MOREIRA, W.W. *Esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do Ensino Fundamental*. Coleção Educação Física Escolar. 1. ed São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C. (Org.). *Educação Física Escolar: compartilhando experiências*. São Paulo: Phorte, 2011.

DARIDO, S. C.; SOUZA JUNIOR, O. M. de. *Para ensinar Educação Física*. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

DARIDO, S. C. *Educação Física na Escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. *Educação como prática corporal*. São Paulo: Scipione, 2009.

GALLAHUE, D; DONNELLY, F. *Educação física desenvolvimentista para todas as crianças*. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

KUNZ, E. *Transformação didático-pedagógica do Esporte*. Ijuí: Unijuí, 1994.

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. *Estágio e docência*. São Paulo, Cortez, 2004.

PALMA, Â. P. T. V.; OLIVEIRA, A. A. B. de; PALMA, J. A. V. *Educação Física e a organização curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio*. Londrina: EDUEL, 2010.

Disciplina: LUTAS NA ESCOLA

Curso: Educação Física			Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 6º			Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há			Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 15h	CH PCC: 30h	Créditos: 4

Ementa

Estudos dos diferentes tipos de lutas. Abordagens sobre as lutas como manifestações históricas e como conhecimento da cultura corporal. Noções das diferentes lutas e procedimentos pedagógicos para o ensino na escola. Prática como componente curricular.

Bibliografia Básica

OLIVIER, J. C. *Das brigas aos jogos com regras: enfrentando a indisciplina na escola*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FRANCHINI, E.; DEL VECCHIO, F. B. (Org.). *Ensino de Lutas: Reflexões e Propostas de Programas*. São Paulo: Scortecci Editora, 2012.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Org.). *Educação Física na Escola: Implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar

FRANCHINI, E. *Bases para a detecção e promoção de talentos na modalidade judô*. In: INDESP / Ministério do Esporte e Turismo. (Org.). *I Prêmio INDESP de Literatura Esportiva*. Brasília: INDESP – Imprensa Oficial, 1999. P. 15-104.

GOMES, M. S. P. *Procedimentos Pedagógicos para o Ensino das Lutas: Contextos e Possibilidades*. 2008. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FRANCHINI, E. As modalidades de combate nos Jogos Olímpicos. In: MORAGAS, Miguel de; COSTA, Lamartine Pereira da. (Org.). *Universidade e Estudos Olímpicos*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics, Servei de Publicacions, 2007. p. 716-724.

MOURA et al. *Dialogando sobre o ensino da educação física: lutas na escola*. Curitiba: CRV, 2017.

TEGNER, B. *Guia completo de Karatê*. São Paulo: Ed. Record, 2002

Disciplina: ESPORTES II (ESPORTES DE REDE/PAREDE)

Curso: Educação Física	Unidade: UFT Câmpus Miracema
Semestre: 6º	Natureza: obrigatória

Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial		
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 15h	CH PCC: 30h	Créditos: 4
Ementa Aspectos histórico-culturais dos esportes de rede/parede (como voleibol, vôlei de praia, tênis, badminton, squash). Fundamentos técnicos e táticos necessários para o processo ensino-aprendizagem dos esportes de rede/parede no contexto escolar. Prática como componente curricular.				
Bibliografia Básica GONZÁLEZ, F. J.; DARIDO, S. C. D.; OLIVEIRA, A. A. B. de (orgs.). <i>Esportes de marca e com rede divisória ou muro/parede de rebote: badminton, peteca, tênis de campo, tênis de mesa, voleibol, atletismo</i> . v.2. Maringá: Eduem, 2014. GRECO, P.J.; BENDA, R. N. (Org.). <i>Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico</i> . 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007. RIBAS, J. F. M. <i>Praxiologia Motriz e Voleibol: elementos para o trabalho pedagógico</i> . 1. ed. Ijuí, RS: Editora da Unijui, 2014.				
Bibliografia complementar BORSARI, J. R. <i>Voleibol: aprendizagem e treinamento: um desafio constante: variação do voleibol: vôlei de praia: fut-vôlei: vôlei quarteto</i> . 2. ed. São Paulo: EPU, 1996. CRUZ, E. E. <i>Treinamento de Voleibol: visando ao jogo</i> . São Paulo: Phorte, 2012. CRISÓSTOMO, J. <i>Ensinando voleibol</i> . São Paulo: Phorte, 2005. BOJIKIAN, J. <i>Ensinando Voleibol</i> . São Paulo: Phorte, 1999. BIZZOCHI, C.E. <i>O voleibol de alto nível: da iniciação à competição</i> . São Paulo: Fazendo Arte, 2000. CARVALHO, O.M. <i>Voleibol: 1000 exercícios</i> . 5. ed. Editora: Sprint, 2001. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. <i>Regras de vôlei de praia (2013-2016)</i> . FIVB, 2014. Disponível em: http://2017.cbv.com.br/pdf/regulamento/prai/REGRAS_VOLEI_DE_PRAIA_2015-2016.pdf . Acessado em 04/12/2017. DON SHONDELL; REYNAUD, C. <i>A bíblia do treinador de Voleibol</i> . São Paulo: Artmed, 2005. GARGANTA, J. O ensino dos jogos desportivos. Perspectivas e tendências. <i>Movimento</i> (Porto Alegre. Online), v. 4, p. 19-27, 1998. GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Sistema de classificação dos esportes. In: REZER, Ricardo (Org.). <i>O fenômeno esportivo: ensaios crítico-reflexivos</i> . Chapecó: Argos, 2006. KRÖGER, C.; ROUTH, K. <i>Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos</i> . São Paulo/SP: Phorte, 2002. MESQUITA, I. <i>Pedagogia do treino: a formação em jogos esportivos coletivos</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1997. MESQUITA, Paulo. <i>Tênis: regras, tática, técnica</i> . São Paulo: Cia. Brasil, [19--]. RIBAS, J. F. M. <i>Praxiologia Motriz na América Latina: aportes para a didática na Educação Física</i> . 1. ed. Ijuí/RS: UNIJUI, 2017. v. 1.				

Disciplina: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 6º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Contextualização da Educação Brasileira. Ordenamento legal dos Sistemas de Ensino. Escola, Políticas Educacionais Públicas e Direitos Educacionais. Preceito Constitucional e Legislação da Educação/Ensino. Políticas públicas educacionais no Brasil. Direitos educativos de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Áreas e estratégias de gestão educacional. Gestão e democracia participativa na escola. Elaboração, execução e avaliação do plano educacional. Gestão do processo ensino-aprendizagem e avaliação institucional da escola.			
Bibliografia Básica FERREIRA, N. S. C. e M. Â. da S. A. (Org.). <i>Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e compromissos</i> . São Paulo: Cortez, 2001. FREITAG, B. <i>Escola, Estado e Sociedade</i> . São Paulo: Centauro, 2012. LIBÂNEO, J.; OLIVEIRA, J.; TOSHI, M. <i>Educação Escolar: políticas, estrutura e organização</i> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.			
Bibliografia Complementar BRASIL. <i>Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil</i> . Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Ministério da Educação. BRASIL. <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</i> . Brasília: Ministério da Educação, 1996.			

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.
 MENESES, J. G. C. & Outros. *Estrutura e Funcionamento da Educação*. São Paulo: Pioneira, 1998.
 OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. *Política e Gestão da Educação*. 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
 PARO, V. *Gestão Democrática da Escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.
 TAUCHEN, G. *Gestão escolar democrática: descentralização, autonomia e participação*. Gestão Educacional. Rio Grande: Editora da FURG, 2011.

Disciplina: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Campus Miracema	
Semestre: 6º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h/a	CH Teórica: 30 h/a	CH Prática: 30 h/a	Créditos: 4
Ementa Introdução aos principais aspectos históricos da Língua Brasileira de Sinais. Cultura e comunidades surdas. Noções básicas de fonologia, morfologia e de sintaxe. LIBRAS como Língua oficial da comunidade surda brasileira e como segunda língua para alunos ouvintes. Introdução à gramática da Libras. Atividades práticas em LIBRAS. A expressão visual-espacial como forma de comunicação. As LIBRAS no contexto escolar aplicada à Educação Física.			
Bibliografia Básica ALMEIDA, W.G., (org.) Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente. Ilhéus, BA: Editus, 2015, p. 12. ISBN 978-85-7455-445-7. ARANTES, V.A. (Org); SOUZA, R.M.; SILVESTRE, N. <i>Educação de surdos</i> . São Paulo: Summus, 2007. Coleção pontos e contrapontos. FERNANDES, E. (Org.). <i>Surdez e bilinguismo</i> . Porto Alegre: Mediação, 2005.			
Bibliografia Complementar BRASIL. <i>Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002</i> . Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2002. CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. <i>Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS</i> . (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001. GÖES, M.C.R. <i>Linguagem, Surdez e Educação</i> . Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996. PERLIN, G., K. STROBEL. <i>Fundamentos da Educação de Surdos</i> . disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXT0_BASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf . QUADROS, R. M. de. <i>Educação de Surdos: a aquisição da linguagem</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SÁ, N. R. L. <i>Cultura, poder e educação de surdos</i> . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002. LACERDA, Cristina B.F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. <i>Cad. CEDES</i> , Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, sept. 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso >. SKILIAR, C. (Org.). <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i> . Porto Alegre: Mediação, 1998.			

SÉTIMO SEMESTRE

Disciplina: BASES CINESIOLÓGICAS E BIOMECÂNICAS DO MOVIMENTO HUMANO			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 7º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: Anatomia aplicada ao movimento		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	Créditos: 4
Ementa Conceitos básicos de cinesiologia e biomecânica. Análise anatomofuncional, cinesiológica e biomecânica das articulações do esqueleto axial e apendicular, da postura, da marcha e práticas corporais na escola.			
Bibliografia Básica RASCH, P. J. <i>Cinesiologia e anatomia aplicada</i> . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 204 p. HAMILL, J. <i>Bases biomecânicas do movimento humano</i> . 3. ed. São Paulo: Manole, 2012. 532 p. CARR, G. A. <i>Biomecânica dos esportes: um guia prático</i> . 1. ed. São Paulo: Manole, 1998. 215 p.			

Bibliografia Complementar

AMADIO, A.C.; DUARTE, M. *Fundamentos Biomecânicos para a Análise do Movimento*. Laboratório de Biomecânica, Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, 1996.

ENOKA, R. M. *Bases neuromecânicas de cinesiologia*. São Paulo: Manole, 2000.

HAY, J. G. *As bases anatômicas e mecânicas do movimento humano*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

KAPANDJI, I. *Fisiologia articular: membro inferior*. Vol. 2. 5. ed. São Paulo: Ed. Manole, 2001.

KAPANDJI, I. *Fisiologia articular: esquemas comentados de mecânica humana*. Vol. 3. São Paulo: Ed. Manole, 2009.

KAPANDJI, I. *Fisiologia articular: ombro, cotovelo, punho e mão*. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Ed. Manole, 2007.

Nordin, M. *Biomecânica básica do sistema musculoesquelético*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO)			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 7º		Tipo de disciplina: obrigatória	
Pré-requisito: Fundamentos Didáticos em Educação Física; Educação Física no Ensino Fundamental; Teorias da Educação Física Escolar.		Modalidade: presencial	
CH Total: 120h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 90h	Créditos: 8
Ementa A organização do trabalho pedagógico da educação física no ensino fundamental do 6º ao 9º ano. Objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação no processo de ensino-aprendizagem da educação física no ensino fundamental do 6º ao 9º ano. A reflexão sobre as estratégias didático-pedagógicas como um dos pilares da prática pedagógica do professor de educação física no ensino fundamental do 6º ao 9º ano. Educação Física e diversidade sexual e de gênero.			
Bibliografia Básica BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais</i> . Brasília, 1998. NISTA-PICCOLO, V. MOREIRA, W.W. <i>Esporte para saúde nos anos finais do Ensino Fundamental</i> . Coleção Educação Física Escolar. 1. ed. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. <i>Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano</i> . 2.ed. Palmas, TO, 2008.			
Bibliografia Complementar DARIDO, S. C. (Org.). <i>Educação Física Escolar: compartilhando experiências</i> . São Paulo: Phorte, 2011. DARIDO, S. C.; SOUZA JUNIOR, O. M. de. <i>Para ensinar Educação Física</i> . 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013. DARIDO, S. C. <i>Educação Física na Escola: questões e reflexões</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. <i>Educação como prática corporal</i> . São Paulo: Scipione, 2009. GALLAHUE, D; DONNELLY, F. <i>Educação física desenvolvimentista para todas as crianças</i> . 4. ed. São Paulo: Phorte, 2008. KUNZ, E. <i>Transformação didático-pedagógica do Esporte</i> . Ijuí: Unijuí, 1994. PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. <i>Estágio e docência</i> . São Paulo, Cortez, 2004. PALMA, Â. P. T. V.; OLIVEIRA, A. A. B. de; PALMA, J. A. V. <i>Educação Física e a organização curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio</i> . Londrina: EDUEL, 2010.			

Disciplina: PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 7º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 45h	Créditos: 4
Ementa			

Análise Histórica, evolução e processo de ensino e aprendizagem das práticas corporais de natureza. Regras básicas das modalidades esportivas. Programas para a prática dos fundamentos básicos na escola. Planejamento e aplicação nas diferentes etapas iniciação, aperfeiçoamento, treinamento e adaptação. Educação física escolar e questões socioambientais.

Bibliografia Básica

BERNARDES, L. A. *Atividades e esportes de aventura para profissionais de educação física*. São Paulo: Phorte, 2013.

DIAS, C.A.G. *Em busca da aventura: múltiplos olhares sobre o esporte, lazer e natureza*. Niterói: UFF, 2009.

PEREIRA, E. A. *Memórias, olhares e aventuras: a experiência do excursionismo na formação profissional em Educação Física*. Pelotas: Editora da UFPEL 2011.

Bibliografia Complementar

CAVALLARI, G. *Manual de trekking e aventura: equipamentos e técnicas*. São Paulo: Editora kalapalo, 2008.

COSTA, L. P. *Atlas do esporte no Brasil*. São Paulo: Shape, 2005.

SCHWARTZ, G. M. (Org.). *Aventuras na natureza: consolidando significados*. Jundiaí: Fontoura, 2006.

STIGGER, M. P. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

STUBBS, R. *Livro dos Esportes*. Editora Agir, 2012.

Disciplina: ESPORTES III (ESPORTES DE REBATIDA/CAMPO E ESPORTES DE ALVO)			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 7º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 45h	Créditos: 4
Ementa Aspectos histórico-culturais dos esportes de rebatida/campo (como softbol, beisebol) e dos esportes de alvo (como arco e flecha, bocha, boliche, dardo). Fundamentos técnicos e táticos necessários para o processo ensino-aprendizagem dos esportes de rebatida/campo e esportes de alvo no contexto escolar.			
Bibliografia Básica GRECO, P.J.; BENDA, R. N. (org). <i>Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico</i> . 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007. PAES, R. R.; BALBINO, H. F. <i>Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas</i> . São Paulo: Guanabara Koogan, 2005. RIBAS, J. F. M. <i>Praxiologia Motriz na América Latina: aportes para a didática na Educação Física</i> . 1. ed. v.1. Ijuí/RS: UNIJUI, 2017.			
Bibliografia complementar BALBINOTTI, C. (Org.). <i>O ensino do tênis: novas perspectivas de abordagem</i> . 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, v. 1, p. 80-98. GARGANTA, J. O ensino dos jogos desportivos. Perspectivas e tendências. <i>Movimento</i> (Porto Alegre. Online), v. 4, p. 19-27, 1998. GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Sistema de classificação dos esportes. In: REZER, Ricardo (Org.). <i>O fenômeno esportivo: ensaios crítico-reflexivos</i> . Chapecó: Argos, 2006. RECO, P. J.; LEMOS, K. L. M.; MORALES, J. C. P (Org.). <i>Congresso Internacional dos Jogos Desportivos</i> . 1. ed. Belo Horizonte: Casa da educação física, 2015. v. 1. MESQUITA, I. <i>Pedagogia do treino: a formação em jogos esportivos coletivos</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1997. SESI. <i>Tênis, Tênis De Mesa & Badminton</i> . Col. Atleta Do Futuro. SESI – SP, 2013.			

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 7º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH PCC: 30h	Créditos: 4
Ementa Reflexão sobre a Educação Física como componente curricular no Ensino Médio e na EJA. Demandas contemporâneas, objetivos e especificidades da escola média. Implicações teóricas, curriculares e metodológicas para a Educação Física no Ensino Médio e na EJA. Educação Física,			

diversidade de gênero, sexual, intergeracional e prática pedagógica. Prática como componente curricular.

Bibliografia básica

SOARES, C. et al. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

NEIRA, M. G. *Práticas corporais: brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas*. São Paulo: Melhoramentos, 2014.

KUNZ, E. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí, RS: Unijuí, 1994.

Bibliografia complementar

ALVES, M. J. *A Educação Física no contexto escolar: interdisciplinarizando o conhecimento e construindo saberes*. São Paulo: Paco editorial, 2011.

BARBOSA, M. J. *Reflexões de educadoras/es e educandas/os sobre a evasão na escolarização de jovens e adultos*. Disponível em: http://www.ufpe.br/cead/eja/textos/maria_jose.pdf. Acesso em: 04 dez. 2017.

BOSSLE, F. *Didática (s) da Educação Física: formação docente e cotidiano escolar*. Curitiba: CRV, 2016.

CORREIA, W. R. *Educação Física Escolar: entre inquietudes e impertinências*. Rev. Brasileira de Educação Física e Esportes, Mar 2012, vol.26, no.1. p.171-178.

CORREIA, W. R. *A Educação Física no Ensino Médio: questões impertinentes*. Várzea Paulista/SP. Editora Fontoura, 2011.

CORREIA, W. R. *A Educação Física no Ensino Médio: discutindo a questão dos saberes escolares*. Dissertação de mestrado. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

DARIDO, S.; SOUZA JR., O. *Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola*. Campinas, Papirus, 2011.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Orgs.). *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FARIAS, A. C. et al. O Profissional da Educação Física e os Alunos da EJA à Luz da LDB. *Revista Sapientia*, São Luís-MA, v. 4, n. 4, p.00-1, abr. 2012.

TOCANTINS (Estado). Secretaria estadual de educação (SEE). *Proposta Curricular do Estado do Tocantins*. Educação Física. Palmas, SEDUC, 2009.

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; MARTINS, I. C. *Aulas de Educação Física no Ensino Médio*. Campinas: Papirus, 2012.

NISTA-PICCOLO, V. MOREIRA, W.W. *Esporte para a vida no ensino médio*. Coleção Educação Física Escolar. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OITAVO SEMESTRE

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE NA ESCOLA				
Curso: Educação Física			Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 8º			Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há			Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30 h	CH Prática: 15h	CH PCC: 15h	Créditos: 4
Ementa Estudo da epidemiologia da atividade física em coletividades. O exercício físico como fator de prevenção e promoção da saúde em relação a doenças crônicas não transmissíveis. Elaboração e desenvolvimento de programas de atividades físicas para gestantes, obesos, cardiopatas, hipertensos e diabéticos. Prática como componente curricular.				
Bibliografia Básica PITANGA, F. J. G. <i>Epidemiologia Da Atividade Física, Exercício Físico e Saúde</i> . 3. ed. Phorte, 2010. HALLAL, P. R. C.; FLORINDO, A. A. <i>Epidemiologia da atividade física</i> . Atheneu Editora, 2011. GONÇALVES, A. Conhecendo e discutindo saúde coletiva e atividade física. In: <i>Conhecendo e discutindo saúde coletiva e atividade física</i> . Guanabara Koogan, 2004.				
Bibliografia Complementar CASTINHEIRAS NETO, A. G. <i>Manual de prescrição de exercício na doença cardiovascular</i> . Editora Rubo, 2012. CACHIONI, M. <i>Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos</i> . 2. ed. Campinas: Papirus, 2005. COLBERG, S. <i>Atividade física e diabetes</i> . Manole. 2002 MATSUDO, S. M.M.; MATSUDO, V. K. R. <i>Atividade física e obesidade: prevenção e</i>				

tratamento. Atheneu, 2008.
 MATSUDO, S. M. M. *Avaliação do Idoso: Física & Funcional*. Londrina: Midiograf, 2000.
 RAMOS, A. T. *Atividade Física: diabetes, gestantes, 3ª idade, crianças e obesos*. Sprint, 1992.
 ZUGAIB, M.; LOPES, M. A.B. *Atividade física na gravidez e no pós-parto*. Editora Roca, 2009.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 8º		Tipo de disciplina: obrigatória	
Pré-requisito: Fundamentos Didáticos em Educação Física; Educação Física no Ensino Fundamental; Teorias da Educação Física Escolar.		Modalidade: presencial	
CH Total: 120h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 90h	Créditos: 8
Ementa A organização do trabalho pedagógico da educação física no ensino médio. Objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação no processo de ensino-aprendizagem da educação física no ensino médio. A reflexão sobre as estratégias didático-pedagógicas como um dos pilares da prática pedagógica do professor de educação física no ensino médio. Educação Física e diversidade sexual e de gênero.			
Bibliografia Básica BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio</i> . Parte II: Linguagens Códigos e suas tecnologias. Brasília, 2000. BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. <i>PCN+ Ensino Médio</i> . Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens Códigos e Suas tecnologias. Brasília, 2002. NISTA-PICCOLO, V. MOREIRA, W.W. <i>Esporte para a vida no ensino médio</i> . Coleção Educação Física Escolar. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
Bibliografia Complementar DARIDO, S. C. (Org.). <i>Educação Física Escolar: compartilhando experiências</i> . São Paulo: Phorte, 2011. DARIDO, S. C.; SOUZA JUNIOR, O. M. de. <i>Para ensinar Educação Física</i> . 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. DARIDO, S. C. <i>Educação Física na Escola: questões e reflexões</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. NISTA-PICCOLO, V. MOREIRA, W.W. <i>Esporte para saúde nos anos finais do Ensino Fundamental</i> . Coleção Educação Física Escolar. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. <i>Educação como prática corporal</i> . São Paulo: Scipione, 2009. GALLAHUE, D; DONNELLY, F. <i>Educação física desenvolvimentista para todas as crianças</i> . 4. ed., São Paulo: Phorte, 2008. KUNZ, E. <i>Transformação didático-pedagógica do Esporte</i> . Ijuí: Unijuí, 1994. PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. <i>Estágio e docência</i> . São Paulo, Cortez, 2004. PALMA, Â. P. T. V.; OLIVEIRA, A. A. B. de; PALMA, J. A. V. <i>Educação Física e a organização curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio</i> . Londrina: EDUEL, 2010.			

Disciplina: HISTÓRIA E CULTURA CORPORAL AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 8º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Relações e aspectos históricos da constituição do povo brasileiro. As teorias raciais e suas influências no pensamento brasileiro. As representações raciais e social na formação da sociedade brasileira. Políticas públicas e de ações afirmativas e seus impactos no contexto educacional. A cultura negra e indígena no Brasil e no contexto do estado do Tocantins. A educação física e as possibilidades de materialização de práticas pedagógicas a partir da cultura afro-brasileira e indígena.			
Bibliografia Básica BRASIL, Ministério da educação e cultura. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2005.			

GOMES, N. L.; S., PETRONILHA, B. G. e S. *Experiências Étnico - Culturais para Formação de Professores*. São Paulo: Autêntica Editora, 2006.

SCHWARTZ, L. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Bibliografia Complementar

BRASIL. [Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acessado em: 01/07/2017.

CASTRO JÚNIOR, L. V. Festa e corpo: as expressões artísticas e culturais nas festas populares baianas. Salvador: EdUFBA, 2014.

GRANDO, B. S. *Jogos e culturas indígenas*: possibilidades para a educação intercultural na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília, 2005. 204p.

OLIVEIRA, L. M. O ensino da história e cultura afro-brasileira e a educação física: um estudo sobre o currículo vivido em Santo André. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOBRINHO, R., S., M. Vozes infantis indígenas :as culturas escolares como elementos de (des)encontros com as culturas das crianças sateré-mawé. Manaus: Valer, 2011.

Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 8º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: Instrumentalização Científica		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 0h	CH Prática: 60h	Créditos: 4
Ementa			
Aplicação da pesquisa científica no âmbito dos conhecimentos da Educação Física. Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso na área de Educação Física.			
Bibliografia básica			
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. <i>Fundamentos de Metodologia Científica</i> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
SEVERINO, A J. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . 23. ed. São Paulo, Cortez, 2009.			
MATTOS, M. G.; BLECHER, S.; ROSSETTO JUNIOR, A. J. <i>Metodologia da pesquisa em Educação Física</i> . São Paulo, Phorte Editora, 2008.			
Bibliografia complementar			
THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. <i>Métodos de pesquisa em atividade física</i> . 3. ed. São Paulo, Artmed, 2007.			
CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). <i>Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas</i> . 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 1999.			
GIL, Antonio Carlos. <i>Como elaborar Projetos de Pesquisa</i> . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. <i>Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</i> . São Paulo: EPU, 1986.			
MEDEIROS, J. B. <i>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas</i> . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			

Disciplina: ATIVIDADES AQUÁTICAS			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: 8º		Natureza: obrigatória	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 45h	Créditos: 4
Ementa			
Aspectos histórico-culturais das atividades aquáticas. Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e metodológicos das atividades aquáticas no contexto educacional.			
Bibliografia Básica:			
MACHADO, D. <i>Natação: iniciação ao treinamento</i> . São Paulo: EPU, 2006.			
MAGLISCHO, E. W. <i>Nadando o mais rápido possível</i> . Manole: 2010.			
QUEIROZ, C.A. <i>Recreação aquática</i> . Rio de Janeiro: Sprint, 1998.			
Bibliografia Complementar			
BATES, A.; HANSON, N. <i>Exercícios aquáticos terapêuticos</i> . São Paulo: Manole, 1998.			
LIMA, W.U. <i>Ensinando Natação</i> . São Paulo: Phorte, 2009.			

FIGUEIREDO, PP. *Natação para bebês, infantil e iniciação: uma estimulação para a vida*. São Paulo: Phorte, 2005.

PEREIRA, M. D. *Aprendendo a nadar em ludicidade*. São Paulo: Phorte, 2005.

CABRAL, F.; CRISTIANINI, S.; SOUZA, W. *Natação 1000 exercícios*. 6. ed. Rio de Janeiro, 2009.

VIEIRA, S.; FREITAS, S. *O que é a natação sincronizada e saltos ornamentais: história, regras e curiosidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: COB, 2006.

OPTATIVAS

Disciplina: ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 0h	Créditos: 4
Ementa Conceitos básicos de nutrição e alimentação humana. Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Gestão na alimentação escolar e Controle social e o PNAE. Estudo da Escola promotora de saúde na alimentação escolar e sua interface com a Educação Física, apresentando casos de sucesso no Brasil e no mundo.			
Bibliografia Básica BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. <i>Lei 11.947 de 16 de junho de 2009</i> . Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: < http://ftp.fnnde.gov.br/web/pdde/lei_11947_16062009.pdf >. BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. <i>Resolução nº 38 de julho de 2009</i> . Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: < http://ftp.fnnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res038_16072009.pdf >. VALENTE, F. L. S. <i>Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas</i> . Ed. Cortez. São Paulo, 2002. 272 p.			
Bibliografia Complementar BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Política Nacional de Alimentação e Nutrição</i> . Brasília: Ministério da Saúde; 2011. Disponível em: < http://www.saude.gov.br/ >. BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. <i>Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006</i> . Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF: MS, MEC, 2006. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação – Geral da Política de Alimentação e Nutrição. <i>Guia Alimentar para a população brasileira: Promovendo a alimentação saudável/ Alimentação e Nutrição</i> . Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 210p VILARTA, R. et al. <i>Alimentação Saudável, Atividade Física e Qualidade de Vida</i> . Ipes. Campinas, 2007.			

Disciplina: ATIVIDADE MOTORA E CRIANÇAS PEQUENAS			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa As relações entre Atividade Motora, Educação Física e Educação Infantil. Atividade motora como potencializadora do desenvolvimento integral de bebês e crianças. Formulação de programas de atividade motora com envolvimento da escola, da família e das crianças.			
Bibliografia Básica GALLAHUE, D.L; DONNELLY, F. <i>Educação Física Desenvolvimentista para crianças</i> . São Paulo: Phorte, 2007. KREBS, R. J. <i>Teoria dos Sistemas Ecológicos: um paradigma para a educação infantil</i> . Santa Maria: Kinéssis, 1997. KREBS, R. J.; BELTRAME, T. S. COPETTI, F. (Org.). <i>Discutindo o desenvolvimento infantil</i> . 1. ed. Santa Maria: UFSM, 1998.			

Bibliografia Complementar

COELHO, V.A.C. *Entre a casa e a escola: prática de atividades físicas e desenvolvimento infantil*. 2017. 150f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, 2017.

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. São Paulo: Phorte, 2005.

NASPE. National Association for Sport and Physical Education. *Active Start: A Statement of Physical Activity Guidelines for Children from Birth to Age 5*. 2nd Edition. 2009.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Obrigatoriedade é importante para garantir prática de atividades físicas nas escolas*. Organização das Nações Unidas (ONU), 2016.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Caderno de desenvolvimento humano sobre escolas ativas no Brasil*. Brasília: PNUD: INEP, 2016.

Disciplina: ATIVIDADES CIRCENSES E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Aspectos históricos, culturais, sociais e pedagógicos do circo e das atividades circenses que envolvem acrobacias, manipulação de objetos, equilíbrios, aéreos e interpretação (palhaço). Princípios básicos de segurança em atividades circenses. Estudo e aplicação das atividades circenses no âmbito educativo e na educação física escolar.			
Bibliografia básica BORTOLETO, M. A. C. (org.). <i>Introdução à pedagogia das atividades circenses</i> . Jundiá/SP: Fontoura, 2008. BORTOLETO, M. A. C. (org.). <i>Introdução à pedagogia das atividades circenses</i> . v. 2, Várzea Paulista/SP: 2010. DUPRAT, R. M.; BORTOLETO, M. A. C. Educação física escolar: pedagogia e Didática das atividades circenses. <i>Rev. Bras. Cienc. Esporte</i> , Campinas, v. 28, n. 2, p. 171-189, jan. 2007.			
Bibliografia complementar BORTOLETO, M. A. C. A perna de pau circense: o mundo sob outra perspectiva. <i>Revista Motriz</i> , Rio Claro, v. 9, n. 3, 2003. BORTOLETO, M. A. C. Rola-bola: iniciação. <i>Revista Movimento & Percepção</i> , Espírito Santo de Pinhal, v. 4, n. 4-5, p. 100-109, jan./dez. 2004. BORTOLETO, M. A. C. Circo y educación física: los juegos circenses como recurso pedagógico. <i>Revista Stadium</i> , Buenos Aires, ano 35, n. 195, p. 15-26, mar. 2006. BORTOLETO, M. A. C.; MACHADO, G. de A. Reflexões sobre o circo e a educação física. <i>Revista Corpoconsciência</i> , Santo André, n. 12, p. 41-69, 2003. BORTOLETO, M. A. C., CLARO, T. S., PINHEIRO, P. H. G. G.; SERRA, C. S. As artes circenses nas aulas de Educação Física. In: MOREIRA, E. C.; PEREIRA, R. S. <i>Educação Física Escolar: desafios e propostas 2</i> (re-edição), Editora Fontoura, Jundiá, 2011, cap. 4. DUPRAT, R. M. <i>A arte circense como conteúdo da educação física</i> . Relatório Final (Iniciação Científica) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. INVERNÓ, J. <i>Circo y educación física: otra forma de aprender</i> . Barcelona: INDE Publicaciones, 2003. OLIVEIRA, J. A. de (Org.). <i>Circo</i> . São Paulo: Prêmio, 1990. Biblioteca Eucatex de Cultura Brasileira. SILVA, E. <i>O circo: sua arte e seus saberes: o circo no Brasil do final do século XIX a meados do XX</i> . Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.			

Disciplina: AValiação em Educação Física			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: opcional	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Fundamentos da avaliação antropométrica e funcional para o ambiente escolar. Metodologias de avaliação aplicadas ao contexto da escola.			
Bibliografia Básica GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. <i>Manual Prático para Avaliação em Educação Física</i> . São Paulo:			

Manole. 2004.

TRITSCHLER K. *Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes*. 5. ed. São Paulo: Manole. 2003.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática*. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, C.G.S. *Manual de Teste de Esforço*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1984.

CARNAVAL, P.E. *Medidas e Avaliação em Ciências do Esporte*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

HEYWARD, V.H. *Avaliação física e prescrição de exercício: técnicas avançadas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. *Controle do Peso Corporal: Composição Corporal, Atividade Física e Nutrição*. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape. 2003.

MORROW Jr, J. R.; JACKSON A. W.; DISCH J. G.; MOOD, D. P. *Medida e Avaliação do Desempenho Humano*. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2003.

KISS, M.A.P.D. *Esporte e Exercício: Avaliação e Prescrição*. São Paulo: Roca, 2004.

PITANGA, F. J. G. *Testes, medidas e avaliação: em Educação Física e esportes*. 5. Ed. São Paulo: Phorte, 2008.

POLLOCK, M.H. *Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação*. São Paulo: Medsi, 1993.

QUEIROGA, M. R. *Testes e medidas para avaliação da aptidão física: relacionada a saúde em adultos*. São Paulo: Guanabara, 2005.

TARANTO, G. *Diretrizes do ACSM para os esforços e sua prescrição: American College Of Sports Medicine*. 6.ed. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2003.

Disciplina: **CURRÍCULO E EDUCAÇÃO FÍSICA**

Curso: Educação Física

Unidade: UFT Câmpus Miracema

Semestre: opcional

Natureza: optativa

Pré-requisito: não há

Modalidade: presencial

CH Total: 60h

CH Teórica: 60h

CH Prática: 0h

Créditos: 4

Ementa

Estudo do currículo como mecanismo de relações e dinâmicas, no qual relaciona-se conhecimentos e valores ligados às distintas concepções filosóficas, sócio-históricas, políticas e culturais. Currículo e sociedade. Currículo e ideologia. Currículo e relações de poder. A relação entre currículo, Educação Física e cultura. O currículo oculto da Educação Física e o cotidiano da escola pública.

Bibliografia Básica

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. *Educação Física, currículo e cultura*. São Paulo: Phorte, 2009.

SACRISTAN, J. G. *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PACHECO, J. A.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (orgs). *Currículo, didática e formação de professores*. Campinas: Papirus, 2013.

Bibliografia Complementar

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. *Currículo, cultura e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. *Monstros ou heróis: os currículos que formam professores de Educação Física*. São Paulo: Phorte, 2016.

SACRISTAN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2000.

SILVA, T. T. *Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

Disciplina: **DANÇA CONTEMPORÂNEA**

Curso: Educação Física

Unidade: UFT Câmpus Miracema

Semestre: opcional

Natureza: optativa

Pré-requisito: não há

Modalidade: presencial

CH Total: 60h

CH Teórica: 15h

CH Prática: 45h

Créditos: 4

Ementa

Estudos sobre a dança contemporânea, principais coreógrafos nacionais e internacionais. O papel político da dança contemporânea. Possibilidades e potencialidades da utilização do corpo na investigação e construção do movimento.

Bibliografia Básica

FERNANDES, C. *Pina Bausch e o Wuppertal Dança-Teatro: repetição e transformação*. São Paulo:

Hucitec, 2000.

KATZ, H. *Um, dois, três. A dança é o pensamento do corpo*. Belo Horizonte: FID Editorial, 2005.

SIQUEIRA, D. da C. O. *Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena*. Autores Associados, 2006.

Bibliografia Complementar

CALDAS, P.; GADELHA, E. (org.). *Dança e dramaturgia[s]*. São Paulo: Nexus, 2016.

COUTO, E. S.; GOELLNER, S. V. *Corpos mutantes: ensaios sobre novas (d) eficiências corporais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS (2007).

GIL, José. *Movimento total: o corpo e a dança*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2018.

LABAN, R. *Domínio do Movimento*. São Paulo: Summus, 1978.

VIANNA, K. *A Dança*. Summus Editorial, 2005.

Disciplina: DANÇA E IMPROVISAÇÃO			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 45h	Créditos: 4
Ementa Consciência corporal. Exploração dos espaços, do tempo, do peso e da fluência. Dança e coletividade. Introdução ao contato improvisação. Criação em dança.			
Bibliografia Básica FERNANDES, Ciane. <i>O Corpo em movimento: o sistema Laban-Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas</i> . Annablume, 2006. LABAN, Rudolf. <i>Domínio do Movimento</i> . São Paulo: Summus, 1978. VIANNA, Klauss. <i>A Dança</i> . Summus Editorial.			
Bibliografia Complementar BOLSANELLO, D. P.. Educação Somática: o corpo enquanto experiência. <i>Motriz</i> , v. 11, p. 89-96, 2005. DE CARVALHO LEITE, F. H. Contato improvisação (contact improvisation) um diálogo em dança. <i>Movimento</i> , v. 11, n. 2, p. 89, 2005. MARQUES, I. A. Corpo, dança e educação contemporânea. <i>Pro-posições</i> , v. 9, n. 2, p. 70-78, 2016. QUEIROZ, L. <i>Corpo, dança, consciência: circuitações e trânsitos em Klauss Vianna</i> . 2011. STRAZZACAPPA HERNANDEZ, M. M.. Educação Somática: seus princípios e possíveis desdobramentos. <i>Repertório Teatro & Dança</i> , v. 1, p. 48-54, 2009. STRAZZACAPPA, M. <i>Educação Somática e Artes Cênicas: princípios e aplicações</i> . 2012.			

Disciplina: DANÇA JAZZ			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 15h	CH Prática: 45h	Créditos: 4
Ementa A construção histórica da dança jazz. Elementos que constituem a Dança Jazz (saltos, giros, quedas, ondulações, alinhamentos). A prática e as diferentes vertentes em dança jazz. Metodologia do ensino da dança jazz a partir dos seus conhecimentos históricos, artísticos e dos fundamentos técnicos. Estudo dos aspectos conceituais, técnicos e estéticos da dança jazz e sua aplicação no universo da Educação Física Escolar.			
Bibliografia Básica CALDAS, Paulo; GADELHA, Ernesto (org.). <i>Dança e dramaturgia[s]</i> . São Paulo: Nexus, 2016. MARQUES, I. A. <i>Ensino de dança hoje: textos e contextos</i> . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 126 p. SIQUEIRA, Denise Da Costa Olive. <i>Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena</i> . Autores Associados, 2006.			
Bibliografia Complementar BENVEGNUI, Marcela. Reflexões sobre jazz dance: identidade e (trans)formação. <i>Revista Sala Preta</i> , v. 11, n. 11, 2011. DE JESUS, Caroline Kummer; DANTAS, Mônica Fagundes. Propostas Coreográficas da Dança Jazz na Cidade de Porto Alegre. <i>Revista Arquivos em Movimento</i> , Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.31-43, jul/dez.2012 DE SOUZA, Paulo Henrique Alves. Dança contemporânea: Percepção, contradição e aproximação. <i>Pensar a Prática</i> , v. 16, n. 4, 2013. JOSÉ, A. M. S. Dança contemporânea: um conceito possível? In: <i>Colóquio Internacional Educação E</i>			

Contemporaneidade, São Cristóvão. Anais eletrônicos. São Cristóvão: EDUCON, 2011.

MUNDIM, A. C. R.. Corpo e técnica em dança: como podemos discuti-los? In: *Anais do V Congresso da Abrace*. Memória Abrace Digital, v. 01, p. 01, 2008.

LABAN, Rudolf. *Domínio do Movimento*. São Paulo: Summus, 1978.

MUNDIM, Ana Carolina da Rocha. Uma possível história da dança jazz no Brasil. In: *Anais do III Fórum De Pesquisa Científica Em Arte - Escola de Música e Belas Artes do Paraná*. Curitiba, 2005. Disponível em: http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais3/ana_mundim.pdf

XAVIER, Cíntia N. Jazz, Jazz, Jazz... *Revista Consequência*, Campinas, ano 1, n. 1, p. 15-36, 1994.

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA, CULTURA E SOCIEDADE			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: opcional	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 60 h	CH Prática: 0h	Créditos: 4
Ementa Introdução aos conceitos de corpo, sociedade e cultura. Abordagem das relações destes conceitos entre si, e destes com a Educação Física no contexto escolar. Representações sociais e ideológicas sobre o corpo, a corporeidade e as práticas corporais na escola. Estudo da cultura como produtora de percepções e concepções de corpo e da cultura corporal do movimento.			
Bibliografia Básica BRACHT, V. <i>Educação Física e Aprendizagem Social</i> . Porto Alegre: Magister, 1992. NEIRA, M. G. <i>Por dentro da sala de aula: conversando sobre a prática</i> . São Paulo: Phorte, 2004. DAÓLIO, J. <i>Da cultura do corpo</i> . Campinas, Papirus, 1995 Bibliografia Complementar BETTI, M. <i>Educação Física e sociedade</i> . São Paulo: Movimento, 1991. BHABHA, H. <i>O local da cultura</i> . Belo Horizonte: UFMG, 1999. BRETON, D. <i>Adeus ao corpo</i> . Campinas: Papirus, 2003. DAÓLIO, J. <i>Educação Física e o conceito de cultura</i> . (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo). Campinas: Autores Associados, 2010. GEERTZ, C. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: <i>A interpretação das culturas</i> . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989. LARAIA, R. B. <i>Cultura: um conceito antropológico</i> . 10. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995. NEIRA, M. G. <i>Educação Física</i> . Coleção Reflexão e a prática de ensino. São Paulo: Blucher, 2011.			

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA E TECNOLOGIAS DIGITAIS			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Estudo das diferentes manifestações culturais na contemporaneidade relacionadas à mídia e Tecnologias Digitais na Educação. Produção e utilização das tecnologias de informação e comunicação no ensino-aprendizagem na Educação Física a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da mídia-educação. Ambientes virtuais na Educação Física. Possibilidades educativas entre Educação Física e Tecnologias Digitais no espaço escolar.			
Bibliografia Básica BELLONI, M. L. <i>O que é mídia-educação</i> . Campinas: Autores Associados, 2001. LÉVY, P. <i>Cibercultura</i> . São Paulo: Editora 34, 1999. KENSKI, V. M. <i>Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação</i> . São Paulo: Papirus, 2007. Bibliografia Complementar ABRÃO, K. Cognição e aprendizagem no espaço da tecnologia: <i>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</i> , v. 11, n. 4, p.1776-1798, 2016. ABRÃO, K.; ADAMATTI, D. F. As novas tecnologias da informação e comunicação e a atividade experimental no ensino de ciências. <i>Revista Linhas</i> , Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 305 – 324, maio/ago. 2015. ALMEIDA, F. J. <i>Educação e Informática: os computadores na escola</i> . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. BIANCHETTI, L. <i>Da chave de fenda ao Laptop - Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação</i> . Petrópolis: Vozes; Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. BUCKINGHAM, D. <i>Crescer na era das mídias eletrônicas</i> . São Paulo: Loyola, 2009.			

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA E ENVELHECIMENTO

Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Tipo de disciplina: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	Créditos: 4
Ementa Estudo do processo de envelhecimento. Fenômeno do envelhecimento e da velhice no Brasil: fatores políticos, sociais, econômicos e educacionais. Elaboração e desenvolvimento de programas de atividade física específicos para essa fase da vida.			
Bibliografia Básica OKUMA, S. S. Cuidados com o corpo: um modelo pedagógico de Educação Física para Idosos. In: <i>Tratado de Geriatria e Gerontologia</i> . Cap. 134, p. 1092-1100, 2004. MATSUDO, S. <i>Envelhecimento e Atividade Física</i> . Ed. Midiograf, 2001 FERREIRA, V. <i>Atividade física na 3ª idade: o segredo da longevidade</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2007.			
Bibliografia Complementar NERI, A.L. <i>Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar</i> . Campinas: Alínea. 2011 BOTH, A.; CASARA, M. B.; COLTELLETTI, I. <i>Educação e envelhecimento humano</i> . Caxias do Sul, RS: Educus, 2006 EDUCS, 2006. VASCONCELOS, L.M.C; BRITO, R.H.P (orgs). <i>Educação para terceira idade</i> . São Paulo: Edições Loyola, 2012. BEAUVOIR, S. <i>A Velhice</i> . São Paulo: Novas Fronteiras, 1990. SPIRDUSO, W. <i>Dimensões físicas do Envelhecimento</i> . 1. ed. São Paulo: Manole, 2005. CARVALHO, R.B.C; BARBOSA, R.M.S.P. O Envelhecimento e a Atividade física. In: <i>Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiência e Intervenções Pedagógicas</i> , Cap. 8, p. 81-92, 2003.			

Disciplina: ESPORTE E EDUCAÇÃO			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	Créditos: 4
Ementa Análise do fenômeno esportivo considerando sua história, sua evolução sociocultural e suas implicações no mundo atual. Estudos dos aspectos metodológicos do esporte visando a apreensão das modalidades e a didática de transmissão dos conhecimentos. Educação, inclusão e diversidade no ensino do esporte na Educação Física escolar.			
Bibliografia Básica CASTELLANI FILHO, L. <i>Educação Física no Brasil: a história que não se conta</i> . Campinas, Papirus. 1988. BENTO, J. O. <i>Desporto e Humanismo: o campo do possível</i> . Rio de Janeiro: UERJ, 1998. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. <i>Educação Física na Escola: implicações para prática pedagógica</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.			
Bibliografia Complementar MOREIRA W. W. (org.). <i>Século XXI: a era do corpo ativo</i> . Campinas, SP: Papirus, 2006. MOREIRA, W. W. e SIMÕES, R. (org.). <i>Educação Física e produção de conhecimento: Corporeidade, esporte, lazer e saúde</i> . Belém: Edufpa, 2009. MOREIRA W. W. et al. (org.). <i>Educação Física, esporte, saúde e educação</i> . Uberaba: Editora e gráfica Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2010. NÓBREGA, T. P. da. <i>Corporeidade e Educação Física: do corpo objeto ao corpo sujeito</i> . 2. ed. Natal: EDUFRRN Ed. da UFRN, 2005. RIBEIRO, J. C. <i>Paidéia: A Iniciação esportiva a partir da corporeidade</i> . Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação Física – Universidade metodista de Piracicaba, 2007. RIBEIRO, J. C. Corporeidade no esporte: a intervenção como ato educativo. In: MOREIRA, et al. (org.). <i>Ciência do esporte: educação, desempenho e saúde</i> . Uberaba: UFTM, 2012. SANTIN, S. <i>Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade</i> . 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. (org.). <i>Pedagogia do desporto</i> . Rio de Janeiro: Koogan, 2006.			

Disciplina: ESTUDOS DO LAZER	
Curso: Educação Física	Unidade: UFT Câmpus Miracema
Semestre: opcional	Natureza: opcional

Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 15h	Créditos: 4
Ementa Estudos do lazer, os conceitos, conteúdos, abordagens e gêneros do lazer. O tempo livre e as atividades recreativas. Seleção de atividades. Lazer como fenômeno histórico, social e cultural, e seus processos de institucionalização, transformação e mercantilização. Políticas públicas para o lazer e o lazer como direito social. Educação para e pelo lazer. Sentidos e significados das participações sociais em práticas de lazer, possibilidades de acesso e barreiras socioculturais. Limites e possibilidades do lazer no estado do Tocantins. Relação do lazer com o contexto escolar.			
Bibliografia Básica MARCELLINO, N.C. <i>Estudo do Lazer: uma introdução</i> . 3. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2002. MARCELLINO, N. C. (Org). <i>Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras</i> . Campinas: Autores Associados, 1996. WERNECK, C. L. G. <i>Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas</i> . Belo Horizonte: UFMG; CELAR, 2000 Bibliografia Complementar GOMES, C. L. (org.). <i>Dicionário Crítico do Lazer</i> . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. HUIZINGA, J. <i>Homo/Ludens</i> . São Paulo: Perspectiva, 1980. LAFARGUE, P. <i>O direito à preguiça</i> . Lisboa. Estampa, 1977. MARCELLINO, N. C. <i>Lazer e humanização</i> . 7. ed. Campinas/SP: Papirus, 2003. PIRES, M. J. <i>Lazer e turismo cultural</i> . São Paulo: Manole, 2002.			

Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Resumo, resenha e fichamento. Revisão e reescrita orientada dos textos produzidos.			
Bibliografia Básica KATO, M. <i>O aprendizado da leitura</i> . 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. KOCH, I.G. <i>Desvendando os segredos do texto</i> . São Paulo: Cortez, 2002. MEDEIROS, J. B. <i>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas</i> . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Bibliografia Complementar KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e compreender os sentidos do texto</i> . São Paulo: Contexto, 2006. MARCUSCHI, L.A. Compreensão de texto – algumas reflexões. In: DIONÍSIO, A.P. & BEZERRA, M.A. (Orgs.). <i>O livro didático de Português: múltiplos olhares</i> . Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. FAULSTICH, E. L. de. <i>Como ler, entender e redigir um texto</i> . 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. MARTINS, M. H. <i>O que é leitura?</i> São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos. PIETRI, E. <i>Práticas de leitura e elementos para a atuação docente</i> . 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.			

Disciplina: MÉTODOS DE PESQUISA QUALITATIVA			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60 h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 0h	Créditos: 4
Ementa O planejamento da pesquisa qualitativa, a elaboração do projeto de pesquisa e seu plano metodológico. Diferentes modalidades de investigação científica de caráter qualitativo e interpretativas e seus critérios de validação científica. Observação, entrevista, questionários e análise documental como recursos metodológicos.			
Bibliografia Básica DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. In: <i>O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens</i> . Artmed, 2006. SOUZA MINAYO, M. <i>O desafio do conhecimento</i> . Pesquisa qualitativa em saúde. 2008. RICHARDSON, R. J. <i>et al. Pesquisa social: métodos e técnicas</i> . São Paulo: Atlas, 1985.			

Bibliografia Complementar

BAUER, M. W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Vozes, 2011.

FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Artmed Editora, 2008.

TURATO, E. R. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Vozes, 2003.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2015.

Disciplina: MÉTODOS DE PESQUISA QUANTITATIVA

Curso: Educação Física

Unidade: UFT Câmpus Miracema

Semestre: opcional

Natureza: optativa

Pré-requisito: não há

Modalidade: presencial

CH Total: 60h

CH Teórica: 60h

CH Prática: 0h

Créditos: 4

Ementa

Estudo dos principais métodos e testes para avaliação em pesquisa quantitativa. Métodos estáticos para a análise de dados quantitativos em pesquisa. Recursos estatísticos utilizados na análise e interpretação de dados quantitativos.

Bibliografia Básica

THOMAS, J. R. & NELSON, J. K. *Métodos de Pesquisa em Atividades Física*. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002

VIEIRA, Sônia. *Introdução à bioestatística*. Elsevier Brasil, 2015

VIEIRA, S. e HOSSNE, W. S. *Metodologia Científica para a área de Saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Câmpus, 2002.

Bibliografia Complementar

MALETTA C.H.M. *Bioestatística - Saúde Pública*. 3. ed. Belo Horizonte: Independente, 2000.

VIEIRA, Sonia. *Bioestatística tópicos avançados*. Elsevier Brasil, 2011.

GUEDES, ML da S.; GUEDES, J. da S. Bioestatística para profissionais de saúde. In: *Bioestatística para profissionais de saúde*. Ao Livro Técnico/CNPq, 1988.

MARÔCO, João. *Análise estatística com o SPSS Statistics*. ReportNumber, Lda, 2011.

BUSSAB, W., MORETTIN, P. *Estatística Básica*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MORROW JUNIOR, J. G., MOOD D. P., JACKSON, A. W., DISCH, J. G. *Medida e avaliação do desempenho humano*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

THOMAS, J. R. & NELSON, J. K. *Métodos de Pesquisa em Atividades Física*. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

Disciplina: ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Curso: Educação Física

Unidade: UFT Câmpus Miracema

Semestre: opcional

Natureza: optativa

Pré-requisito: não há

Modalidade: presencial

CH Total: 60h

CH Teórica: 45h

CH Prática: 15h

Créditos: 4

Ementa

Teorias gerais da Administração ao Esporte e aos diferentes papéis que ele desempenha na sociedade contemporânea. Estudo dos princípios organizacionais aplicados à Educação Física e ao desporto. Análise detalhada dos elementos envolvidos na organização e desenvolvimento dos eventos e festivais esportivos.

Bibliografia Básica

CAPINUSSU, J. M. *Competições esportivas: Organização e esquemas*. SÃO PAULO, IBRASA, 1986.

REZENDE, J. R. *Organização e administração no esporte*. Rio de Janeiro, Sprint, 2000.

POIT, D.R. *Organização de eventos esportivos*. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2007.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, R. B. *Manual de eventos*. 2. ed. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2002.

CAPINUSSU, J. M. *Moderna organização da Educação Física e Desportos*. São Paulo, IBRASA, 1992.

CARVALHO, M. *Gerenciamento profissional de eventos*. Fortaleza/CE: PCMA, 1993.

CASTELLANI F. L. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 9. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2003.

CESCA, C. G. G. *Organização de eventos: manual para planejamento e execução*. Summus, 1997.
 MEIRELLES, G. F. *Tudo sobre eventos*. São Paulo/SP: STS, 1999.
 ROCHE, F. P. *Gestão Desportiva: planejamento estratégico nas organizações desportivas*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
 SROUR, R. H. *Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão*. 13. ed. Câmpus, 2005.

Disciplina: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 45 h	CH Prática: 15 h	Créditos: 4
Ementa Retrospectiva histórica das políticas de saúde e das práticas utilizadas para educação e saúde. Conceitos e concepções de saúde e doença como reflexão para as práticas de Educação em Saúde. A promoção da saúde e a educação em saúde. Organização dos serviços de saúde no Brasil; Sistema Único de Saúde – Princípios, Diretrizes e Controle Social. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Métodos Epidemiológicos; Indicadores de saúde. Sistemas de informação em saúde. Vigilância à Saúde. Planejamento e Gestão em saúde. Saúde na Escola.			
Bibliografia Básica BOURGET, M. M. <i>Estratégia Saúde da Família a Experiência da Equipe de Reabilitação</i> . Martinari, 2008. FLEURY, S.; OUVRENEY, A. M. <i>Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde</i> . FGV: Rio de Janeiro, 2007. FIGUEIREDO, N. M. A. <i>Ensinando a cuidar em saúde pública</i> . Yendis: São Caetano do Sul-SP, 2005.			
Bibliografia Complementar: CAMPOS, G. W. S. et al. <i>Tratado de saúde coletiva</i> . Rio de Janeiro: HucitecFiocruz, 2007. CARVALHO, Y. M. <i>O mito da atividade física</i> , 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004. CECCIM, R. B. Formação e desenvolvimento na área da saúde: observação para a política de recursos humanos. In: BRASIL. Ministério da Saúde . <i>Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil: estudos e análises</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 373-414. CECCIM, R. B. & FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. <i>Physis – Revista de Saúde Coletiva</i> , v. 14, n. 1, p. 41-66, 2004. FREITAS, F. F. <i>A educação física no serviço público de saúde</i> . São Paulo: Hucitec, 2007.			

Disciplina: RECREAÇÃO HOSPITALAR			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Estudo histórico da ludicidade. Concepções e origem dos jogos e brincadeiras. O papel da brincadeira no desenvolvimento infantil. A importância do trabalho da Educação Física dentro do hospital. A arte e o movimento no hospital: a brinquedoteca, o clown e a musicoterapia. Planejamento e execução de atividades práticas pedagógicas supervisionadas, no contexto hospitalar com crianças e jovens internados.			
Bibliografia Básica DIAS, M. O lúdico e suas implicações nas estratégias de regulação das emoções hospitalizadas. <i>Revista de Psicologia, Reflexão e Crítica</i> , v.16, n. 1, 2005. MATTOS, M. E MUGIATTI, M. <i>Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde</i> . Petrópolis: Vozes, 2009. VIEGAS, D. (Org.). <i>Brinquedoteca hospitalar: isto é humanização</i> . Rio de Janeiro: WAK, 2007.			
Bibliografia Complementar ABRÃO, K. Brinquedos de plantão: A recreação hospitalar na Universidade Federal de Pelotas. <i>Revista Didática Sistêmica</i> , v. Especial, n. 1, 2012. ABRÃO, K. Quando a alegria supere a dor: jogos e brinquedos na recreação escolar. <i>Atos e pesquisas na Educação</i> , v. 8, 2013. Disponível em: http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3024 . ABRÃO, K. Os Benefícios da recreação para a criança: A brinquedoteca hospitalar em jogo. <i>Fiep</i>			

<i>Bulletin.</i>	v.	84.	2014.	Disponível	em:
http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/4584/8967 . Acesso em: 18 abril 2017.					
BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. <i>Resolução nº 41 de 13 de outubro de 1995 sobre os direitos das crianças e adolescentes hospitalizados</i> . Brasília, 1995.					
BRASIL. <i>Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005</i> . Brasília: Imprensa Oficial, 2005.					

Disciplina: SOCIOLOGIA DO ESPORTE			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 0h	Créditos: 4
Ementa Estudo das principais tendências e perspectivas teóricas para a análise sociológica do esporte. Aspectos históricos e conceituais do esporte moderno. Reflexão e discussão instrumentalizada sobre a educação física, o esporte e a sociedade.			
Bibliografia básica MARCHI, JÚNIOR, W.; ALMEIDA, B. S. de.; SOUZA, J. de. <i>Introdução à Sociologia do Esporte</i> . Curitiba: Intersaberes, 2019. CARVALHO, Y. M.; RUBIO, K. (Org.). <i>Educação Física e Ciências Humanas</i> . São Paulo: Hucitec, 2001. ORTIZ, R. <i>Ciências Sociais e Trabalho Intelectual</i> . São Paulo: Olho d'água, 2002.			
Bibliografia complementar ALMEIDA, B. S. de et al. Categorias Sociológicas para a análise do campo esportivo. In: BETTINI, M. (Org.). <i>Estudos interdisciplinares em Sociologia do Esporte: aspectos Filosóficos, Sociais, Políticos e Econômicos</i> , São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2016, p. 6-24. COAKLEY, J. <i>Sports in Society: issues and controversies</i> . 9th edition. New York: Mc Graw Hill, 2007. MARCHI JR., W. (Org.). <i>Ensaio em Sociologia do Esporte</i> . São Paulo: Factash Editora, 2011. MARCHI JR., W. <i>A educação física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer</i> . In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. (Org.). <i>Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas</i> . Jundiaí: Fontoura, 2006. MURAD, M. <i>Sociologia e Educação Física: diálogos, linguagens do corpo e esportes</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2009. SCHAFER, R. T. <i>Fundamentos de Sociologia</i> . 6.ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. WITT, J. <i>Sociologia</i> . 3.ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.			

Disciplina: SOCORROS DE URGÊNCIA			
Curso: Educação Física		Unidade: UFT Câmpus Miracema	
Semestre: opcional		Natureza: optativa	
Pré-requisito: não há		Modalidade: presencial	
CH Total: 60 h	CH Teórica: 30 h	CH Prática: 30h	Créditos: 4
Ementa Modalidades, competência e atribuições no atendimento às urgências e emergências: aspectos éticos e legais. Situações de risco. Importância da prevenção de acidentes. Atendimento pré-hospitalar básico nas emergências traumáticas e não traumáticas. Ferimentos. Choque. Hemorragia. Cinemática do trauma. Emergências clínicas mais comuns.			
Bibliografia Básica ALVAREZ, F. S.; CANETTI, M. D.; RIBEIRO JÚNIOR, Célio. <i>Manual de socorro de emergência</i> . São Paulo: Atheneu, 2005. GONÇALVES, A. <i>Saúde coletiva e urgência em Educação Física e esportes</i> . Campinas: Papyrus, 1997. NOVAES, J. da S.; NOVAES, G. da S. <i>Manual de primeiros socorros para Educação Física</i> . São Paulo: Sprint, 1994.			
Bibliografia Complementar HAFEN, B. Q; KARREN, K. J.; FANDSEN, K. J. <i>Guia de primeiros Socorros para estudantes</i> . São Paulo: Manole, 2002. FLEGEL, M. J. <i>Primeiros Socorros no esporte</i> . São Paulo: Manole, 2002. BERGERON, J. D; BIZJAK, G. <i>Primeiros Socorros</i> . São Paulo: Atheneu, 1999. SILVA, O. J. D. <i>Emergências e traumatismo nos esportes: prevenção e primeiros socorros</i> . Florianópolis: 1998. TAVARES, V. H. S. V. E. S. M. da C. F. <i>Nadar com segurança: prevenção de afogamentos, técnicas</i>			

3.7.4 Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento constituem-se de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidas por diferentes instituições formativas, que propiciam vivências, saberes e experiências que contribuam com a formação do professor de educação física. Conforme previsto nos Pareceres CNE/CP 09 e 21 de 2001, “um planejamento próprio para a execução de um projeto pedagógico há de incluir outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico articulando-se com o processo formativo do professor como um todo”.

De acordo com a Resolução CNE/CES 07 de 2007 (art. 1º), as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento permitem aproveitar atividades, habilidades, conhecimentos e competências do aluno, entre eles, “estudos e práticas independentes, realizadas sob formas distintas como monitorias, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos”. Ainda segundo a resolução, essas atividades podem ser realizadas no ou fora do ambiente acadêmico, de modo especial em meios científicos e profissionais e no mundo do trabalho. Além disso, não se confundem com o estágio curricular obrigatório e os mecanismos e critérios para sua avaliação e aproveitamento são definidos em regulamento próprio da instituição.

As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento previstas nesse projeto apresentam no mínimo de 210 horas (14 créditos) por meio da participação em eventos de caráter científico e cultural, Seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situação problema, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, relatórios de pesquisas, entre outras atividades, deste processo formativo.

Estas atividades deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do câmpus, em período a ser estabelecido pelo Colegiado de Curso, ou mesmo pela coordenação do curso, durante as atividades curriculares disciplinares, regulamentado por Resolução do Conselho de

Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE nº 9 de 2005, que orienta o aproveitamento das atividades dos alunos (Anexo E).

A cada semestre, o colegiado do curso irá estabelecer uma comissão avaliadora dos certificados/comprovantes referentes às Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, para que possam seguir para apresentação junto à Secretaria Acadêmica.

3.7.5 Estágio Curricular

Estágio curricular é considerado um ato educativo escolar supervisionado, de caráter teórico-prático, que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica, no sentido de prepará-lo para o exercício da profissão e da cidadania podendo, em conformidade com o estabelecido no projeto pedagógico do curso de graduação, ser obrigatório ou não obrigatório (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2016).

Configura-se como estágio curricular obrigatório um espaço formativo privilegiado de diálogo crítico com a realidade que deve proporcionar ao estudante experiências práticas na sua linha de formação, favorecendo a articulação do ensino com a pesquisa e extensão, ressaltando que a carga horária necessita ser cumprida para que ocorra a integralização do curso. Já o estágio curricular não obrigatório e, por sua vez, visa a ampliação da formação profissional do estudante por meio de vivências e experiências próprias, como atividade opcional, desenvolvida pelo estudante que queira complementar sua formação profissional, não sendo utilizada a carga horária em disciplina obrigatória para a integralização do curso de graduação (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2016).

O estágio curricular obrigatório (tratado neste documento também como “Estágio supervisionado”) constitui parte integrante da estrutura curricular da licenciatura em Educação Física e representa momento da formação em que o graduando deve vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico/profissional, em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de um docente do curso de Educação Física do câmpus Miracema, e está regulamentado por meio da resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que trata das diretrizes curriculares nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Em seu

artigo 13, parágrafo 6º, apresenta a seguinte redação: “O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico”.

O estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação em que o estudante/acadêmico experimenta situações de efetivo exercício profissional. Tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das atividades formativas de caráter teórico ou prático.

O estágio supervisionado é um componente curricular da formação do licenciado em Educação Física e proporciona a aproximação do acadêmico com a prática educativa desenvolvida em espaços escolares. Constitui-se, portanto, num espaço de confronto de concepções teóricas propostas ao longo do curso com práticas educativas, propiciando uma síntese teórico-metodológica. O contato do aluno com a escola pública, a busca de apreensão de sua realidade e a apresentação de possíveis soluções aos problemas educacionais detectados pela mediação do saber teórico constitui sua peculiaridade.

Seu ponto de partida é a reflexão sobre os pressupostos da ação, buscando produzir teoria sobre o fazer docente, e a partir dela, redimensionar sua prática, enriquecendo-a com conhecimentos teóricos.

3.7.6 Prática Profissional e Estágio Curricular

O estágio curricular supervisionado para o curso de licenciatura em Educação Física terá carga horária de 420 horas, em consonância com os termos da resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.

Behrens (2009) afirma que as vivências do estágio são espaços de formação, descoberta e reconstrução de conceitos da Educação Física. Não se trata de um processo isolado desenvolvido pelo estagiário. Toda a experiência de estágio acontece a partir da mediação de outros envolvidos no processo. A resignificação dos conteúdos da formação e a construção de saberes para o trabalho pressupõem experiências colaborativas entre professores, professores orientadores e estagiários. Para este autor, para uma contribuição efetiva do estágio enquanto experiência acadêmica faz-se necessário um processo de triangulação entre tempo, atitude (ações) e sujeitos. Tempo enquanto espaço de permanência e vivência do licenciando no futuro campo de atuação profissional. Atitude que se relaciona ao rol

de atividades inerentes à futura profissão a serem experienciadas em ações que o levem a refletir, perceber, ser e agir como professor. Sujeitos que se refere àqueles que se envolvem com o professor em formação no contexto do estágio (professor formador, coordenador e supervisor do estágio, professor da escola campo de estágio, alunos e outros estagiários).

Nas palavras de Maffei (2014, p. 237):

Nota-se que nas produções a respeito do estágio, as ações se remetem ao fazer do futuro professor. Assim, para que o estágio seja significativo à formação, o estagiário tem que se ocupar com funções semelhantes àquelas que ele viverá quando profissional da área, sem o qual, não se pode assegurar a constituição da sua identidade profissional por meio da construção do saber e do saber-fazer para o trabalho. O estágio extrapola a simples atividade de observação e discussão do papel do professor no contexto da prática. Muito embora todas essas ações (observação de aulas, discussão e elaboração de aulas e projetos e regência) sejam de igual importância ao estudante estagiário, elas somente terão sentido se realizadas a partir de uma situação real, contextualizada e integrada.

Assim, durante as ações do estágio devem ser previstas situações que envolvem ação e reflexão, o que supera um processo ou reflexão individual, se projetando para uma ação coletiva entre os envolvidos nesse processo objetivando a construção dos saberes docentes. Aroeira (2009) aponta as reflexões coletivas como ponto importante, principalmente no sentido desta superação de situações problema e dilemas encontrados no estágio.

Schön (2000) entende essas estratégias de reflexão como um processo de refletir-sobre-a-ação, ou seja, um pensamento retrospectivo sobre o ato pelo qual o professor é surpreendido e a ação que se originou a partir dele. Neste processo, são postas à consideração individual ou coletiva não só as características da situação problemática, mas, também, os procedimentos utilizados na fase de diagnóstico e de definição do problema, a determinação de metas, a escolha de meios e, o que é mais importante, os esquemas de pensamento, as teorias implícitas, as convicções e formas de representar a realidade utilizada pelo profissional quando enfrenta situações problemáticas, incertas e conflituosas.

Os objetivos do estágio têm como principal norte consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das atividades formativas de caráter teórico ou prático, o estágio deverá:

- Promover o desenvolvimento organizacional e sistematizado dos métodos do processo de ensino da Educação Física;

- Possibilitar ao aluno/estagiário a organização do trabalho pedagógico a partir dos conhecimentos e interesses da comunidade envolvida;
- Desenvolver conhecimentos e pensamento investigativo que possibilitem a formulação de questões e proposição de soluções para os problemas vivenciados no cotidiano pedagógico numa perspectiva interdisciplinar e colaborativa;
- Promover o desenvolvimento profissional pela reflexão teórico-prática e pela sistematização dos saberes docentes, articulando ensino e pesquisa na produção de saber e prática pedagógica;
- Considerar as diferenças e as necessidades especiais, visando à inclusão social;
- Socializar e divulgar experiências do estágio supervisionado, através de eventos, publicações e outros meios de divulgação científica.

O estágio supervisionado acontece em forma de disciplina curricular sob a responsabilidade de professores orientadores. Estes deverão ter experiência em Educação Física escolar, além de vínculo como docente ao curso de Educação Física (câmpus Miracema) da UFT.

São considerados campos de estágio as Escolas de ensino básico, públicas, conveniadas ou confessionais no município de Miracema do Tocantins. As áreas e locais para o estágio são definidas pelo colegiado do curso de Educação Física câmpus Miracema. Todos os locais selecionados deverão estar conveniados com a UFT.

Sendo assim, esta proposta prevê a realização do estágio curricular em Educação Física na Educação básica em quatro momentos, são eles: Estágio em Educação Física na Educação Infantil, Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental I, Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental II e Estágio em Educação Física no Ensino Médio.

As atividades relacionadas ao estágio curricular serão desenvolvidas junto a instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental e de Ensino Médio. Sua organização consistirá no desenvolvimento de um projeto de intervenção, sua aplicação no espaço escolar e deverá culminar na produção de um relatório ao final de seu desenvolvimento.

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas.

Toda e qualquer ação relativa ao estágio supervisionado será sempre realizada sob o acompanhamento do(s) professor(es) responsável(eis) pela disciplina. Em função da qualidade do atendimento, a turma de estágio poderá ser dividida seguindo as orientações implementadas para os cursos presenciais.

O estágio supervisionado caracterizar-se-á pela participação dos alunos/estagiários em todos os procedimentos didáticos e pedagógicos que norteiam o processo de intervenção, utilizando-se da dinâmica ação-reflexão-ação no momento da aplicação das intervenções nas escolas campo.

Nesse sentido, a metodologia adotada para o desenvolvimento do estágio supervisionado na escola campo compreenderá as seguintes estratégias:

- Leituras, discussões e sistematizações com vistas à fundamentação teórico-metodológica;
- Visita à escola campo para conhecimento prévio acerca das ações voltadas para o âmbito da Educação Física;
- Construção e implementação de instrumentos de coleta de dados para a apreensão da realidade da conjuntura e/ou do cotidiano escolar;
- Construção e sistematização coletiva do “Projeto de ação pedagógica”;
- Apresentação do projeto consolidado pelos estagiários sob orientação dos professores na escola-campo;
- Implementação do projeto com planejamento das aulas e prática pedagógica na forma de estágio supervisionado;
- Produção de conhecimentos via relatório a partir dos resultados obtidos com as intervenções;
- Seminários de apresentação/exposição dos resultados na comunidade acadêmica e nas escolas participantes do estágio;
- Realização de reuniões mensais entre os professores do estágio supervisionado e uma reunião semanal com os estagiários e o respectivo professor-orientador.

As normas e regras que regem o estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física, conforme especificadas pelo colegiado de curso.

3.7.7 Trabalho De Conclusão De Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é um momento ímpar para o desenvolvimento da produção acadêmica, por isso, merece destaque na composição da estrutura curricular do curso.

Apresenta-se como parte conclusiva das experiências realizadas no curso. Ao final do processo de formação, os alunos deverão ser capazes de expressar aprendizagens consolidadas ao longo do curso sobre as temáticas que envolvem o ensino da Educação Física escolar considerando-se os conhecimentos multifacetados dessa prática, produzindo uma monografia, a qual de acordo com Lakatos (2003, p. 235) “[...] trata-se, portanto, de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. [...]”.

O Trabalho de Conclusão de Curso é individual e consiste em um estudo escrito, organizado em forma de monografia, sobre uma temática na área de formação do acadêmico, preferencialmente como um desdobramento de ações e estudos realizados ao longo do curso. Não obstante, o aluno terá oportunidade de ampliar e discutir questões decorrentes das práticas vivenciadas nos Estágios nas escolas da rede pública de ensino, conforme temáticas de orientações em Trabalhos de Conclusão de Curso, articulando-as com as linhas de pesquisas do curso. As normas e regulamento de elaboração e apresentação de TCC do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFT Câmpus Miracema encontra-se na secretaria do curso e em anexo (Anexo B).

3.10 RELAÇÕES ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

As ações de ensino na UFT e no curso de licenciatura em Educação Física do câmpus universitário de Miracema articular-se-ão com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando o processo de formação integral do sujeito em sua historicidade. Compreendemos que o tripé ensino, pesquisa e extensão deve priorizar a construção e disseminação do conhecimento a partir de uma prática reflexiva do desenvolvimento da realidade educacional, visando prioritariamente o desenvolvimento da Amazônia. Os alunos serão incentivados a participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos pela UFT e por

diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional.

A articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visam ainda a consolidação da produção do conhecimento, bem como o atendimento às demandas socialmente exigidas articuladas com as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Dessa forma, o curso de licenciatura em Educação Física visa à formação humana e à qualificação de profissional da educação, em intercâmbio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional irá atuar.

As atividades de ensino devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, formação, vivências, observações, reflexões e práticas, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular, visando à produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

As atividades de ensino compreenderão: as disciplinas, grupos de estudos, seminários temáticos, mantendo relações dialógicas, trabalho coletivo, discussões críticas e reflexivas, alicerçada numa tecnologia inovadora que leve à formação de um profissional humano, ético e competente.

Com relação à *Pesquisa*, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com os segmentos educacionais. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisados, visando à criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

A Extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É tida, ainda, como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como consequências a produção do conhecimento

resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Farão parte das atividades de pesquisa e extensão: participação em grupo de pesquisa; projetos de iniciação científica; projetos de pesquisa institucionais; autoria e execução de projetos ou cursos de extensão; estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso; grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar; estudo e produção artístico-cultural; assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

3.11 INTERFACE COM PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação Física de Miracema articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento na UFT são importantes e devem ser implementados tendo em vista o fortalecimento do ensino. O Curso de Licenciatura em Educação Física deve promover a interface com os diversos programas e projetos institucionais da UFT, dentre eles o Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI); Programa Educação Tutorial (PET); Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA); Programa Prodência; e Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI).

O PIM, de acordo com a Resolução Normativa PROGRAD nº 01/2005 (UFT, 2005), terá importante papel no fortalecimento do ensino, pois objetiva incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

Ainda como ações de monitoria, a UFT oferece o PIMI. Um programa que objetiva facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico. Os monitores serão remunerados ou voluntários, discentes regularmente matriculados

nos cursos de graduação e selecionados a partir de seletivo realizado no Colegiado de Curso.

Desta forma a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade. Porém, não constitui um programa de substituição do professor na sala de aula. As atividades referem-se à orientação acadêmico/científica e ao planejamento e organização de atividades didático-pedagógica. Nesta perspectiva, em conformidade com o art. 84 da Lei 9.394/96, “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”.

O PET é um programa que busca dinamizar e dar suporte ao ensino desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

Já o PMA busca o aperfeiçoamento do ensino de graduação possibilitando, dentre outros aspectos, que os acadêmicos adquiram novas experiências, interajam com outras culturas e diferentes conhecimentos da realidade brasileira. O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres.

Outro Programa que oferece possibilidade de interface visando à melhoria do ensino é o Prodocência (Programa de Consolidação das Licenciaturas). Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais

de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

O Programa Prodocência articula-se com o fortalecimento do Ensino na medida em que possibilita a realização de projetos que contribuirá com a formação didático-metodológica dos professores e consequentemente com a melhoria da qualidade do ensino.

Por fim, o PADI tem por objetivo auxiliar os estudantes ingressantes que estejam matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e àqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares. Entre outros objetivos destaca-se: ampliar o atendimento aos alunos ingressantes na Instituição proporcionando-lhes suporte didático, no sentido de minimizar deficiências de conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos de graduação; propiciar ao tutor discente a oportunidade de enriquecimento técnico e pessoal, por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas, permitindo-lhe ampliar a convivência com outras pessoas do meio universitário; contribuir para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão na UFT; e promover a democratização do ensino superior, com excelência.

3.12 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As metodologias de ensino e aprendizagem tratam-se de estratégias, ferramentas e meios empregados pelos docentes visando apresentar e discutir os conhecimentos e avaliar os alunos. Elas abrangem “os métodos, as técnicas e seus recursos, a tecnologia educacional e as estratégias de ensino que o professor lança mão em sua prática docente, para facilitar o processo de aprendizagem” (TEIXEIRA, S/D, p. 35).

Os procedimentos metodológicos relacionam-se, por sua vez, com as diferentes abordagens pedagógicas, as quais orientam a prática educativa. Uma abordagem pedagógica tradicional, por exemplo, valoriza sobretudo procedimentos metodológicos de ensino baseados na memorização, repetição e reprodução, com o intuito de apenas fixar os conteúdos transmitidos pelo professor. Nesse sentido, uma perspectiva que se baseie nessa proposta seria insuficiente no processo de formação profissional contemporâneo, pois coloca o aluno em uma posição passiva no processo de aprendizagem, além de limitar sua capacidade de problematização, reflexão e transformação.

Sabe-se que a prática educativa é um fenômeno que envolve diversos conhecimentos, os quais por sua vez não se reduzem à informação. Como ponto de partida, a informação deve levar o aluno à sistematizá-la, organizá-la, analisá-la, contextualizá-la e produzir novos conhecimentos e práticas. Sobre o assunto, Vasconcelos e Gomes (2016, p. 581) contribuem afirmando que “o processo educacional que tão somente informa, sem formar, isto é, sendo monológico, não transforma. Pelo contrário, reproduz”.

Ao voltar o olhar para a prática educativa no ensino superior, espera-se que o discente tenha maior autonomia no processo de aprendizagem, saiba ainda trabalhar em grupo, desenvolver suas próprias ideias e habilidades e gerir seu aprendizado e seu desenvolvimento profissional. Nesse sentido, o curso de Educação Física da UFT/Miracema prima para que as metodologias adotadas pelos seus docentes sejam diversificadas e inovadoras, e não se reduzam a abordagens exclusivamente expositivas, além da promoção da interdisciplinaridade, a articulação entre a teoria e a prática e a flexibilidade curricular.

Para isso, os docentes deverão estar em constante alerta sobre sua ação na formação inicial no Ensino Superior, atuando e refletindo continuamente sobre sua prática educativa e atualizando constantemente seus meios de ensino. Maseto (2012, p. 103) ressalta que, cabe ao professor conhecer as diferentes técnicas de ensino-aprendizagem, uma vez que lida com diferentes objetivos e se espera dele que:

tenha conhecimento de várias técnicas ou estratégias, bem como o domínio do uso destas para poder utilizá-las em aula; Que desenvolva capacidade de adaptação das diversas técnicas, modificando-as naquilo que for necessário para que possam ser usadas com aproveitamento pelos alunos individualmente ou em grupos; Que, pelo conhecimento e domínio prático de muitas técnicas e por sua capacidade de adaptação das técnicas existentes, se torne capaz de criar novas técnicas que melhor respondam às necessidades de seus alunos. Afinal, técnicas são instrumentos e como tais podem ser criadas por aqueles que vão usá-las.

Pelo exposto, as técnicas não são únicas e herméticas, mas diversas e consoantes com os conhecimentos e objetivos traçados pelo professor, além de proporcionarem espaços de aprendizagem ativa por parte dos alunos. Dentre as estratégias que poderão ser adotadas no processo de ensino e aprendizagem no curso de Educação Física da UFT/Miracema destacam-se as elencadas por Teixeira (S/D): aula expositiva dialogada, estudo de texto, seminário, portfólio, dramatização. Além desses, a utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem, por meio de lista de discussão por meios informatizados, chat, fórum de discussões, blog, redes

sociais e webconferência, e todo aparato que envolve as tecnologias da informação e da comunicação.

Ademais, ressaltam-se outras iniciativas como o apoio e acompanhamento dos alunos por meio de monitorias (PIM e PIMI), o desenvolvimento de ações que despertem o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e livres, a partir de atividades de pesquisa e extensão, assim também como o atendimento especial aos alunos com deficiência, por meio de tradução e interpretação em Libras e disponibilização de materiais didáticos especializados.

3.13 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

3.13.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem com a concepção do curso

De acordo com Luckesi (1990) e Vasconcelos (1998), a avaliação é a etapa do processo de ensino-aprendizagem em que, por meio de diferentes atividades, o professor verifica se os objetivos propostos foram atingidos ou não, possibilitando o ajuste de suas estratégias de ensino. Serve também para que o estudante possa tomar conhecimento sobre seu aproveitamento, cujos resultados lhe oportunizam analisar e repensar as ações por ele desempenhadas e o processo pessoal de aprendizagem e formação. Seu caráter é, portanto, formativo e não simplesmente classificatório.

Compreende-se que o processo avaliativo se trata, sobretudo, de uma reflexão sobre a prática educativa, podendo nortear novas estratégias de planejamento do ensino. Seu caráter não é punitivo e nem mesmo voltado apenas para o resultado final, ao contrário, deve ser reflexivo, humanizado, contínuo e democrático, voltado para a efetiva aprendizagem do aluno. Segundo Luckesi (1990, p. 80), a avaliação da aprendizagem, “em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há que se estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado”.

No caso do Curso Licenciatura em Educação Física, a ampliação da concepção de “docência” para os âmbitos do ensino e da produção e difusão do conhecimento (introdução à pesquisa) amplia também as exigências formativas. Estas se objetivam através dos diferentes componentes curriculares. Assim, os objetivos de cada componente disciplinar precisam articular-se com a formação

docente, no âmbito do conteúdo programático, didático-pedagógico e ético-político. Desta forma, constituem objetivos comuns a todos os componentes disciplinares do currículo: o exercício do rigor interpretativo; da expressão escrita e oral; da contextualização histórica e crítica dos conhecimentos e sua sistematização; do diálogo com as instituições e as práticas educativas escolares e não escolares; da visualização das relações existentes com as proposições dos sistemas de ensino, sua regulamentação legal e suas contradições.

Nesse sentido, também os instrumentos avaliativos devem estar em sintonia com os objetivos gerais do Curso e com as especificidades contributivas de cada componente disciplinar e/ou atividade desenvolvida. Em seus estudos sobre práticas de mudanças na avaliação da aprendizagem, Vasconcelos (1998) recomenda que os instrumentos de avaliação devem ser “reflexivos”, superando a mera repetição de informações e levando a estabelecer relações; “abrangentes”, contendo uma mostra representativa do que está sendo trabalhado; “contextualizados” permitindo a compreensão do sentido do que está sendo solicitado com a prática profissional; e ainda “claros e “compatíveis” com os conteúdos trabalhados.

Esses instrumentos podem constituir-se em provas dissertativas e orais, ensaios monográficos, seminários, debates, resenhas, textos, atividades de grupo, atividades práticas, aprendizagem baseada em questões/problemas, pesquisa como princípio educativo, aula expositiva dialogada, aulas semipresenciais com suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), uso da Plataforma Moodle, entre outras. A sua aplicação pressupõe a coerência com os processos de ensino-aprendizagem, que devem ter como princípio o exercício da leitura, da discussão, da interpretação, da análise crítica e da problematização de temáticas e textos em aula, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que os embasam.

Independente do instrumento utilizado é fundamental que, em toda a avaliação, haja o retorno dos resultados obtidos ao educando, oportunizando-lhe assim a compreensão de seu desempenho e das dificuldades e a retomada dos objetivos não alcançados. É esta a finalidade principal da avaliação: constituir-se num meio a ser utilizado para o aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem (LUCKESI, 2003). Ela não tem, portanto, um fim em si mesmo.

A avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Educação Física da UFT-Miracema, em conformidade com as perspectivas de avaliação contidas no

PDI, nos princípios expressos no Regimento Acadêmico da UFT e nas Diretrizes da Política de Avaliação para a Educação Superior, levará em consideração:

- A perspectiva de formação docente definida no Projeto de Curso;
- A contextualização histórica e crítica dos conhecimentos;
- A articulação entre as perspectivas teóricas e o contexto sociocultural regional;
- As demandas das práticas docentes escolares e não escolares;
- As diferenças individuais dos educandos;
- O movimento crescente de sistematização dos conhecimentos disciplinares e interdisciplinares;
- A utilização de instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos formativos;
- O processo continuado de produção, avaliação e nova sistematização.

O Sistema de Notas da UFT dispõe de duas notas com rendimento entre 0 e 10 pontos, posteriormente soma-se as duas notas e extrai a média aritmética. A média equivale a nota final do aluno que se for igual ou superior a 7,0 é considerado aprovado, caso sua média esteja entre 4 e 6,9 o estudante pode realizar um exame que tem valor máximo de 10 pontos e somado a média e dividido por 2 deve ser igual ou superior a 5,0 para ser aprovado na disciplina. Os estudantes que não conseguirem no mínimo nota 4,0 estarão reprovados.

3.13.2 Avaliação do projeto pedagógico

A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões em relação às experiências vivenciadas, aos conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional. A avaliação do Projeto Pedagógico ocorrerá a cada 2 anos, com a participação da comunidade para sua readequação e também para servir de retroalimentação do processo e fundamentação para tomada de decisões institucionais, que permitam a melhoria da qualidade de ensino.

3.13.3 Exame nacional de desempenho do estudante (Enade)

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem o objetivo de

aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O Enade é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. É aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso, admitida a utilização de procedimentos amostrais. Será inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A legislação pertinente ao Enade baseia-se na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), na Portaria Normativa nº 8, de 15 de abril de 2011 (Regulamenta o Enade 2011) e na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 (republicada em 29/12/2010).

4 CORPO DOCENTE E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

4.1 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA NO CÂMPUS DE MIRACEMA

No câmpus universitário de Miracema, a gestão institucional e a gestão de curso desenvolvem-se com base em uma gestão democrática, com vistas à promoção da participação dos acadêmicos, docentes e funcionários técnico-administrativos na elaboração de diretrizes, princípios e ações que corporificam os objetivos propostos pelo Projeto Pedagógico do Curso.

Diante do reconhecimento das necessidades existentes para o curso de Educação Física, torna-se necessário o compartilhamento com os demais cursos e unidades administrativas do câmpus de Miracema, no intuito de acolher os alunos, docentes, técnicos e administradores, vislumbrando a busca permanente de conhecimentos e capacitação profissional dentro e fora do meio acadêmico.

O compartilhamento com os demais cursos e unidades administrativas do câmpus de Miracema será fruto de um esforço conjunto da gestão institucional da UFT com a gestão do câmpus, assumindo a responsabilidade acerca da criação das condições estruturais necessárias ao funcionamento dos cursos.

4.2 COORDENAÇÃO ACADÊMICA E DE CURSO

Na UFT, a coordenação acadêmica dos cursos é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste PPC. Neste sentido, os cursos possuem uma instância colegiada, composta por todos os seus professores, por um representante estudantil e um técnico administrativo, que define, acompanha e avalia as questões relativas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão.

A definição de coordenação de curso, bem como suas funções, é designada no art. 36 e 38 do Regimento geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Art. 36 - As coordenações de curso são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalva a competência do conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos compete:

I - representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II - presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;

III - propor ao Diretor do *Câmpus* a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do *Câmpus*;

IV - responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V- expedir instruções referentes aos cursos;

VI - representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado (UFT, art. 36-38, 2003).

Para a eleição da coordenação do curso de Licenciatura em Educação Física a votação deverá ocorrer através de processo eleitoral atendendo às seguintes exigências: docente Mestre ou Doutor, com graduação em Educação Física, eleito por meio de processo de consulta direta à comunidade acadêmica, conforme determina o Estatuto da UFT, com mandato de dois anos.

4.3 FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

O quadro efetivo do Colegiado do Curso de Educação Física da UFT/Miracema, bem como os núcleos de formação previstos neste PPC, atua em regime de Dedicação Exclusiva (DE) nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em suas respectivas áreas de conhecimento (Quadro 8).

Quadro 6 - Corpo docente e formação.

NOME	REG	GRAD.	ESP.	MEST.	DOUT.	CURRÍCULO LATTES
Daniele Bueno Godinho Ribeiro	DE	Educação Física	Grupos Especiais Fisiologia do Exercício	Educação Física		http://lattes.cnpq.br/1321757625326271
Diego Ebling do Nascimento	DE	Educação Física	Dança e Consciência Corporal e Artes híbridas	Educação Física		http://lattes.cnpq.br/4122771772310695
Erika da Silva Maciel	DE	Educação Física	Atividade Física e Qualidade de Vida	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Ciências	http://lattes.cnpq.br/4324558006376964
Jean Carlo Ribeiro	DE	Educação Física	Treinamento Esportivo	Educação Física		http://lattes.cnpq.br/0351660788465838
Kliver Antonio Marin	dDE	Fisioterapia	Docência Universitária e Fisioterapia em LER/DORT	Ciências Veterinárias		http://lattes.cnpq.br/6098705367805349
Lucas Xavier Brito	DE	Educação Física	Educação Física Escolar	Educação		http://lattes.cnpq.br/7998259204985896
Marciel Barcelos Lano	DE	Educação Física		Educação Física		http://lattes.cnpq.br/8918119235589801
Rodrigo Lema Del Rio Martins	DE	Educação Física	Gestão Educacional	Educação Física		http://lattes.cnpq.br/9215131825606115
Ruhena Kelber Abrão Ferreira	DE	Educação Física	Educação Inclusiva	Educação Física	Educação em Ciências Químicas da Vida	http://lattes.cnpq.br/5372413745002335

					e Saúde	
Taiza Daniela Seron Kiouranis	DE	Educação Física	Docência no Ensino Superior e Psicologia Histórico-Cultural	Educação Física	Educação Física	http://lattes.cnpq.br/4545288573751710
Vitor Antonio Cerignoni Coelho	DE	Educação Física		Educação Física	Educação Física	http://lattes.cnpq.br/9653088120694803

4.4 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico administrativo é formado por técnicos administrativos em educação, que estão lotados no câmpus Universitário de Miracema, contratados por meio de concurso público. Atualmente, o curso de Educação Física possui um secretário, Wanderson Lopes dos Reis, com graduação em Ciências Contábeis.

4.5 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Educação Física é organizado de acordo com o parecer nº 4 de 17 de junho de 2010, através da Resolução CONAES nº 01/2010. Atualmente, o NDE é formado por um grupo de cinco docentes do colegiado de Educação Física, sendo um deles o coordenador do curso, que deverão fazer o acompanhamento atuante no processo consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. A portaria de institucionalização e a composição do núcleo são:

Quadro 7 – Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Educação Física da UFT Miracema.

Docente	Formação	Portaria NDE
Taiza Daniela Seron Kiouranis	Doutora	nº 1618 de 22 de agosto de 2016
Erika da Silva Maciel	Doutora	nº 1423 de 21 de julho de 2017
Vitor Antonio Cerignoni Coelho	Doutor	nº 1423 de 21 de julho de 2017
Lucas Xavier Brito	Mestre	nº 1423 de 21 de julho de 2017
Daniele Godinho Ribeiro	Mestre	nº 1423 de 21 de julho de 2017
Rodrigo Lema Del Rio Martins	Mestre	nº 1653 de 01 de novembro de 2018

5 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO

5.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CÂMPUS

O câmpus universitário de Miracema encontra-se instalado num prédio doado pela Prefeitura Municipal de Miracema desde 1992, quando iniciou como unidade do sistema multicâmpus da UNITINS. A área física do câmpus é de 20.770m² e a edificada é de 3.325,89m², que envolve a administração com 1822,40m², os blocos de salas de aula I, II e III com 468,44m² cada, o prédio da biblioteca com 405,74m² e a cantina com 160,87m². Vale destacar que em 15/12/2011, a área física doada ao câmpus de Miracema pela Prefeitura Municipal foi escriturada em cartório.

Atualmente o Câmpus possui 17 salas de aulas e 30 salas administrativas.

a) Salas de aula: o câmpus dispõe de 17 (dezessete) salas de aula com área, iluminação, ventilação, climatização e mobiliário adequados, disponíveis nos períodos matutino, vespertino e noturno.

b) Sala de trabalho dos docentes – o câmpus possui 17 (dezessete) salas adequadas ao trabalho acadêmico dos docentes (com aproximadamente 25m² cada uma) equipadas com móveis e equipamentos de informática com acesso a internet, necessária ao trabalho docente. Cada sala comporta até 04 (quatro) docentes. Dessas salas, 04 são utilizadas pelos professores do curso de Educação Física.

c) Salas de reunião: o câmpus possui 02 (duas) salas destinadas às reuniões do Colegiado de Curso e do Conselho Diretor, com 23,27m² de área construída, cada, climatizadas, equipadas com móveis e equipamentos de informática com acesso a internet.

d) Auditório: possui 142 m², com ventilação, climatização e iluminação. O auditório dispõe de 70 (setenta) poltronas com braço de apoio removível. No espaço do atual auditório encontra-se instalado o equipamento de videoconferência e recursos audiovisuais e multimídia, tais como: data show, dvd.

e) Sala de Recepção das coordenações de câmpus e de curso. Esse espaço situa-se na antessala (recepção) da Diretoria do câmpus.

f) Sala Comissão Setorial de Avaliação do câmpus: o câmpus dispõe de uma sala com 16,62 m² de área construída, climatizada e contendo móveis e

equipamentos de informática com acesso à internet.

g) Sala da Comissão de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (COPPEX): sala destinada para programas e projetos da pós-graduação, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, climatizada, contendo móveis e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das atividades do setor.

h) Secretaria acadêmica: com 48,49m² de dimensão espacial, a secretaria acadêmica comporta os equipamentos, mobiliários e funcionários. Está em local de fácil acesso aos alunos.

i) Sala da Coordenação administrativa e financeira: uma sala com área de 17,80 m², devidamente equipada com móveis e equipamentos necessários. O setor conta com o apoio técnico de 02 (dois) administradores e 01 (um) assistente administrativo e 01 (um) estagiário que prestam assessoria à coordenação e demais departamentos do câmpus. No setor funciona a Diretoria de Desenvolvimento Humano (DDH) – dando suporte para os demais setores do câmpus. Funciona também nesta sala o setor de almoxarifado e patrimônio, setor este responsável pelos móveis, equipamentos e materiais de expediente do câmpus.

j) Reprografia: após terceirização do serviço de reprografia, a máquina destinada à prestação do referido serviço, foi instalada em uma sala com área de 10,45 m², equipada e climatizada de acordo com o contrato. Dispõe de um profissional, contratado pela empresa.

k) Copa: está localizada num espaço de 7,70 m², contendo eletrodomésticos em condições plenas de uso e funciona com pessoal terceirizado.

l) Sala do Centro Acadêmico de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Educação Física e DCE: espaço destinado aos estudantes para realizar as atividades próprias do movimento estudantil, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, equipada com mobiliário e equipamentos necessários.

m) Instalações sanitárias: existem 09 (nove) banheiros, adequados ao atendimento da comunidade universitária, sendo dois no hall do piso inferior e dois no piso superior. Ao lado das salas da coordenação de câmpus e de curso existem dois banheiros para uso dos servidores técnico-administrativos e docentes.

n) Laboratório de informática: possui 48m² e dispõe de 20 (vinte) máquinas que funcionam em rede, atendendo alunos nos três turnos. Do ponto de vista do atendimento aos acadêmicos da UFT e em específico do câmpus de Miracema, bem como ao funcionamento administrativo do câmpus, os seguintes serviços são realizados: formação para servidores do Laboratório para uso do sistema

operacional Linux; orientação para servidores e acadêmicos; serviço de atendimento à comunidade externa de Miracema, voltado para inclusão digital; serviço de assistência aos setores do câmpus. O Laboratório de Informática funciona em três turnos, das 7h às 22h40min, com acesso à internet e servidores habilitados para auxiliar aos acadêmicos e aos serviços administrativos. O câmpus disponibiliza ainda o acesso à rede de internet sem fio, tecnologia *wireless*, para o acesso de docentes e acadêmicos que dispõem de notebook ou outros dispositivos.

5.2 SALA DE DIREÇÃO DO CÂMPUS E COORDENAÇÃO DE CURSO

No câmpus universitário de Miracema, há uma sala preparada para o uso da direção, de 16,62m², devidamente equipada para atendimento à comunidade universitária, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo e um estagiário que atua junto a assessoria de comunicação.

Com relação às salas de coordenação do curso, o câmpus conta com 04 (quatro) salas destinadas às coordenações dos cursos: Pedagogia, Educação física e Psicologia instaladas num espaço de 23,00m², respectivamente, e Serviço Social, localizada numa sala de 22,56 m², equipadas com mobiliários e equipamentos, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo, cada.

5.3 BIBLIOTECA

A Biblioteca do câmpus Universitário de Miracema foi criada em 1992, juntamente com o início das atividades do câmpus. Atualmente, dispõe de um acervo bibliográfico de 7.933 livros; 98 títulos de periódicos; 953 monografias de graduação e pós-graduação Lato Sensu, 163 Dissertações, 48 Teses e 120 fitas de vídeo. Concentra grande parte do acervo na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Seu objetivo é reunir e organizar o material informacional para servir de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. As obras estão ordenadas por assunto de acordo com a classificação numérica chamada Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD).

A Biblioteca está situada no primeiro andar do prédio, possui uma área de 141,19m² dividida em sala de leitura (57,53m²), área de processo técnico da informação (28,52 m²), área do depósito com (7,14m²) e área de acervo (48,00 m²), a qual os alunos têm livre acesso.

Para o curso de Educação Física, a biblioteca conta com 1.093 obras, dois periódicos impressos: Pensar a Prática (Educação Física/UFG) e Educação Física (CONFEF) e periódicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes.

5.4 ÁREA DE LAZER E CIRCULAÇÃO

No espaço físico da unidade Cerrado há os seguintes espaços de lazer e circulação: no prédio administrativo existem corredores amplos tanto no piso térreo quanto no pavimento superior; nestes espaços há mesas e cadeiras que permitem estudos individuais ou em grupo para os alunos. Na parte externa, junto com o estacionamento, existem vários espaços utilizados para convivência dos acadêmicos onde os alunos podem descansar, conversar, se alimentar, trocar experiências com colegas, inclusive, de outros cursos. Existe ainda 02 (dois) espaços físicos arborizados que permitem atividades de lazer e integração dos discentes dos cursos atendidos nesta unidade, um deles está localizado à frente da biblioteca e o outro, entre os blocos de sala de aula II e III e a área de convivência (cantina).

Na unidade *Warã*, existem corredores amplos e 03 (três) halls de 47,1 m² em cada piso do prédio “3P”, utilizados para convivência onde os alunos podem descansar, conversar, se alimentar e interagir com os demais colegas.

5.5 RECURSOS AUDIOVISUAIS

As condições atuais em relação ao uso de equipamentos por professores e alunos, nas salas de aula e auditório do câmpus Universitário de Miracema do Tocantins estão articuladas pelas experiências profissionais de cada docente e amparadas pelos equipamentos descritos a seguir: televisão à cores (3), vídeo cassete (1), *data-show* (8), retroprojeto (10), máquina fotográfica digital (1), filmadora (1), reproduzidor de *dvd* (1), aparelho de som/*cd* (1), projetor de *slides* (1), tela branca de projeção (10), *flip chart* (2), microfones (5), mesa/comando de som (2), quadro branco para marcador específico (13) e *notebook* (10).

Cabe destacar que tanto o laboratório de informática, bem como os demais equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais descritos no quadro acima tem acesso disponibilizado facilitado aos discentes e ainda atendem, assim, às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de

equipamentos, ao conforto dos espaços, à estabilidade e velocidade de acesso à *internet*, ao acesso à rede sem fio e ainda, salienta-se que a UFT possui *hardware* e *software* atualizados que passam por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

5.6 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O acesso ao câmpus de Miracema apresenta condições parcialmente adequadas à locomoção de pessoas com deficiência, apresentando rampas de acesso ao interior do pavilhão térreo do prédio.

5.7 LABORATÓRIOS E ESPAÇOS FÍSICOS PARA O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Para o funcionamento do curso de Licenciatura em Educação Física, o câmpus de Miracema (Unidade Cerrado) dispõe dos seguintes laboratórios e espaços físicos:

- 1) Três salas de professores, contendo mesas, cadeiras, armários e um computador de mesa;
- 2) Uma sala da Coordenação, contendo mesa, cadeira, prateleira e computador de mesa;
- 3) Uma sala para da Secretaria, contendo mesas, cadeira e armários;
- 4) Um almoxarifado, contendo armários e outras instalações para acomodação dos materiais didático-pedagógicos e esportivos;
- 5) Um laboratório de práticas corporais, equivalente a uma sala de aula, equipado espelho, armários e quadro;
- 6) Uma Pista de Atletismo com gramado para prática de esportes coletivos (tais como futebol, rugby etc.);
- 7) Uma quadra poliesportiva coberta;
- 8) Uma quadra poliesportiva descoberta;
- 9) Um laboratório de informática;
- 10) Um Laboratório de anatomia (equipado com peças secas/sintéticas);
- 11) Um laboratório de fisiologia;
- 12) Um laboratório didático-pedagógico, equipado com mesas, cadeiras, armários.

Na unidade Warã (câmpus Universitário de Miracema), o curso de Educação Física também utiliza um laboratório de práticas corporais equipado com tatame, mesa e cadeira e um quadra de areia. Além dessas instalações, está sendo utilizado, temporariamente, outras instalações físicas do município de Miracema, em parceria com a prefeitura e o governo do estado. São elas:

Quadro 80 - Espaços físicos disponíveis através de parcerias com o governo municipal e estadual.

ESPAÇO FÍSICO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CONDIÇÕES
Ginásio de Esportes Irmã Beatriz	Prefeitura Municipal	Ginásio coberto, com arquibancadas e banheiros
Quadra de Esportes do Colégio Estadual Martins Noleto	Governo do Estado/SEDUC	Quadra coberta
Espaço Cultural	Prefeitura Municipal	Salão coberto, com palco.

6 REFERÊNCIAS

AROEIRA, Kalline Pereira. *O estágio como prática dialética e colaborativa: a produção de saberes por futuros professores*. 2009. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. USP, São Paulo, 2009.

BEHRENS, Glauco Jalmey. *Os movimentos do estágio curricular supervisionado de um curso de educação física: reflexões para a formação docente*. 2009. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UNIVALI, Itajaí, 2009.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 03, de 16 de junho de 1987*. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília, junho de 1987. Disponível em: <http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf> Acessado em: 03/07/2017.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> acesso em: Acesso em 28/02/2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm >. Acessado em: 03/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 009 de 8 de maio de 2001*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001a. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf> >. Acessado em: 03/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Parecer nº 21/2001 de 6 de agosto de 2001*. Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica. Nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. Brasília, 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/021.pdf>. Acesso em 28/02/2012.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 28 de 2001*. Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica. Nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, 2001c.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 583 de 4 de abril de 2001*. Brasília, abril de 2001d. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf> >. Acessado em: 03/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 1 de 18 de fevereiro de 2002*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf >. Acessado em: 03/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 0138 de 03 de abril de 2002*. Brasília, 2002. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2002/pces138_02.pdf >. Acessado em: 03/01/2017.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 0058 de 18 de fevereiro de 2004*. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Brasília, fevereiro de 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces058_04.pdf>. Acessado em 03/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 7 de 31 de março de 2004*. Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>>. Acessado em: 03/07/2017.

BRASIL. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Abril, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm> Acessado em: 09/12/2017.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acessado em: 03/07/2017.

BRASIL. *Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006*. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Maio de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm> Acesso em: 03/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>. Acessado em: 21/03/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007*. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências. Julho, 2007a. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf>. Acessado em: 09/12/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 7 de 4 de outubro de 2007*. Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces007_07.pdf>. Acessado em: 03/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Normativa no 40, de 12 de dezembro de 2007*. Brasília, dezembro de 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/dai/textos/Port%20aria%20Normativa%2040%20E-MEC.pdf>>. Acessado em: 09/12/2017.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> acessado em: 03/07/2017.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 16 abr. 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 08 de 02 de dezembro de 2008. *Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública*. Brasília, D.O.U. de 30/01/2009. Poder Executivo.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física*. Resolução nº 2, 2011. Parecer 274/2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 8, de 15 de abril de 2011*. Brasília, abril de 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/enade/2011/portaria_normativa_8.pdf> Acessado em: 08/12/2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20/11/2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. *Manual de estágios*. Organização: Berenice Feitosa da Costa Aires; Samara Queiroga B. G. da Costa, Solange Bitterbier; Edson de Sousa Oliveira. Palmas, TO, 2016.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Gestão do Currículo. Verificação ou Avaliação: O Que Pratica a Escola?* São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1990.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MAFFEI, Willer Soares. Prática como componente curricular e estágio supervisionado na formação de professores de Educação Física. *Motrivivência*, v. 26, n. 43, p. 229-244, dezembro/2014.

MASETTO, M. T. *Competência pedagógica do professor universitário*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012.

SCHÖN, D. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. trad. Roberto Cataldo Costa – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SOUZA NETO, S. de; SILVA, V. P. da. Prática como componente curricular: questões e reflexões. *Revista Diálogo Educacional*, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014.

TEIXEIRA, M. C. *Metodologia do Ensino Superior*. Gurapuava/PR: UNICENTRO, s.d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. *Regimento geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT*. Agosto, 2003. Disponível em: <http://cajui.uft.edu.br/quimicaambiental/images/Documentos/regimento_geral_da_uft_2003.pdf>. Acessado em: 03/07/2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Pró-reitoria de Graduação. *Resolução Normativa PROGRAD nº 01/2005*. Palmas, TO, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. *Programa de Formação de Professores da Educação Básica UFT/Seduc/Programa de Ações Articuladas PARFOR*. Palmas, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. CONSUNI. *Resolução 12 de 2007*. Palmas, TO, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. *Projeto Pedagógico-Institucional (PPI) da Universidade Federal do Tocantins*. Palmas, 2007. Disponível em: <<http://download.uft.edu.br/?d=1f1b9036-7c3a-4db5-b793-17cec631e709;1.0:ppi.pdf>>. Acessado em: 09/12/2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 – 2020*. Aprovado pelo Conselho Universitário 05 de abril de 2016 (Resolução nº 06/2016–Consuni). Palmas, 2016. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/Bu0fAqZJT66B-rTgwt53LQ>>. Acessado em: 09/12/2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. *Planejamento Estratégico (2006-2010)*. Palmas, 2006. Disponível em: <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,0/task,doc_details/gid,1566/>. Acesso em 28/02/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. *Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT*. 2015. Disponível em: <[http://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/JkF1hA3HTEuqLu-BdjQM3Q/content/Estatuto%20da%20UFT%20\(2003\)%20-%20Alterado%20pela%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2016_2015%20do%20Consuni.pdf](http://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/JkF1hA3HTEuqLu-BdjQM3Q/content/Estatuto%20da%20UFT%20(2003)%20-%20Alterado%20pela%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2016_2015%20do%20Consuni.pdf)> Acessado em: 03/07/2017.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Avaliação: concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo, Libetad, 1998.

VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de; GOMES, Candido Alberto. Pedagogia dialógica para democratizar a educação superior. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 579-608, jul./set. 2016.

ANEXOS

Anexo I – Regimento acadêmico do curso de Educação Física

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE
MIRACEMA CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

COLEGIADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

REGULAMENTO

**MIRACEMA DO TOCANTINS
2019**

SUMÁRIO

TÍTULO I - DO COLEGIADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	02
CAPÍTULO I - DA FINALIDADE.....	02
CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS.....	02
TÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	03
CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO.....	03
CAPÍTULO II - DA PRESIDÊNCIA DO COLEGIADO.....	04
CAPÍTULO III - DOS MEMBROS DO COLEGIADO.....	05
CAPÍTULO IV - DA SECRETARIA DO COLEGIADO.....	05
TÍTULO III - DA CONDUÇÃO DO TRABALHO.....	06
CAPÍTULO I - DAS REUNIÕES.....	06
CAPÍTULO II - DA PAUTA.....	07
CAPÍTULO III - DA INSTALAÇÃO E DO EXPEDIENTE.....	07
CAPÍTULO IV - DA ORDEM DO DIA E DO PROCESSO DELIBERATIVO.....	08
CAPÍTULO V - DA QUESTÃO DE ORDEM.....	10
CAPÍTULO VI - DA QUESTÃO DE ENCAMINHAMENTO.....	10
CAPÍTULO VII - DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO VIII - DO RECURSO DE VOTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO IX - DOS ATOS EMANADOS.....	12
TÍTULO IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS.....	13
TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14
ANEXO 1 – MODELO DE ATA.....	15

TÍTULO I

DO COLEGIADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - O presente regulamento disciplina a organização e o funcionamento do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º - O colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema é órgão de função normativa e deliberativa e em grau de recurso máximo, nas matérias de universo de conhecimento acadêmico e administrativo do curso de Educação Física do câmpus universitário Miracema, respeitada as atribuições dos outros órgãos superiores colegiados da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 3º - Compete ao colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema:

- I.** Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso de Educação Física, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II.** Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso de professor no curso;
- III.** Propor admissão de professor substituto quando necessário;
- IV.** Opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas do curso;
- V.** Fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso;
- VI.** Conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- VII.** Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII.** Decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX.** Propugnar para que o curso de educação Física se mantenha atualizado;
- X.** Deliberar acerca de edital eleitoral para os cargos de coordenador de curso e coordenador substituto;
- XI.** Eleger o Coordenador de curso e o Coordenador Substituto;
- XII.** Coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do licenciado em Educação Física;
- XIII.** Aprovar o regulamento de estágio do curso;
- XIV.** Estabelecer por meio de resoluções, as diretrizes acadêmicas e administrativas do curso de Educação Física;

- XV.** Exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a administração superior do curso em matérias relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- XVI.** Aprovar a política acadêmica do curso de Educação Física por meio do projeto pedagógico do curso (PPC);
- XVII.** Criar comissões, em caráter provisório, e fixar-lhes os objetivos específicos e prazos para a condução e conclusão de trabalhos;
- XVIII.** Julgar, em grau de recurso, processos acadêmicos no âmbito de sua atribuição;
- XIX.** Estabelecer normas sobre a organização e funcionamento do curso;
- XX.** Deliberar sobre ações para a melhoria do processo ensino-aprendizagem no curso de Educação Física;
- XXI.** Tomar ciência sobre o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e/ou esportiva e atividades de extensão vinculadas ao curso;
- XXII.** Deliberar sobre projetos e propostas de programas e cursos e de pós-graduação na área da Educação Física ou em áreas de interesse do curso;
- XXIII.** Propor ao Conselho Universitário (Consuni), o número de vagas discentes, ofertadas no processo seletivo para ingresso no curso;
- XXIV.** Fixar critérios para liberação de docentes candidatos a cursos de pós-graduação;
- XXV.** Elaborar, aprovar ou modificar este regulamento;
- XXVI.** Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de coordenador de curso e/ou substituto, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes;
- XXVII.** Garantir a observância do cumprimento do regimento acadêmico da Universidade Federal do Tocantins;
- XXVIII.** Desempenhar outras atribuições conferidas no regimento acadêmico da Universidade Federal do Tocantins;
- XXIX.** Deliberar sobre casos omissos deste regimento no âmbito de sua competência.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO

Art. 4º - O colegiado do curso de Educação Física câmpus Miracema é a reunião de todos os membros, investido dos poderes e atribuições conferidos pelo regimento geral da Universidade Federal do Tocantins e por este regulamento.

Art. 5º - O colegiado do curso de Educação Física câmpus Miracema tem a seguinte composição:

- I.** O (A) coordenador (a) de curso, que será seu (sua) presidente;
- II.** Os docentes efetivos lotados no curso de Educação Física, câmpus Miracema;

- III.** 1/5 (um quinto) do número de membros do colegiado de representante (s) do corpo discente, indicado (s) por entidade representativa do segmento no curso;
- IV.** 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo indicado por entidade representativa do segmento no câmpus Miracema.

Parágrafo único - Os mandatos previstos nos itens III e IV terão a duração de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução.

Art. 6º - O ato de afastamento ou desligamento de um membro do colegiado discente ou do corpo técnico administrativo, voluntária ou compulsoriamente, gera vaga, a ser suprida pelo suplente do respectivo segmento, indicado por entidade representativa.

Parágrafo único - No caso de vacância, o membro suplente é promovido a titular para cumprimento do mandato em vigor.

CAPÍTULO II DA PRESIDÊNCIA DO COLEGIADO

Art. 7º - O colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema é presidido pelo
(a) coordenador (a) do curso, sendo este (a), o (a) responsável pelo pronunciamento coletivo do colegiado, atuando como coordenador (a) dos trabalhos e fiscalizador (a) do cumprimento deste regulamento.

Art. 8º - Em falta ou impedimento do (a) coordenador (a) do curso, a presidência do colegiado é exercida pelo coordenador (a) substituto (a) e, na falta ou impedimento de ambos, a presidência é exercida pelo membro do colegiado mais antigo no magistério superior no curso de Educação Física, câmpus Miracema, da Universidade Federal do Tocantins e, em caso de igualdade de condições, pelo de maior idade.

Art. 9º - Compete ao (à) presidente do colegiado:

- I.** Convocar as reuniões ordinárias, definidas em calendário previamente aprovado pelo colegiado e reuniões extraordinárias no decurso de cada semestre;
- II.** Propor a pauta e encaminhá-la no ato de convocação do colegiado;
- III.** Presidir e dirigir a mesa de trabalho nas reuniões do colegiado, na forma deste regulamento e do que dispõe o regimento geral da Universidade Federal do Tocantins;
- IV.** Conceder a palavra aos membros, mediante inscrição, assim como não a conceder aos que a pedirem indevida e inoportunamente, coordenar os debates e promover esclarecimentos quando necessário;
- V.** Resolver as questões de ordem;
- VI.** Estabelecer claramente a questão que será objeto de votação;
- VII.** Além do seu voto, em caso de empate, exercer o voto de qualidade;
- VIII.** Proclamar quantitativamente o resultado das votações;
- IX.** Baixar resoluções decorrentes das decisões do colegiado ou instruções normativas quando necessário;
- X.** Cumprir e fazer cumprir as decisões do colegiado.

Art. 10 - Em situações de urgência e no interesse do curso de Educação Física, câmpus Miracema, o (a) presidente poderá tomar decisões *ad referendum* do colegiado, cabendo a apreciação e deliberação do colegiado em relação à decisão em questão, na primeira reunião subsequente ao ato.

CAPÍTULO III DOS MEMBROS DO COLEGIADO

Art. 11 - Compete aos membros do colegiado:

- I. Relatar, no prazo determinado, o processo que lhe for distribuído, proferindo parecer conclusivo e voto;
- II. Representar o colegiado quando designado pelo mesmo;
- III. Requerer, justificadamente, a inclusão, exclusão ou alteração de ordem de assuntos para apreciação e deliberação do plenário, na pauta, antes de sua aprovação;
- IV. Apreciar e votar os assuntos submetidos ao colegiado.

CAPÍTULO IV DA SECRETARIA DO COLEGIADO

Art. 12 - O colegiado deve eleger 1 (um) entre seus membros docentes ou servidor técnico administrativo para cumprir a função de secretário (a).

Parágrafo único - O mandato previsto no art. 12º terá a duração de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução.

Art. 13 - Compete ao (à) secretário (a) do colegiado:

- I. Assessorar administrativamente o colegiado;
- II. Organizar a documentação que tramita no colegiado;
- III. Movimentar os expedientes;
- IV. Verificar a existência de *quorum* para as reuniões e votação das matérias;
- V. Providenciar a guarda e tramitação dos processos;
- VI. Controlar a frequência dos conselheiros às reuniões e comunicar ao (à) presidente a inobservância à assiduidade exigida neste regulamento;
- VII. Lavrar as atas das reuniões do colegiado.

Art. 14 - O (A) secretário (a) deve lavrar a ata circunstanciada da reunião, conforme modelo (Anexo 1), fazendo constar:

- I. A natureza da reunião, o dia, a hora, o local de realização e o nome de quem a presidiu;
- II. Os nomes dos conselheiros presentes, bem como os dos que não compareceram, consignando a respeito destes, a circunstância de haverem ou não justificado a ausência;
- III. O expediente;
- IV. As deliberações ocorridas na ordem do dia e os resultados quantitativos das votações;
- V. As declarações de voto.

TÍTULO III

DA CONDUÇÃO DO TRABALHO

CAPÍTULO I DAS REUNIÕES

Art. 15 - O colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema se reúne ordinariamente uma vez ao mês, de acordo com calendário previamente aprovado, e, extraordinariamente, quando convocado pela presidência, ou por 1/3 de seus membros ou pelas pró-reitorias.

Art. 16 - De cada reunião do colegiado, deve ser lavrada ata, que, após aprovada na reunião subsequente é assinada pelo secretário e subscrita pelo (a) presidente do colegiado.

Parágrafo único – A ata, após aprovação, deve estar sempre acompanhada da lista de presença, com a assinatura dos membros presentes à reunião à qual ela se refere, sendo que, na ausência desta, não possui valor documental.

Art. 17 - As convocações das reuniões ordinárias e extraordinárias são enviadas aos membros com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da reunião, em documento assinado pelo (a) seu (sua) presidente ou por 1/3 dos seus membros, mediante indicação da pauta de assuntos da reunião.

§ 1º - O termo de convocação das reuniões deve ser, obrigatoriamente, acompanhado da pauta da reunião e dos documentos ou informações vinculadas à sua apreciação.

§ 2º - Os documentos não disponibilizados aos membros do colegiado com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas devem ser obrigatória e integralmente lidos, se solicitado por qualquer membro, quando da sua apreciação pelo plenário.

Art. 18 - As reuniões do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema, somente se iniciam com *quorum* mínimo, estando presentes a maioria absoluta de seus membros (metade do número de membros, mais um), assim como as deliberações, que somente terão validade quando respeitado o mesmo *quorum*.

Parágrafo único - Inexistindo *quorum* para o início da reunião, a presidência deve aguardar um prazo de 30 (trinta) minutos além do horário da convocação, após o qual, persistindo a mesma ocorrência, a reunião deve ser cancelada, devendo os presentes assinar lista nominal comprovando seu atendimento à convocação.

Art. 19 - Quando no decurso de uma reunião, se verificar a falta de *quorum* para deliberar, a mesma é interrompida até completar-se o *quorum* necessário.

Parágrafo único - Persistindo a situação por 30 (trinta) minutos, a presidência encerra a reunião, devendo as matérias não discutidas ou votadas serem apreciadas, prioritariamente, na reunião subsequente.

Art. 20 - Sendo encerrada ou não havendo reunião ordinária ou extraordinária por falta de *quorum*, é convocada nova reunião, observado o intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 21 - Podem prestar assistência nas reuniões, pessoas externas ao colegiado, desde que, para esse fim, o uso da palavra por estes, seja aprovado pela maioria dos membros.

Art. 22 - As reuniões terão duração máxima de 3 (três) horas. A pauta não cumprida será transferida automaticamente para a reunião seguinte.

Parágrafo único - Antes do encerramento do período estabelecido no *caput* deste artigo e mediante a aprovação da maioria dos presentes, a reunião pode ser estendida uma única vez e por um período contínuo de até 30 (trinta) minutos.

Art. 23 - O comparecimento dos membros às reuniões é obrigatório;

Parágrafo único - O membro do colegiado que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas durante o período de dois semestres do mesmo ano calendário, sendo docente deverá ser convocado a oferecer justificativa das ausências, por escrito. Sendo discente ou servidor técnico administrativo, a presidência se encarregará de informar as ausências à entidade representativa responsável pela indicação do mesmo.

CAPÍTULO II DA PAUTA

Art. 24 - A proposta de pauta da reunião deve constar na convocação e os assuntos, nela constantes, devem ser expressos de forma sucinta.

Art. 25 - A pauta da reunião deve ser aprovada no seu início.

§ 1º - Qualquer membro do colegiado pode solicitar alterações na proposta da pauta, após sua leitura.

§ 2º - As alterações na pauta proposta são as seguintes:

- a) Inclusão de novo assunto;
- b) Exclusão de assunto;
- c) Mudança da ordem dos assuntos.

Art. 26 - As reuniões compreendem como pauta:

- I. Expediente, que consiste na discussão e aprovação da pauta, discussão e aprovação de ata (s) de reunião (ões) anterior (es) e informes;
- II. Ordem do dia, na qual são considerados os assuntos da pauta.

CAPÍTULO III DA INSTALAÇÃO E DO EXPEDIENTE

Art. 27 - Havendo *quorum*, o (a) presidente deve abrir a reunião e iniciar o expediente.

Art. 28 - Sobre a pauta e a ata, o membro que solicitar alteração tem direito à palavra por 2 (dois) minutos.

Art. 29 - Durante o período destinado ao expediente, que não deve ter duração superior a 30 (trinta) minutos, são apresentados:

- I.** A pauta do dia, para discussão e aprovação;
- II.** Ata (s) de reunião (ões) anterior (es) pra discussão e aprovação;
- III.** Informes, comunicações, explicações, mensagens, ofícios, cartas, telegramas e *e-mails*.

Parágrafo único - O expediente poderá ter sua duração prorrogável por mais 10 (dez) minutos, a critério do colegiado.

Art. 30 - Pode ser concedida urgência para imediata discussão e votação de qualquer assunto que conste da pauta da reunião.

Parágrafo único - A urgência é concedida pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 31 - Na solicitação de urgência, o autor do requerimento deve fazer uso da palavra por no máximo 2 (dois) minutos e justificá-la. Um dos membros presentes, caso solicite, pode usar a palavra pelo mesmo tempo para contestar.

Art. 32 - As questões submetidas a regime de urgência são colocadas como ponto inicial da ordem do dia.

CAPÍTULO IV DA ORDEM DO DIA E DO PROCESSO DELIBERATIVO

Art. 33 - Anunciada a ordem do dia, o (a) presidente deve submeter ao colegiado os assuntos na sequência estabelecida em pauta.

Art. 34 - As deliberações do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema, serão tomadas sempre por votação.

Art. 35 - O colegiado ou a presidência poderá indicar relatoria ou constituir comissões para estudo e emissão de parecer de questões específicas quando assim se fizer necessário.

§ 1º - O relator ou comissão designada para o trabalho terá um prazo determinado pelo colegiado para a conclusão e envio de parecer por escrito, contado a partir da data de distribuição da tarefa.

§ 2º - O relator ou comissão, finalizando seu trabalho, deverá enviar o parecer à presidência do colegiado.

§ 3º - A presidência do colegiado, em recebendo o parecer com antecedência de 7 (sete) dias à data estabelecida para a reunião seguinte, deverá inserir o assunto como ponto de pauta. Se não ocorrer o envio com esta antecedência, o parecer será remetido à pauta da primeira reunião posterior a esta.

Art. 36 - Os debates de qualquer matéria submetida à deliberação do colegiado são iniciados com sua exposição pelo respectivo relator, comissão ou pela presidência.

Art. 37 - A palavra é concedida para a discussão da matéria e para a apresentação e justificativa de proposições, na ordem que tiver sido solicitada.

§ 1º - Serão concedidos no máximo 3 (três) minutos para cada vez que o membro fizer o uso da palavra sobre o assunto.

§ 2º - Os apartes estão implícitos no tempo do membro que o concedeu.

§ 3º - As inscrições para intervenção em cada matéria discutida são encerradas no decurso da quinta intervenção de membro, podendo ser aberta uma nova rodada de debates, se aprovada pelo plenário.

§ 4º - Se durante os debates, algum membro ouvir seu nome sendo citado ofensivamente ou seus argumentos sendo utilizados contrariamente ao seu posicionamento, pode solicitar à presidência o direito de réplica pelo tempo de 1 (um) minuto.

Art. 38 - Toda matéria sujeita à deliberação recebe proposições, podendo consistir em pareceres, requerimentos ou emendas.

§ 1º. Parecer é a proposição com que um membro ou comissão se pronuncia sobre qualquer matéria que lhe seja submetida.

§ 2º. O parecer, contendo o (s) nome(s) do (s) relator (es) e a ementa da matéria nele versada, consta de duas partes:

- a) relatório e fundamentação legal, para exposição da matéria;
- b) voto do (s) relator (es), para externar opinião pessoal ou da comissão sobre a conveniência da aprovação, rejeição total ou parcial da matéria, necessidade de dar-lhe substitutivo ou acrescentar emendas.

§ 3º - Requerimento é a proposição de iniciativa de um ou mais membros dirigida à presidência do colegiado, solicitando providência relativa aos trabalhos em pauta, podendo esta ser apresentada de forma oral ou por escrito.

§ 4º - Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser supressiva, substitutiva, aditiva ou modificada, podendo esta ser apresentada de forma oral ou por escrito.

Art. 39 - Encerrado o debate e antes do início da votação, o conselheiro pode fazer uso da palavra por até 2 (dois) minutos, exclusivamente para retirar totalmente ou associar sua proposta à de outro conselheiro.

Art. 40 - As questões de ordem e esclarecimento precedem às demais.

CAPÍTULO V DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 41 - Questão de ordem é uma questão legal e cabe interpelação à presidência, com vista a manter a plena observância das normas deste regulamento e do regimento acadêmico da Universidade Federal do Tocantins ou de outras disposições legais.

Art. 42 - Considera-se questão de ordem, toda dúvida sobre a interpretação ou aplicação deste regulamento, na sua prática ou relacionado com o regimento acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, ou sobre a inobservância de expressa disposição dos mesmos.

§ 1º - As questões de ordem devem ser formuladas em termos claros e precisos, com citação dos dispositivos cuja observância se considera infringida, sendo submetida à apreciação do plenário.

§ 2º - O tempo de exposição e argumentação de questões de ordem é de no máximo 3 (três) minutos, podendo ser concedido igual tempo para o conjunto das intervenções de contra argumentação.

§ 3º - Durante a ordem do dia, somente podem ser formuladas questões de ordem ligadas à matéria que esteja sendo discutida ou votada.

§ 4º - Cabe à presidência, ouvidos os membros, resolver as questões de ordem.

Art. 43 - Em qualquer momento da reunião, exceto quando em regime de votação e não havendo orador falando, qualquer membro do colegiado pode questionar o andamento da reunião, levantando uma questão de ordem, informando à presidência de um procedimento irregular no andamento da reunião.

Parágrafo único - O julgamento da pertinência ou não da questão de ordem é de atribuição da presidência, cabendo ao solicitante pedido de recurso ao colegiado.

CAPÍTULO VI DA QUESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

Art. 44 - Questão de encaminhamento é uma questão referente a procedimentos de trabalho, apresentada à presidência, como alternativa ao encaminhamento adotado por esta, com vista ao melhor andamento da reunião.

Parágrafo único - As questões de encaminhamento devem ser formuladas em termos claros e precisos, com tempo de exposição e argumentação de, no máximo, 2 (dois) minutos, podendo ser concedido igual tempo para o conjunto das intervenções de contra argumentação.

Art. 45 - Em qualquer momento da reunião, exceto quando em regime de votação e havendo orador falando, qualquer membro do colegiado pode levantar questão de

encaminhamento, sugerindo procedimentos que irão otimizar o processo de deliberações do colegiado.

Parágrafo único - O julgamento da pertinência ou não da questão de encaminhamento é de atribuição da presidência, cabendo ao solicitante pedido de recurso ao colegiado.

CAPÍTULO VII DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 46 - O encaminhamento da votação é medida preparatória desta e só se admite com relação a item ou matéria da ordem do dia e para o fim de esclarecimento do plenário.

Art. 47 - A matéria que abranger vários assuntos ou processos pode ser votada em bloco, salvo destaque de determinado item.

Parágrafo único - Se um assunto ou processo comportar vários aspectos, a presidência poderá separá-los para discussão e votação.

Art. 48 - Encerrada a discussão de uma matéria, essa deve ser votada, sendo deliberada por maioria absoluta, exceto os casos que exigir *quorum* qualificado.

§ 1º - Ninguém pode fazer uso da palavra, senão para encaminhar a votação e pelo prazo máximo de 1 (um) minuto, a critério da presidência.

§ 2º - A manifestação do conselheiro é obrigatória, consistindo em voto favorável, voto contrário ou abstenção.

§ 3º - Por questão de foro ético, qualquer membro pode se declarar impedido de votar nas deliberações que, direta ou indiretamente, digam respeito a seus interesses particulares ou de seus parentes (sanguíneos, legais ou por afinidade) em até segundo grau, inclusive seu cônjuge ou companheiro (a).

Art. 49 - O processo comum de votação é o simbólico, sem o registro nominal e/ou individual de votos.

§ 1º - Na votação simbólica e ativa, a presidência solicita que os membros a favor e contrários se manifestem levantando a mão ou não e proclama a votação, após verificar as abstenções.

§ 2º - Se a presidência ou algum membro tiver dúvida quanto ao resultado proclamado, deve pedir imediatamente verificação, que é realizada pelo mesmo processo, com contagem dos votos.

§ 3º - É garantido o direito de abstenção.

§ 4º - O direito à declaração de voto é assegurado apenas aos que se abstiveram.

§ 5º - O (A) presidente, logo após a votação especificada, na qual foi solicitado a declaração de voto, deve garantir um tempo de 1 (um) minuto para a manifestação do requerente.

Art. 50 - Anunciada a votação da matéria, não será mais concedida a palavra a qualquer membro, salvo para levantar questão de ordem.

Art. 51 – Todos os membros têm direito a um voto nas deliberações.

Parágrafo único. Em caso de empate, o(a) presidente do colegiado (coordenador/a do curso) passa a ter o direito a mais um voto, conforme o Artigo 9º, inciso VII deste regimento.

Art. 52 - Encerrada a votação, o (a) presidente deve anunciar o resultado.

Art. 53 - Salvo disposição em contrário e observado o *quorum* para deliberação, é considerada aprovada a matéria, item ou indicação que obteve a maioria dos votos favoráveis.

§ 1 - Qualquer membro do colegiado pode solicitar uma recontagem dos votos.

§ 2 - Para cada votação, é permitida apenas uma única recontagem de votos.

CAPÍTULO VIII DO RECURSO DE VOTAÇÃO

Art. 54 - O recurso de votação é dirigido à presidência quando existir fato superveniente relevante ou por encaminhamento diferente ao que deveria ter sido dado na votação, tendo o recorrente, o tempo máximo de 2 (dois) minutos para sua exposição.

Art. 55 - Pode haver recurso de votação, visando a repetição desta, quando:

- I.** For percebido que uma determinada votação prejudica o andamento de deliberações seguintes;
- II.** O procedimento de votação acontecer eivado de vício;
- III.** For apresentada pertinente justificativa.

§ 1º - Os tempos das formas de comunicação podem, em casos excepcionais, a critério do colegiado, serem alterados em função da matéria a ser abordada.

§ 2º - A seguir é votado se o recurso procede ou não. Acolhido pela maioria absoluta dos membros do colegiado passa-se a encaminhar de acordo com o solicitado no recurso.

§ 3º - O recurso, desde que cumpridas as condições acima e aceita a justificativa, obriga a novo processo de votação;

§ 4º - A presidência, se julgar que a matéria não está esclarecida, poderá conceder a palavra para nova discussão e para a apresentação e justificativa de proposições, na ordem que tiver sido solicitada.

§ 5º - Do resultado da votação fruto do procedimento de recurso, não cabe novo recurso.

CAPÍTULO IX DOS ATOS EMANADOS

Art. 56 - O colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema manifesta sua opinião e/ou decisão mediante resoluções.

Parágrafo único - Nas resoluções, devem ser contemplados os assuntos sobre os quais o colegiado tem poder de decisão.

Art. 57 - Nenhuma decisão deve conter matéria estranha ao seu objeto ou que não lhe seja conexa.

Art. 58 - A presidência, quando solicitado por qualquer membro do colegiado, poderá emitir certidão comprobatória de assunto deliberado antes da aprovação da ata cuja decisão esteja presente.

TÍTULO IV

DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS

Art. 59 - São direitos de cada membro do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema:

- I.** Receber com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para estudo, os documentos sobre os quais deve deliberar;
- II.** Ter assegurado o direito, desde que respeitoso e cordial, de expor seu pensamento sobre os pontos da pauta, na ordem de sua inscrição;
- III.** Exercer suas deliberações com liberdade e consciência, sem ser coagido ou constrangido por ninguém;
- IV.** Ter acolhimento dos pedidos de revisão das decisões que julgar apressadas ou equivocadas, apresentando argumentos justos;
- V.** Ser convocado com a antecedência regimental para todas as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- VI.** Sugerir ou contestar dados registrados em ata;
- VII.** Votar ou abster-se de voto, em obediência à própria consciência;
- VIII.** Justificar, por escrito ou oralmente, suas ausências às reuniões para as quais foi convocado;
- IX.** Denunciar ao colegiado irregularidades que contrariam normativas homologadas pelo mesmo, pedindo providências;
- X.** Requerer, ao (à) presidente, a convocação de reunião extraordinária quando for preciso.

Art. 60 - São deveres de todos os membros do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema:

- I.** Comparecer às reuniões a que for convocado;
- II.** Justificar suas faltas às reuniões, se possível, mediante documentos;
- III.** Direcionar seus pronunciamentos no intuito de colaborar com a elucidação dos pontos da pauta em questão;

- IV. Notificar formalmente ao colegiado as ações que transgridam as determinações do mesmo;
- V. Proceder suas ponderações com equilíbrio, sem ofensas personalizadas;
- VI. Preservar o sigilo ético, quando for o caso;
- VII. Respeitar a ordem de inscrição para suas considerações;
- VIII. Cumprir em tempo hábil as tarefas que livremente assumiu, além das funções regulares do colegiado;
- IX. Trazer, com responsabilidade, as questões ou problemas oriundos do segmento que representa, no sentido de enriquecer os assuntos a serem deliberados;
- X. Representar formalmente denúncias de situações degradantes e criminosas no âmbito do curso para as devidas providências;
- XI. Analisar com atenção os documentos que recebeu;
- XII. Votar com liberdade e, com a mesma liberdade, abster-se de votar;
- XIII. Assinar documentos de sua competência;
- XIV. Portar-se com retidão ética e zelar pela conduta ética na condução dos trabalhos;
- XV. Ter ciência, respeitar e fazer respeitar os dispositivos deste regulamento.

Art. 61 - Fica expressamente proibido a qualquer membro:

- I. Aceitar qualquer espécie de suborno para ser parcial em suas deliberações;
- II. Usar da palavra para ofensas personalizadas a membros do colegiado ou outras pessoas em questão;
- III. Dar publicidade a assuntos em andamento ainda resguardados pelo colegiado;
- IV. Apresentar documentos falsos ou não comprováveis para lucrar efeitos favoráveis ou desfavoráveis às deliberações.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62 - Os casos omissos no presente regulamento podem ser objeto de deliberação do colegiado em plenário.

Art. 63 - O presente regulamento somente pode ser modificado mediante proposta da presidência ou de um de seus membros, devendo a modificação ser aprovada em reunião extraordinária, convocada exclusivamente para esta finalidade, com presença de no mínimo 2/3 dos membros do colegiado.

Art. 64 - Este regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Miracema do Tocantins, 08 de agosto de 2019.

MODELO DE ATA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRO-REITORIA DE XXX OU CAMPUS DE XXX
DIRETORIA, SETOR, CURSO, PROGRAMA OU PROJETO

Endereço | 00000-000 | Cidade/UF
(00) 0000-0000 | www.ufatoc.br | email@ufatoc.br

ATA DA00ª REUNIÃO XXXXXXXXXXXX

1 Às ~~xx~~ horas e ~~xxxxx~~ minutos do dia ~~xxxx~~ de ~~xxxx~~ de ~~xxxxxx~~, no ~~xxxxxx~~, realizou-se no ~~xxxx~~,
2 Campus de ~~xxxx~~ da Universidade Federal do Tocantins a ~~xxxxxxxx~~ reunião ordinária do
3 ~~xxxxxxxxxx~~. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi ut mauris nec orci
4 interdum eleifend eu at ipsum. Etiam vitae lacus et nibh. Morbi et nunc arcu. Donec velit augue,
5 adipiscing ac metus non pharetra ultricies ante. Suspendisse semper dapibus quis felis et, porta
6 suscipit dui. In felis justo, ultrices vel ante id vestibulum pulvinar erat. Nam ultrices mi in
7 convallis rutrum. Donec facilisis conallis vulputate. Cras eget neque urna. Suspendisse velit
8 elit, bibendum ut purus sit amet, condimentum dictum augue. Pellentesque bibendum elementum
9 felis ac eleifend. Aliquam erat volutpat. Maecenas iaculis purus diam, at pharetra metus placerat
10 ac. Interdum et molestiae fames ac ante ipsum primis in faucibus. Phasellus hendrerit metus in
11 euo tempus, et congue libero augue. Aliquam in nunc ornare fermentum ante sed, facilis ante
12 Vestibulum nisi felis, fermentum in metus et, dignissim portitor augue. In leo dolor,
13 pellentesque sed diam id, tincidunt tempus libero. Sed vitae vulputate sagien, eu tincidunt eros.
14 Maecenas una enim, adipiscing nec pharetra sit amet, ultrices ut dolor. Integer vestibulum velit
15 dolor, vel tincidunt lacus tempus rutrum. Praesent eleifend tristique congue. Quisque scelerisque
16 magna et scelerisque rhoncus. Quibitur magna tellus, aliquet a ornare et, ullamcorper a dolor.
17 Maecenas cursus pharetra nisi nec adipiscing. Maecenas et dictum quam. Duis blandit, arcu ut
18 condimentum venenatis, lectus urna commodo nunc, a placerat justo felis sed nisi. Praesent sed
19 nibh non erat commodo vehicula. Pellentesque posuere lectus a rhoncus bibendum. Cum sociis
20 natoque penatibus et magnis dis parturient montes, nascetur ridiculus mus. Quisque nec leo
21 rhoncus, lectus sagien sed, molestie erat. Sed rutrum porta purus nec pulvinar. Mauris fringilla
22 nulla sit amet vehicula rhoncus. Nulla id purus sit nunc. Integer porta quis nisi a tempus. Cras
23 ultrices aliquam ligula, id gravida justo accumsan suscipit. Mauris tincidunt sem ut aliquam
24 mollis. Morbi sed lorem nec, mi pretium consectetur. Vestibulum ante ipsum primis in faucibus
25 orci lectus et ultrices posuere cubilia Curae; Vestibulum lectus interdum nisi, vel pharetra nunc.

NOME E SOBRENOME
Cargo

NOME E SOBRENOME
Secretário(a)

Anexo II - Regulamento de TCC

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente documento tem por finalidade regulamentar as atividades referentes à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Miracema do Tocantins.

DA APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se em uma exigência do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Física Licenciatura da UFT - Câmpus Miracema do Tocantins e recomendação das Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Física e apresenta as seguintes características:

- I. Em todos os casos, o projeto de pesquisa e o trabalho final deverão abordar temáticas relacionadas a área da Educação Física;
- II. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca o exercício crítico, reflexivo e criativo do aluno sobre os ensinamentos teórico-práticos vivenciados durante sua trajetória de formação acadêmica. Neste sentido, ajuda a construir sua identidade profissional, diante da Ciência e da Tecnologia;
- III. A realização do TCC em Educação Física compreende a disciplinas TCC (Desenvolvimento do projeto de pesquisa) que será ofertada no oitavo período;

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

- IV. A disciplina de TCC em Educação Física compreende 04 (quatro) créditos, totalizando carga horária de 60 (sessenta) horas.
- V. O aluno do Curso de Licenciatura em Educação Física só poderá matricular-se na disciplina de TCC em Educação Física, após ter cursado a disciplina curricular Instrumentalização Científica;
Parágrafo único – Fica vetada a matrícula em qualquer circunstância que difira das expostas no inciso IV por comprometer, primeiramente, a importância dos conhecimentos apresentados pela disciplina Instrumentalização Científica.
- VI. A disciplina TCC, em Educação Física, tem por objetivo orientar os alunos na trajetória da iniciação científica, devendo, portanto, seguir as especificações para a elaboração de trabalhos científicos e as regulamentações da UFT;
- VII. O TCC é a elaboração individual da pesquisa.
- VIII. O TCC em Educação Física é defendido perante sessão pública.
- IX. As apresentações de TCC serão, necessariamente, fora do horário regular de aula.

DA COMISSÃO PROVISÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DO TCC

Art. 3º - A cada semestre será constituída, pelo colegiado do curso, uma comissão composta por no mínimo dois docentes que serão responsáveis por organizar todas as atividades que envolvem a disciplinas de TCC no referido semestre de sua constituição.

Art. 4º - São responsabilidades da Comissão Provisória de Organização do TCC:

- I. Apresentar detalhadamente todo o protocolo que envolve a disciplina de TCC em Educação Física no semestre em que for ofertada;
- II. No início do sexto período, expor as linhas de pesquisa dos docentes envolvidos na orientação e o número de vagas por meio do portal e do *e-mail* aos alunos, murais da universidade, reunião com os discentes ou conforme orientação do colegiado desse curso;

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

Parágrafo único: Cabe a essa comissão, no sexto período do curso de educação física, recolher os termos de aceite dos acadêmicos, modelo especificado nesse regulamento, para fins de registro e controle.

- III. Auxiliar o acadêmico na escolha do professor orientador e da linha de pesquisa de sua preferência entre as disponíveis;
- IV. Elaborar um calendário referente a todas as atividades que envolva a disciplina menciona anteriormente, como por exemplo, o período de entrega e avaliação de cada etapa do trabalho, formação de bancas etc.;
- V. Organizar as bancas examinadoras e comunicar aos componentes sobre datas e horários para avaliação dos trabalhos, bem como tornar pública estas informações de acordo com o que for estabelecido pelo colegiado desse curso;

Parágrafo único: fica a cargo dessa comissão a elaboração do formato do evento de apresentação dos projetos de TCC a partir do sexto período, bem como sua avaliação, data, espaços e quaisquer outros itens referentes ao evento se assim desejar.

- VI. Substituir o orientador do acadêmico quando, em casos excepcionais, o orientador não puder participar da banca de avaliação do TCC de seu orientando;
- VII. Realizar o fechamento do Diário de Classe da disciplina de TCC em Educação Física;
- VIII. Disponibilizar toda a documentação necessária em arquivo digital para a realização das orientações e das bancas.

DO PROFESSOR-ORIENTADOR

Art. 5º - O TCC, em Educação Física, será desenvolvido, obrigatoriamente, sob supervisão e orientação de um professor da UFT, doravante denominado “professor-orientador”, preferencialmente com experiência no assunto e que se disponha a orientar o acadêmico, seguindo os trâmites estabelecidos por este regulamento;

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

Parágrafo único. Na hipótese de o professor-orientador ser vinculado ao colegiado de Educação Física do Câmpus de Miracema, a banca de avaliação dos trabalhos será composta por pelo menos 1 membro do mesmo colegiado. Na hipótese de não ser pertencente ao colegiado de Educação Física do Câmpus de Miracema, a banca deverá ser composta, obrigatoriamente, por 2 (dois) docentes do referido colegiado.

Art. 6º - O TCC em Educação Física é uma atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação.

Art. 7º - São responsabilidades do professor-orientador:

- I. Orientar estudos em consonância com as normatizações vigentes do Comitê Nacional de Pesquisas com Seres Humanos, expressos, atualmente, nas Resoluções nº 466/2012 e 510/2016.
- II. Determinar claramente sua linha de pesquisa e disponibilizar o número de vagas para orientação, a cada semestre, repassando a informação diretamente a Comissão Provisória de Organização, para que esta possa proceder à distribuição das vagas aos acadêmicos na disciplina de TCC;
- III. Encaminhar à comissão provisória de organização do TCC termo de aceite, modelo apresentado neste regulamento, concordando em orientar determinado acadêmico;
- IV. Controlar a frequência do aluno nos encontros de orientação de acordo com o modelo que elaborado pela comissão provisória de organização (ANEXO I);
- V. Desempenhar adequadamente as atividades decorrentes da orientação, atendendo aos alunos em suas necessidades de orientação técnica para a elaboração do projeto e desenvolvimento do TCC em Educação Física;

- VI. Avaliar, analisar, corrigir e propor alterações nas partes do trabalho em andamento além de analisar resultados e elaborar conclusões junto aos orientandos;
- VII. A participação do professor-orientador na banca de avaliação do TCC de seu orientando é indispensável, exceto em casos excepcionais em que o orientador será substituído por um dos membros da Comissão Organizadora vigente;
- VIII. O professor-orientador pode, por decisão própria, não aceitar o acadêmico como orientando;
- IX. O professor orientador, juntamente com seu orientando, é responsável pela verificação de plágio e autoplágio do trabalho;
- X. A troca de orientador só será permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação e essa troca deverá ser mediada pela comissão provisória de organização;
- XI. Ao final do processo de orientação, o professor-orientador deverá encaminhar à Comissão Provisória o Termo de Concordância de Apresentação Pública do TCC;

Parágrafo único - As orientações dos Trabalhos de Conclusão de Curso deverão ser feitas exclusivamente no âmbito do UFT

DO TCC EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 8º - A disciplina TCC em Educação Física é o momento em que o acadêmico deverá executar, finalizar e apresentar o projeto desenvolvido a partir da escolha do seu orientador (no sexto período). O TCC em educação Física segue a normativa:

- I. O acadêmico só poderá matricular-se na disciplina TCC em Educação Física caso tenha sido aprovado em Instrumentalização Científica;
- II. Na disciplina TCC, em Educação Física, o aluno será obrigatoriamente orientado pelo professor orientador já escolhido até o sexto período do curso. Caso haja algum imprevisto, o aluno deverá procurar a comissão

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019



provisória de organização, que indicará um novo orientador com possibilidade para orientá-lo;

- III. O professor-orientador deverá informar, no prazo definido pela comissão provisória de organização, os membros que comporão a banca de defesa do TCC de seu orientando.
- IV. Os critérios de avaliação estão definidos no Anexo IV deste regulamento
- V. A apresentação do trabalho para a banca examinadora será de forma oral, sendo facultado a utilização de recursos áudio visuais;
- VI. A apresentação do trabalho pelo acadêmico deverá ser realizada em no máximo 20 minutos seguida de arguição dos membros da banca (10 minutos para cada membro) e finalização por parte do orientador, como presidente da banca de defesa.
- VII. Somente estará apto a defesa do TCC os acadêmicos que obtiverem aprovação em no mínimo 80% das disciplinas da grade total do curso;
- VIII. A disciplina TCC, em Educação Física, não cabe avaliação substitutiva ou exame final
- IX. As correções sugeridas pela Banca e os prazos para entrega das mesmas seguirão o calendário acadêmico e será entregue pelo acadêmico ao final da apresentação do TCC em Educação Física ao orientador, cabendo este verificar se o discente realizou as adequações.

Parágrafo único – Na constatação de cópia ou plágio, por um dos membros da banca, o fato deverá ser comunicado à comissão organizadora antes da sua apresentação final. Nesse caso, o orientador será notificado e o acadêmico estará automaticamente reprovado.

DA EMISSÃO E ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS

Art. 9º - Ao final da disciplina de TCC, em Educação Física, o professor orientador deverá arquivar todos os documentos relativos ao processo na coordenação do curso de Educação Física;

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019



Art. 10º- Após a defesa o acadêmico deverá dirigir-se à coordenação para retirar sua declaração de defesa e levar à Biblioteca do Câmpus para depósito do seu TCC, que deve estar de acordo com as orientações do Sistema de Bibliotecas da UFT, conforme “*Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos científicos no âmbito da UFT*”, que pode ser encontrado no link abaixo:

<https://docs.uft.edu.br/share/s/tWtsvJD7TweKkuaA1ENIIA>

Art. 11º - Casos omissos neste regulamento serão analisados pelo Colegiado do Curso de Educação Física.



FICHA DE FREQUÊNCIA DE ORIENTAÇÕES

Acadêmico: _____

Curso: _____

Período: _____ Data do início da Orientação: _____

Tema: _____

Data do encontro	Atividade realizada	Ass. do acadêmico	Ass. do orientador

Assinatura do(a) Professor (a) Orientador(a)



À Comissão Provisória de Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física -
Câmpus de Miracema:

NESTA,

TERMO DE ACEITE

Prezada Comissão;

Eu _____, professor(a) do curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, comprometo-me a orientar o(a) aluno(a) _____ em seu projeto de pesquisa da disciplina de TCC durante o semestre de ____/____.

Declaro estar ciente das competências como professor(a) orientador(a), (conforme o regulamento deste colegiado) e do cronograma para o desenvolvimento da referida atividade. A orientação do Projeto de Conclusão de Curso terá como tema _____

O dia da semana para reunião com o(a) orientando(a) será às _____ no período das _____ às _____ horas.

Atenciosamente,

Miracema do Tocantins, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) Professor (a) Orientador(a)



Formulário de CONCORDÂNCIA DE APRESENTAÇÃO DO TCC

À Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física - Câmpus de Miracema:

NESTA,

Declaro para os devidos fins que o acadêmico (a)
_____, matrícula _____, autor do trabalho
referente à disciplina de TCC, com o título

apresenta-se:

APTO PARA A DEFESA () OU NÃO APTO PARA A DEFESA ()

Observações:

Miracema do Tocantins, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) Professor (a) Orientador(a)

*Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de
novembro de 2019*



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – TCC

Título do Projeto:	
Nome do (a) Acadêmico (a):	
Professor (a) da Disciplina:	
Membro da banca:	Telefone:
Data da Banca:	Hora da Banca:
Local da Banca:	

Parte Escrita do Projeto (6,0)

	Descrição	Valor da Avaliação	Nota
Pré-Textual	Capa (0,1) Página de Rosto (0,1) Resumo com resultados e conclusão (0,3)	0,5	
Textual	1 Introdução 1.1 Tema (0,1) 1.2 Considerações Gerais (0,1) 1.3 Situação Problema (0,2)	0,4	
Textual	2 Justificativa 2.1 Interesse pelo Tema (0,1) 2.2 Relevância da Pesquisa (0,2)	0,3	
Textual	3 Objetivos 3.1 Geral (0,2) 3.2 Específicos (0,3)	0,5	
Textual	4 Revisão da Literatura	1,0	
Textual	5 Metodologia 5.1 Delineamento da Pesquisa (0,4) 5.2 Procedimentos Metodológicos (0,4) 5.3 Riscos e Benefícios da Pesquisa (0,2) 5.4 Técnica de coleta e análise de dados (0,2)	1,2	
Textual	6 Resultados, discussão e conclusão 6.1 Apresenta resultados alinhados com objetivos do trabalho (0,3) 6.2 Os resultados respondem a pergunta do estudo (0,3) 6.3 A discussão é consistente e apresenta sustentação científica (0,3) 6.4 O trabalho apresenta conclusão clara e indicação para futuras pesquisas (0,3)	1,2	
Pós-Textual	Referenciais Bibliográficos (0,3) Apêndices (opcional) Anexos (opcional)	0,3	
	Redação científica	0,4	
	Normas ABNT	0,4	
Sub Total			

Apresentação do Projeto (4,0)

Item	Descrição	Valor da avaliação	Nota
1	Clareza na Apresentação	1,0	
2	Domínio do Conteúdo	2,0	

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
REGIMENTO DE AVALIAÇÃO DAS HORAS COMPLEMENTARES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CÂMPUS DE MIRACEMA



3	Capacidade de Arguição	1,0	
Sub Total			
TOTAL DA NOTA			

Nome do Avaliador: _____

*Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de
novembro de 2019*

ANEXO III

Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório e não Obrigatório em Educação Física

Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório e não Obrigatório em Educação Física

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este documento visa normatizar a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório para integralização do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, câmpus de Miracema. O Estágio Curricular Obrigatório da Licenciatura em Educação Física é normatizado conforme o Parecer CNE/CES Nº 142/2007, a Resolução CNE/CES Nº 7/2004 e a Resolução 003/2005, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II

Do Conceito e dos Objetivos

Art. 2º - O Estágio Supervisionado do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, constitui-se pelo conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

Parágrafo único - Constitui-se num momento de articulação entre as teorias e práticas abordadas durante os cursos de graduação.

Art. 3º - O objetivo geral do Estágio Supervisionado Obrigatório é oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário e da prática pedagógica problematizada, teorizada e transformada a partir das intervenções como estagiário.

Art. 4º - Os objetivos específicos do Estágio Supervisionado Obrigatório são:

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

- I – Promover situações de observação ao licenciado e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas;
- II – Criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino (saber fazer) a partir do envolvimento direto com a prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática educativa;
- III – Possibilitar ao licenciado sua intervenção na prática, reorganizando as atividades pedagógicas, a partir da problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos;
- IV – Habilitar o aluno a relacionar teoria e prática, problematizando, analisando e teorizando-a para desenvolver o campo teórico-investigativo da educação.

CAPÍTULO III

Dos Espaços de Estágio

Art. 5º - Constituem espaços de Estágio Supervisionado Obrigatório (unidades concedentes) as instituições de educação básica públicas e privadas, priorizando o atendimento da rede pública de ensino. O Estágio não obrigatório poderá ocorrer em organizações governamentais e não governamentais cujas ações tenham propósitos educacionais.

Parágrafo único - No mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária total do Estágio Obrigatório deverá ser realizada em escolas de educação básica mantidas pela iniciativa pública, de ordem municipal, estadual ou federal.

Art. 6º - O Estágio Supervisionado Obrigatório deverá acontecer em instituições de educação básica e/ou organizações localizadas no município onde o curso de licenciatura estiver sediado.

CAPÍTULO IV

Das Atividades e da Avaliação do Estágio Obrigatório

Art. 7º - O Estágio Supervisionado Obrigatório contempla as seguintes atividades: observação, análise e avaliação do processo pedagógico nas escolas; leitura, planejamento, desenvolvimento de projetos, oficinas e/ou mini-cursos; seleção e/ou elaboração de material didático; docência; e elaboração de Relatório Final.



Parágrafo único - O estagiário deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no Art. 11 deste Regimento, em observações de aulas e aulas efetivamente ministradas.

Art. 8º - A frequência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente, e de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.

Art. 9º - A avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório será realizada, pelo professor da disciplina de estágio da Universidade.

I - pelo professor de estágio da Universidade e

II - pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente.

Art. 10 - A avaliação do trabalho desenvolvido pelos estagiários será contínua e dinâmica, considerando-se as seguintes ações:

I – elaboração do plano estágio antes da execução na Unidade Concedente, sob orientação do professor de Estágio,

II - participação nos encontros de orientação e cumprimento das atividades planejadas no plano de Estágio Supervisionado Obrigatório;

III – assiduidade e pontualmente, na fase de regência de classe, em todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;

IV - registro e documentação das atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;

V - redigir e encaminhar os Relatórios de Estágio ao professor de Estágio em número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;

VI - apresentar-se nas atividades de socialização;

VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;

VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO V

Da Operacionalização do Estágio Obrigatório

Art. 11 - O Estágio Curricular Obrigatório da Licenciatura em Educação Física terá carga horária mínima de 420 (quatrocentas e vinte) horas (Parecer CNE/CP 2/2002) e deverá começar a partir do início da segunda metade do curso.

Parágrafo Único - A carga horária total está dividida em Projeto de Estágio (com carga horária de noventa horas), Estágio em Educação Física na Educação Infantil (com carga horária de noventa horas), Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental (com carga horária de cento e vinte horas) e Estágio em Educação Física no Ensino Médio (com carga horária de cento e vinte horas), perfazendo um total de quatrocentas e vinte horas de estágio.

Art. 12 - O estagiário que exerça e comprove exercício de atividade docente regular em sua área de formação e/ou área afim, poderá requerer a redução de até o máximo de 150 (cento e cinquenta) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Supervisionado (Resolução CNE/CP 02/2002).

Parágrafo único - A regulamentação dos critérios para redução dessa carga horária será feita com base na Normativa CONSEPE Nº 003/2005.

Art. 13 - Para requerer a redução da carga horária do Estágio Supervisionado, o discente deverá encaminhar, mediante protocolo geral do câmpus, a seguinte documentação comprobatória:

- I. requerimento solicitando a redução da carga horária de acordo com a sua experiência docente Ensino Fundamental ou Médio;
- II. comprovação oficial de tempo mínimo de serviço exigido na Resolução 003/2008 com a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Declaração de exercício de docência na Educação Infantil, Creche e/ou Pré-escola, para redução de carga horária no Estágio em Educação Física na Educação Infantil, assinada pela instituição educacional onde ministrou aulas;
 - b) Declaração de exercício de docência no Ensino Fundamental para redução de carga horária no Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;
 - c) Declaração de exercício de docência no Ensino Médio para redução de carga horária no Estágio em Educação Física no Ensino Médio, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;
 - d) Planos de Ensino assinados pela direção da escola onde ministrou as aulas, segundo as fases da Educação básica na qual se requer a redução de carga horária de Estágio Supervisionado.

e) Cópia parcial do Diário Oficial na qual aparece a nomeação para ministração de aulas;

f) Cópia do Demonstrativo do último pagamento recebido pelo requerente;

g) Cópia Parcial de Diários de Classes das séries em que o requerente ministrou aulas, assinada pela direção da escola.

Obs: Os casos omissos nessa regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado do Curso e/ou Coordenação do Curso de Educação Física.

Art. 14 - Caberá ao Colegiado do Curso de Educação Física e/ou ao Coordenador desse curso homologar as atividades do Estágio Supervisionado, a partir do parecer do(s) professor(es) de estágio.

Art. 15 – O Estágio Supervisionado será formalizado por intermédio do Termo de Convênio, Termo de Compromisso e Seguro contra Acidentes Pessoais, de acordo com o Decreto 87.497/82 que regulamenta a Lei 6.494/77 e dispõe sobre os estágios. O estágio terá início após a assinatura do Termo de Convênio e de Compromisso.

Parágrafo único - Para efeito da consolidação da proposta de Estágio Supervisionado junto às Unidades Concedentes, deverão ser observadas as exigências específicas das respectivas instituições.

CAPÍTULO VI

Da Administração e Supervisão do Estágio

Art. 16 –A administração e supervisão do Estágio Supervisionado será desenvolvida pelos seguintes profissionais de acordo com as atribuições abaixo:

I – Coordenador de Estágio – representada na IES pela Central de Estágio que é responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por câmpus, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.

II – Professor de Estágio - docente responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.

III – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

§ 1º Nos câmpus onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional, no caso a Central de Estágio.

§ 2º Caso a unidade concedente não tenha o Supervisor de Estágio, a supervisão será exercida pelo Professor de Estágio da Universidade.

Art. 17 - A alocação da carga horária para o(s) Professor(es) de Estágio terá como referência a seguinte orientação:

a) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio.

b) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio.

Art. 18– Caberá à Central de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:

I - articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas;

II - coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o câmpus e as demais instâncias da Universidade;

III - organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;

IV - emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à PROGRAD.

V - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 19 - Compete ao Professor de Estágio:

I - elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;

- II - orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;
- III - avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos pelo plano de ensino da disciplina;
- IV - coordenar e organizar todas as etapas de socialização, cujo formato e diretrizes deverão ser estabelecidas no plano de ensino da disciplina consoante com o PPC de cada curso;
- V - participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de trabalho de conclusão de estágio;
- VI - participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;
- VII - emitir Relatório de Campo do Estágio ao final de cada período letivo e encaminhá-lo ao Coordenador de Estágio;
- VIII - divulgar o conteúdo deste regulamento aos estagiários;
- IX - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 20 - Compete ao Supervisor de Estágio:

- I - acompanhar e orientar as atividades dos estagiários na Unidade Concedente;
- II - avaliar o desempenho do estagiário na Unidade Concedente;
- III - contatar o professor de estágio para solucionar possíveis dificuldades do Estágio.

Art. 21 - Compete ao estagiário:

- I - comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;
- II - elaborar, com a orientação do professor de estágio, o plano e ou projeto de estágio e apresentá-lo para sua aprovação antes da execução na Unidade Concedente;
- III - ministrar, pontualmente, na fase de regência de classe, todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;



- IV - registrar e documentar as atividades realizadas no campo de estágio, de acordo como plano de ensino da disciplina;
- V - redigir os relatórios e encaminhar ao professor de estágio o número de vias definidopelo plano de ensino da disciplina;
- VI - apresentar-se nas atividades de socialização;
- VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;
- VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 22 - O Estágio Supervisionado, exposto neste regulamento, corresponde ao Estágio Curricular Supervisionado, constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 23 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Miracema do Tocantins, 07 de novembro de 2019.

Anexo IV

Manual de Biossegurança

Este manual segue na íntegra o modelo elaborado pelo Colegiado do curso de Medicina, uma vez que o curso de Educação Física se utiliza dos laboratórios dos cursos da área da saúde do Câmpus de Palmas. Foram retirados do texto elementos que mencionam a biossegurança para atendimento clínico, pois este não é o foco de atuação do licenciado em Educação Física.

INTRODUÇÃO

A biossegurança é um tema de grande importância no campo da saúde, despertando cada vez mais o interesse dos profissionais comprometidos com um serviço de qualidade.

A biossegurança vai desde a aquisição de produtos e materiais hospitalares de qualidade até a prevenção de doenças contagiosas através da vacinação. Passa pelo campo da saúde do trabalhador e pelo direito de segurança do paciente diante das intervenções clínicas de seu cuidador (terapêuticas, cirúrgicas etc).

A esterilização dos materiais deve ser feita antes e depois do uso com os pacientes após contato com sangue e saliva.

O processo de esterilização em unidades de ensino e pesquisa deve ser realizado em local apropriado e por profissionais treinados, preferencialmente numa unidade denominada Central de Esterilização.

A Central de Esterilização atende a demanda das aulas práticas e da rotina clínica dos alunos, seguindo as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde, com as seguintes características:

- local de fácil acesso, reservado apenas para a finalidade de esterilização, com temperatura controlada até 20° C e umidade relativa do ar entre 30 e 60%, com acesso e circulação restritos;
- dispor de 3 áreas: uma para processamento de material, uma para estocar os materiais estéreis e outra para apoio (administração e estoque);

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

- dispor de 1 (uma) autoclave de grande porte para processar a esterilização e 1 (uma) de pequeno porte;
- paredes e bancada construídas com facilidades de limpeza, sem ângulos vivos e reentrâncias. Devem ser limpas com hipoclorito de sódio a 1% ou álcool a 70%. O piso deve ter revestimento apropriado. Deve ser lavado e seco diariamente, assim como o teto e as paredes;
- o ambiente deve ter protetores contra incêndio classe C em local visível e devem ser limpos com álcool a 70% para retirada de poeira;
- ao manipular os instrumentais recém- esterilizados os profissionais devem estar usando luvas térmicas. Outros EPI indicados são: gorro, máscara, luvas grossas e de procedimento e propés;
- a sala de esterilização deve ter placa de sinalização com as advertências de Proibido Fumar, Entrada Restrita, Uso de Paramentação Apropriada;

1- CENTRAL DE ESTERILIZAÇÃO

É o ponto base do manual de biossegurança. É nesta unidade que vai ser realizada a descontaminação de todo instrumental com material e fluídos orgânicos utilizado com os pacientes nos ambulatorios, que forem reutilizáveis e não descartáveis.

A central deve realizar a esterilização de artigos utilizando-se para este fim, das autoclaves. A esterilização pelas autoclaves usa calor sob pressão, transferindo o calor com maior eficiência em tempo menor, sob temperatura de 121° C e pressão de 15 psi.

Os artigos a serem esterilizados em autoclaves devem passar previamente por degermação, embalagem e identificação com fita adesiva para identificação do processo.

O processo de esterilização deve ser validado para indicar a efetividade da esterilização. Os indicadores do processo de esterilização são fitas adesivas para autoclaves que após passagem pelo calor úmido mudam de cor, indicando que houve exposição a temperatura da autoclave. Este sistema pode ser utilizado semanalmente, assim como os indicadores biológicos, que correspondem a tiras de papel impregnadas com esporos bacterianos, que devem ser colocadas dentro de alguns artigos a serem esterilizados e após o processamento em autoclave são retirados para semeadura em meio de cultura. Tiras controle deve ser utilizadas para comparação. Se houver crescimento em meio de

cultura com o indicador biológico, deve-se repetir a esterilização do artigo e fazer nova validação do processo.

2- EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - E.P.I

Fica adotado para os alunos o uso de jaleco branco nas aulas práticas, sendo dispensável para as aulas teóricas. O jaleco deve longo, de mangas curtas ou longas, de microfibra ou tecido similar. Nas aulas práticas em que houver procedimentos clínicos, o jaleco deve ser descartável, branco, azul ou verde, longo e de mangas compridas. Não será permitido usar shorts, bermudas, minissaias, roupas decotadas e sandálias durante o atendimento clínico e nas aulas práticas.

Seguir a paramentação abaixo:

- aulas práticas em laboratório: jaleco de tecido branco com manga longa. O uso de máscaras, gorros, luvas e óculos ficam a critério de cada professor de acordo com as atividades de cada disciplina, ressaltando a importância da devida segurança para professores e alunos;

3- CONDUTA PARA OS CASOS DE ACIDENTE BIOLÓGICO

Todo e qualquer acidente biológico ocorrido nas dependências do curso de medicina da UFT ou em atividades ligadas ao mesmo (unidade hospitalar) devem ser comunicados ao professor responsável e notificados para o Colegiado do curso, preenchendo Formulário de Notificação de Acidente Biológico. O aluno acidentado e, se possível, o paciente deve ser encaminhado para a emergência do Hospital Geral de Palmas para as providências necessárias (coleta de sangue, sorologia para HIV, medicamentos anti-retrovirais profiláticos etc).

4- VACINAS

Todo o corpo docente e discente e funcionários da UFT devem participar das campanhas de vacinação promovidas na instituição. São recomendadas as imunizações contra tétano, difteria, febre amarela e hepatite e cada indivíduo deve manter a carteira de vacinação em dia.

Cada aluno deve apresentar sua carteira de vacinação antes do início das atividades clínicas.

5- DESCARTE DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE

Todo o material contaminado com secreções de pacientes ou outros resíduos das aulas práticas, que oferecem risco aos docentes, discentes, pacientes e ao meio ambiente devem ser descartados em recipientes apropriados e coletados adequadamente pelo município, segundo resolução do CONAMA 005, de 5 de agosto de 1993.

Os resíduos sólidos do grupo A englobam sangue e hemoderivados, animais usados em experimentação, bem como os materiais que tenham entrado em contato com os mesmos; secreções, excreções e líquidos orgânicos; meios de cultura; tecidos, órgãos, fetos e peças anatômicas; filtros de gases aspirados de áreas contaminadas; resíduos advindos de áreas de isolamento; restos alimentares de unidades de isolamento; resíduos de laboratórios de análises clínicas; resíduos de unidades de atendimento ambulatorial; resíduos de sanitários de unidades de internação e enfermaria e animais mortos a bordo de meio de transporte. Neste grupo ainda incluem os objetos perfurantes ou cortantes, capazes de causar punctura ou corte (lâmina de barbear, bisturi, agulhas, escalpes, vidros quebrados etc, provenientes de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde).

Os resíduos do grupo D incluem todos os demais resíduos que não se enquadram nos grupos descritos anteriormente.



Fundação Universidade Federal do Tocantins
Colegiado do Curso de Educação Física

FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE ACIDENTE BIOLÓGICO

Nome do aluno: _____

Nível: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado

Matrícula (se aluno de graduação):

Data do acidente: _____ Horário: _____

Disciplina em que ocorreu o acidente: _____

Atividade: _____ Clínica de: _____

Laboratório de: _____

Professor que estava supervisionando o aluno: _____

Matrícula: _____

Tipo de acidente:

Providências tomadas:

Assinatura do aluno

Assinatura do professor

Anexo V

Regulamento de Atividade Complementar

1. DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1 Por definição, atividades complementares tratam-se de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades é de livre escolha e deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus.

Art. 2 As atividades complementares, devem corresponder no mínimo a 210 horas (14 créditos). Sendo que, 15 horas, de participação em eventos de caráter científico e cultural, conforme previstos nos Pareceres CNE-CP 09 e 21-2001, correspondem a 1 crédito.

2. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Da Caracterização das Atividades Complementares

Art. 3º - A presente Resolução tem por finalidade regulamentar as atividades complementares do curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins do Câmpus de Miracema, sendo o seu integral cumprimento indispensável para colação de grau.

Parágrafo Único – Em todos os casos não serão incluídas sobreposições de carga horária previstas pelas Diretrizes Curriculares do curso em outra modalidade de atividade acadêmica.

Art. 4º - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins são obrigatórias e estão divididas em três tipos, assim discriminadas:

- I - Atividades de Ensino;
- II - Atividades de Pesquisa;
- II - Atividades de Extensão.

CAPÍTULO II

Da Operacionalização das Atividades Complementares

Art. 5º – As Atividades de Ensino compreendem:

- I - disciplinas complementares **não** previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e/ou em outras IES;
- II - atividades de monitoria;
- III - organizar e ministrar mini-cursos.
- IV – participação como ouvinte em mini-cursos;
- V - cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.

Parágrafo único - As Atividades referidas no inciso I só poderão ser consideradas se não aproveitadas para convalidar outras disciplinas do currículo.

Art. 6º - As Atividades de Pesquisa compreendem:

- I - livro publicado;
- II - capítulo de livro;
- III - projetos de iniciação científica;
- IV - projetos de pesquisa institucionais;
- V - artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);
- VI - artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);
- VII - artigo completo publicado em anais como autor;
- VIII - artigo completo publicado em anais como co-autor;
- IX - resumo em anais;
- X - participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.

Art. 7º - As Atividades de Extensão compreendem:

- I - autoria e execução de projetos;
- II - participação na organização de eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
- III - participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
- IV - participação como ouvinte em eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
- V - apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshops, etc;
- VI - participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
- VII - apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshops, etc;
- VIII - participação em oficinas;
- IX - visitas técnicas e dia de campo;
- X - estágios extracurriculares;
- XI - representação discente em órgãos colegiados (Consuni, Consepe, Congregação, etc.);
- XII - representação discente (UNE, UEE, DCE e CAs);
- XIII- Apresentação artístico-cultural
- XIV – Apreciação em diferentes linguagens artísticas
- XV – Criações artísticas

Parágrafo 1º – As atividades referidas no inciso XIV serão comprovadas mediante apresentação de ingresso ou ticket da apreciação artística acompanhado do programa do evento (se houver) e da resenha crítica sobre a obra artística.

Parágrafo 2º – As atividades referidas no inciso XV serão comprovadas mediante apresentação de um comprovante de autoria.

CAPÍTULO III

Da Validação das Atividades Complementares

Art. 8º – Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados ao Coordenador do Curso até 31 de maio no primeiro semestre; e 31 de outubro no segundo semestre.

Art. 9º - O aproveitamento das horas de Atividades Complementares será divulgado até a primeira quinzena do mês de agosto, relativo ao primeiro semestre do ano anterior; e até a primeira quinzena de março, relativo ao segundo semestre do ano em curso.

Parágrafo único – No caso de aluno formando, o aproveitamento será divulgado no prazo da publicação das notas do semestre.

Art. 10º - O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante Protocolo Geral e encaminhado para parecer da Coordenação do Curso de Educação Física, seguindo para a Secretaria Acadêmica.

Parágrafo único – Os documentos originais serão devolvidos ao interessado após conferência e certificação na cópia entregue, sob a responsabilidade funcional. Realizar a fé pública junto a secretaria do curso de Educação Física do Câmpus de Miracema.

Art. 11º - O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de três (03) dias após a publicação, apresentar pedido de revisão da mesma ao Coordenador de Curso.

Parágrafo único – Da decisão do Coordenador de Curso cabe recurso ao Colegiado do Curso em última instância.

Art. 12º – Somente terão validade para cômputo, como Atividades Complementares, as realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos, exceto as atividades do Art. 5º, inciso I desta Resolução.

Art. 13º - Todas as Atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento, fornecido pelo organizador do evento ou atividade.

Art. 14º - A pontuação atribuída as atividades de ensino, pesquisa e extensão terá como referência a Tabela de Pontuação deste regulamento.

Art. 15º - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a



surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Pró-Reitoria de Graduação as adequações efetuadas.

3. DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 16º - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Miracema do Tocantins, 06 de novembro de 2019

Comissão de Avaliação das Atividades Complementares
Curso de Educação Física – Câmpus de Miracema



Tabela de pontuação

TIPO		PONTUAÇÃO	CRÉDITOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Carga horária total
MODALIDADE DE ENSINO Pontuação mínima 5	I – Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT ou em outra IES (por Disciplina);	15h = 1 crédito	Até 4 créditos	75 horas
	II – Atividades de monitoria (por semestre);	Cada monitoria realizada pontua 1 crédito	Até 2 créditos	
	III – Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso);	1 crédito por minicurso ministrado	Até 2 créditos	
	IV – Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso);	A cada 15 horas de mini-curso = 1crédito	Até 1 crédito	
	V – Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso).	A cada 15 horas = 1 crédito	Até 2 créditos	
MODALIDADE DE PESQUISA (exceto o tcc) Pontuação mínima 3	I – Livro Publicado;	Com conselho editorial = 45 créditos Sem conselho editorial = 30 créditos	Até 50 créditos	45 horas
	II – Capítulo de Livro;	3 créditos por capítulo	Até 6 créditos	
	III – Projetos de Iniciação Científica;	A cada IC 1 crédito	Até 4 créditos	
	IV – Projetos de Pesquisa Institucional;	A cada projeto 1 crédito		
	V – Artigo publicado como autor ou co-autor (periódico com conselho editorial);	A1, A2, B1 e B2= 3 créditos B3, B4 = 2 créditos B5 e C = 1 crédito Sem Qualis =1	Até 5 créditos	
	VI – Artigo completo publicado em anais como autor ou co-autor;	Internacional =2 Nacional = 2 Regional = 2 Local = 2	Até 3 créditos	
	VII – Resumo em anais;	Internacional = 2 Nacional = 2	Até 3 créditos	

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

		Regional = 2 Local = 2		
	VIII – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.	1 crédito por semestre	Até 2 créditos	
MODALIDADE DE EXTENSÃO Pontuação mínima 6	I – Autoria e execução de projetos;	A cada semestre 15h	Até 2 créditos	90 horas
	II – Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.);	1 crédito por evento desde que ele tenha CH igual ou superior a 15h	Até 3 créditos	
	III – Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	1 crédito por conferência desde que ela tenha CH igual ou superior a 15h	Até 2 créditos	
	IV – Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.)	1 crédito por participação desde que o evento tenha CH igual ou superior a 15h	Até 2 créditos	
	V - Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)			
	VI – Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.)	a cada apresentação 1 crédito	Até 2 créditos	
	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.)	a cada apresentação 1 crédito	Até 2 créditos	
	VIII - Participação em oficinas;	15h crédito	Até 1 créditos	
	IX – Visitas técnicas;	15h crédito	Até 1 créditos	

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

X – a) Estágios extracurriculares na área da educação física escolar;	A cada semestre 1 crédito	Até 1 créditos
b) Estágios extracurriculares em ambientes não escolares e/ou em outras disciplinas;	A cada semestre 1 crédito	Até 1 créditos
XI – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc.,);	Por semestre 1 crédito	Até 1 créditos
XII – Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs, etc.)	Por semestre 1 crédito	Até 1 créditos
XIII- Apresentação artístico-cultural (teatro, dança, ginástica, manifestações culturais, etc.)	A cada 15h = 1 crédito	Até 1 créditos
XIV – Apreciação em diferentes linguagens artísticas (teatro, dança, ginástica, manifestações culturais, etc.) e/ou apreciação de longa metragem com apresentação de relatório e ticket/ingresso	A cada 5 apreciações 1 crédito mediante apresentação de relatório e comprovante de ticket/ingresso	Até 2 créditos
XV – Criações artísticas (intervenções com desenvolvimento de criações artísticas de teatro, dança, ginástica, manifestações culturais, flash moob, etc.)	A cada 2 intervenções 1 crédito (mediante apresentação de fotos, vídeos, relato de experiência para a comissão de AACC	Até 1 créditos

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019

Anexo F – Currículo lattes e contato dos docentes

DOCENTE	CURRÍCULO LATTES	E-MAIL
Ma. Daniele Bueno Godinho Ribeiro	http://lattes.cnpq.br/1321757625326271	danielebueno@uft.edu.br
Ms. Diego Ebling do Nascimento	http://lattes.cnpq.br/4122771772310695	diego.edfisica@uft.edu.br
Dra. Erika da Silva Maciel	http://lattes.cnpq.br/4324558006376964	erikasmaciel@uft.edu.br
Ms. Jean Carlo Ribeiro	http://lattes.cnpq.br/0351660788465838	jeancarlo@uft.edu.br
Ms. Kliver Antonio Marin	http://lattes.cnpq.br/6098705367805349	klivermarin@uft.edu.br
Ms. Lucas Xavier Brito	http://lattes.cnpq.br/7998259204985896	lukas_xavier@uft.edu.br
Ms. Marciel Barcelos Lano	http://lattes.cnpq.br/8918119235589801	marcielbarcelos@uft.edu.br
Dr. Rodrigo Lema Del Rio Martins	http://lattes.cnpq.br/9215131825606115	rodrigodrmartins@uft.edu.br
Dr. Ruhena Kelber Abrão Ferreira	http://lattes.cnpq.br/5372413745002335	kelberabrao@uft.edu.br
Dr. Taiza Daniela Seron Kiouranis	http://lattes.cnpq.br/4545288573751710	kiouranists@uft.edu.br
Dr. Vitor Antonio Cerignoni Coelho	http://lattes.cnpq.br/9653088120694803	vaccoelho@uft.edu.br

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física em 6 de novembro de 2019